



JÉSSICA DE CARVALHO MACHADO

**GESTÃO DE COOPERATIVAS: UMA ANÁLISE DO TIPO DE
RACIONALIDADE PREDOMINANTE**

**LAVRAS- MG
2017**

JÉSSICA DE CARVALHO MACHADO

**GESTÃO DE COOPERATIVAS: UMA ANÁLISE DO TIPO DE RACIONALIDADE
PREDOMINANTE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organização, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

**LAVRAS - MG
2017**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Machado, Jéssica de Carvalho.

Gestão de cooperativas : uma análise do tipo de racionalidade
predominante / Jéssica de Carvalho Machado. - 2017.

144 p. : il.

Orientador(a): José Roberto Pereira.

.
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2017.

Bibliografia.

1. Gestão de cooperativas. 2. Racionalidade Instrumental. 3.
Racionalidade Comunicativa. I. Pereira, José Roberto. . II. Título.

JÉSSICA DE CARVALHO MACHADO

**GESTÃO DE COOPERATIVAS: UMA ANÁLISE DO TIPO DE RACIONALIDADE
PREDOMINANTE**

**COOPERATIVE MANAGEMENT: AN ANALYSIS OF THE PREDOMINANT TYPE
OF RATIONALITY**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organização, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 18 de abril de 2017.

Dra. Ana Alice Vilas Boas UFLA

Dr. Airton Cardoso Cançado UFT

Dra. Eloísa Elena de Souza Cabral UFLA

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

**LAVRAS - MG
2017**

*Aos meus pais, Abel e Angélica, por todo amor, compreensão e companheirismo. Vocês são meus
maiores incentivadores!*

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, e pela saúde a mim concedida durante todos esses anos.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), ao Departamento de Administração e Economia (DAE), e ao Programa de Pós-Graduação em Administração, pela realização do mestrado, e por todo apoio recebido durante esse período.

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos.

Ao meu orientador, José Roberto Pereira, pelos ensinamentos, atenção e oportunidades concedidas durante esses quase 7 anos de parceria e orientação. Espero que nossa parceria acadêmica renda bons frutos, e que no doutorado, possamos estar mais uma vez juntos, desenvolvendo um ótimo trabalho.

Aos professores do Departamento de Administração e Economia, mais especificamente aos professores que me transmitiram um pouco dos seus conhecimentos, professor Mozar, professora Eloisa Cabral, professor Dany e professor Antonialli.

À banca da qualificação e também à banca da defesa, professora Eloísa Cabral e professor Airton Cançado, pelas contribuições e pelos conhecimentos transmitidos. As orientações na qualificação contribuíram muito para o desenvolvimento dessa dissertação.

Ao professor Dany Tonelli, por me permitir a experiência de estágio docência.

Ao Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS), por toda a discussão em torno da gestão social, e da necessidade de estudá-la cada vez mais.

Ao CEAD/UFOP, por me permitir exercer a profissão de docente, aos professores pelas contribuições durante esse período, aos professores do 'Titanic', pela parceria, e à coordenação, por me liberar para os compromissos no mestrado.

Agradeço do fundo do meu coração, aos meus pais, Abel e Angélica, meus exemplos de dignidade, persistência, respeito e amor. Todo o meu agradecimento a Deus por ter vocês ao meu lado em todos os momentos da minha vida e, principalmente, na graduação e no mestrado. Agradeço também ao meu irmão, torcemos e vivemos a emoção de passar no mestrado e no concurso público juntos, você me motiva e alegra os meus dias!

Ao meu namorado, Heitor, pelo amor e companheirismo durante todos os anos e, principalmente, durante os dois anos do mestrado. Foi gratificante dividir cada alegria, emoção e desespero ao seu lado. Espero que nosso futuro, como docentes, seja de muito sucesso e realização.

À minha família, ‘Carvalho e Machado’, por todo o amparo, oração e incentivo durante esse período, em especial à Tia Marly, Tia Neusa e à Bárbara. Meus momentos de desespero eram transformados em momentos de alegria ao lado de vocês. Agradeço também à minha família emprestada, Família ‘Vitorino e Rodrigues’, obrigada por me acolher com tanto amor e por torcer por mim em cada conquista.

Aos meus colegas de mestrado, mas que com o tempo e a convivência, tornaram-se amigos. Elaine, André, Érica e Valderí, obrigada pelas trocas de conhecimentos, mas obrigada mesmo, por toda amizade e companheirismo. André, muito obrigada pelos ensinamentos, paciência e dedicação em colaborar com a leitura da dissertação, e com os apontamentos certos sobre a minha temática. Elaine, obrigada por cada ombro amigo, por cada conversa acadêmica, por cada troca de experiência acadêmica e de vida. Vocês são muito importantes para o meu crescimento profissional e pessoal. Érica, obrigada por toda a parceria, desde a graduação e por todo o mestrado, graças a Deus nossos desesperos foram transformados em bons frutos e tenho certeza que tem um futuro brilhante para nós. Valderí, obrigada pela troca de conhecimentos e por toda atenção e compreensão nas minhas dúvidas.

Às amigas, Érica Marques, Laís Costa, Flávia, Ana Caroline, Larissa Faria e Michelle, por todo o companheirismo, amizade, conhecimento, e pela busca incessante pelo bom funcionamento da INCUBACOOP/UFLA, bem como pelo bom desempenho nos projetos. Agradeço também ao Edimilson e ao Marcondes, por toda a troca de experiência, e pela confiança que depositaram em mim durante o nosso trabalho na INCUBACOOP.

À Jordana, Marcella, Gabriela, Larissa e Paula, pela amizade construída na graduação e que permanece até hoje. Vocês vibraram comigo quando passei no mestrado e torcem por mim até hoje. Obrigada pela amizade e pelo carinho!

Às minhas amigas da vida, Hellen, Verônica, Kellen, Thaís, Gleicy e Alyne, por tanto apoio e por todo amor. Vocês são e sempre serão, as melhores!

À Turma de Sempre, por todo apoio. Vocês alegram meu dia e me fazem ver o quanto a amizade é importante nos dias de hoje.

Aos colegas do mestrado, turma 2015/1, pelas conversas, ensinamentos, e por tornarem o mestrado um pouco menos desgastante.

À Deila, pela amizade, carinho, e por toda a atenção comigo desde a graduação. Obrigada por sempre tirar minhas dúvidas sobre o mestrado com tanta paciência!

MUITO OBRIGADA!

“Aprendi que todas as formas de conhecimento são transitórias e que elas só têm real valor quando utilizadas em benefício dos seres e de tudo que existe no campo universal. Todavia, de nada vale todo o conhecimento do mundo se não houver amor!” (Alcione Leite da Silva).

RESUMO

Diante da necessidade de analisar a gestão de cooperativas, por meio de uma racionalidade que evidencie a prática dos princípios cooperativistas e não que leve em consideração a racionalidade voltada para as empresas mercantis, apresenta-se nessa dissertação, uma análise do tipo de racionalidade predominante na gestão de cooperativas. Para tanto, buscou-se compreender as características da organização cooperativa, para que uma análise adequada da gestão da organização pudesse ser desenvolvida. Adiante, buscou-se compreender a racionalidade instrumental por meio da ótica do autor Mancur Olson (1999), com base em seu livro 'A lógica da ação coletiva', e a racionalidade comunicativa, por meio de Jürgen Habermas (2002), com base em sua teoria e obra 'Teoria do Agir Comunicativo'. Para analisar a racionalidade predominante na gestão das cooperativas, realizou-se uma análise bibliométrica dos artigos encontrados na base de dados *Web of Science*, com o intuito de entender o campo a ser analisado, bem como autores, obras, países e palavras-chaves mais relevantes no campo analisado, a saber 'cooperativa e racionalidade'. Após a análise do campo geral, buscou-se artigos também na *Scielo* e na *Spell*, e por meio dessas bases, seleciono-se os artigos empíricos que relacionavam 'cooperativa e racionalidade' e partiu-se para um análise destes, por meio de categorias teóricas desenvolvidas com base na compreensão teórica das obras de Olson e Habermas. Diante dessa análise categórica, observou-se que a racionalidade instrumental é a mais predominante em estudos sobre cooperativas, e por mais que, em alguns momentos, os estudos abordem relações voltadas para uma ação comunicativa entre os membros, a racionalidade comunicativa não foi identificada, de fato, em nenhum dos artigos. Com base nessa realidade, buscou-se argumentar que a racionalidade comunicativa pode ser utilizada como nova forma de ação nas cooperativas, sendo possível, por meio dos princípios cooperativos, uma vez que estes permitem relacioná-los com os pressupostos apresentados por Habermas na 'Teoria do Agir Comunicativo'. Diante dessa evidência, propõe-se que novos estudos sejam realizados, utilizando a racionalidade comunicativa como uma abordagem em estudos de organizações cooperativas, para que essa análise seja compreendida na prática.

Palavras-chave: Gestão de cooperativas. Racionalidade Instrumental. Racionalidade Comunicativa.

ABSTRACT

Faced with the need to analyze a cooperative management through a rationality that shows a practice of cooperative principles and not that takes into account the rationality directed at the companies of commodification, presents an analysis of the analysis of the type of rationality predominant in the management of Cooperatives. For this, we look for characteristics of the cooperative organization, for which an accurate analysis of the management of the organization can be developed. (1999), based on his book "The logic of collective action" and communicative rationality through Jürgen Habermas (2002), based on his theory and work "Theory of Communicative Action." In order to analyze a predominant rationality in the management of cooperatives, it performs a bibliometric analysis of the articles found in the "Web of Science" database in order to understand the field to be analyzed, as well as the authors, works, countries and words. The most relevant keys in the analyzed field, a knowledge "cooperative and rationality". After an analysis of the general field, we search for articles also in Scielo and Spell, and by means of bases, we select the empirical articles that related "cooperative and rationality" and we start for an examination these by means of theoretical categories developed on the basis of the understanding From the works of Olson and Habermas. Faced with this categorical classification, we observe that an instrumental rationality is more predominant in studies on cooperatives and that, although at times, the studies approach relations directed to a communicative action among the members, an unidentified communicative rationality, the fact, In None of the articles. Based on this reality, we seek to argue that a communicative rationality can be used as a new form of action in the cooperatives, being possible through the cooperative principles, since we are related to the other assumptions by Habermas in "Theory of Communicative Action ". Given this evidence, we propose that new studies be conducted using a communicative rationality as an approach in cooperative studies for what is analysable.

Keywords: Cooperative management. Instrumental Rationality. Communicative Rationality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Ramos do Cooperativismo	30
Tabela 2 - Artigos mais citados da <i>Web of Science</i>	73
Tabela 3 - Artigos que citam Mancur Olson	76
Tabela 4 - Artigos que citam Jurgen Habermas	77
Tabela 5 - Frequência das obras mais citadas.....	82
Tabela 6 - Autores que mais publicaram	83
Tabela 7 - Periódicos que publicaram artigos da análise refinada	86
Tabela 8 - Artigos refinados da busca na Web of Science, Scielo e Spell	93
Gráfico 1 - Número de publicações por ano.....	72
Figura 1 - Autores mais citados pelos artigos da busca.....	75
Figura 2 - Rede de autores mais citados	79
Figura 3 - Rede de periódicos que mais publicaram artigos da busca.....	84
Figura 4 - Rede dos países que mais publicaram.....	88
Figura 5 - Rede de palavras-chaves mais citadas	90
Figura 6 - Rede das categorias.....	91
Quadro 1 - Evolução dos Princípios Cooperativistas segundo a Aliança Cooperativa Internacional.	25
Quadro 2 - Categorias analíticas.....	70
Quadro 3 - Autores mais citados	78

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Contextualização teórica e justificativa da questão norteadora	15
1.2	Objetivos.....	19
1.2.1	Objetivo geral	19
1.2.2	Objetivos específicos.....	19
2	AS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA	20
3	BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	28
4	GESTÃO DE COOPERATIVAS.....	31
4.1	A Tese de Olson: uma Racionalidade Individual	36
4.2	A Racionalidade Comunicativa de Habermas	52
4.3	Síntese argumentativa entre Racionalidade Instrumental e Racionalidade Comunicativa	62
5	PERCURSO METODOLÓGICO	66
5.1	Dissertação teórica	66
5.2	Tipo e natureza da pesquisa	67
6	ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA: COMO A RACIONALIDADE EM COOPERATIVAS É ABORDADA EM ESTUDOS INTERNACIONAIS	72
7	ANÁLISE DA RACIONALIDADE PREDOMINANTE NOS ESTUDOS SOBRE COOPERATIVAS	93
7.1	Interesse.....	96
7.2	Comunicação.....	102
7.3	Tipo de decisão.....	105
7.4	Entendimento.....	109
7.5	Democracia.....	111
7.6	Análise geral: qual a racionalidade predomina nas cooperativas analisadas?.	112
8	AÇÃO COMUNICATIVA: UMA NOVA FORMA DE AÇÃO NAS COOPERATIVAS.....	118
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
9.1	Principais contribuições.....	126

9.2	Limitações da Pesquisa	129
9.3	Agenda de Pesquisas Futuras.....	129
	REFERÊNCIAS	130

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o tipo de racionalidade predominante nas organizações é antigo, e envolve uma gama variada de autores de diferentes tendências teóricas (RAMOS, 1981; SERVA, 1997; TENÓRIO, 1998, 2004). Entretanto, o debate ainda é incipiente em relação as organizações cooperativas, o que o torna relevante para esse tipo de organização.

Jürgen Habermas, ao desenvolver a teoria da ação comunicativa, a torna relevante no cenário atual, para analisar as racionalidades nas organizações, uma vez que é apresentada como uma resposta à crise do modelo democrático, por possibilitar a linguagem como uma forma de institucionalizar os processos dialógicos desenvolvidos por modelos consensuais e democráticos de demonstrar a opinião e a demanda da sociedade nos processos decisórios.

Habermas afirma que a modernidade é considerada um projeto inacabado e que por isso se desvinculou do ideário iluminista do século XVIII. Diante disso, a modernidade aproximou-se do aspecto técnico-científico e sistêmico, e distanciou-se da racionalidade comunicativa (BAPTISTA, 2011). Siebeneichler (1989) compreende que, diante desse momento, ocorre um domínio da razão instrumental que encara os problemas humanos por meio de problemas técnicos.

Sendo assim, a teoria da ação comunicativa de Habermas tem como objetivo retomar a dimensão da razão comunicativa na sociedade moderna, uma vez que a sociedade é composta por sujeitos com capacidade de interação e de realizar acordos racionais. No contexto organizacional, observa-se a presença e a convivência entre três tipos de racionalidades, a instrumental, a substantiva e a racionalidade comunicativa.

A racionalidade instrumental, de acordo com Serva (1997, p. 22) é compreendida como "ação baseada no cálculo, orientada para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização dos recursos disponíveis".

A racionalidade substantiva foi desenvolvida por Ramos (1981), sendo denominada 'teoria substantiva da vida humana associada'. Para o autor, a razão substantiva seria sua principal categoria de análise e seria embasada pela ética ao abordar a vida social, sendo esta conduzida em direção a autorrealização e a emancipação na busca pela satisfação social, baseados em um diálogo racional e em um julgamento ético-valorativo das ações dos indivíduos.

Ao abordar os dois modelos de racionalidade – a instrumental e a substantiva – observa-se a diferença referente a busca pelos objetivos individuais não pautados pela ética,

comportamento esse, contrário ao que Ramos (1981) apresenta. Porém, apesar de demonstrar a importância da racionalidade substantiva, o autor concorda que na maior parte das organizações, a racionalidade instrumental permeia a ação dos indivíduos na busca do objetivo final.

De acordo com Serva (1997), as organizações tornaram-se ambientes em que a busca incessante pelo poder tomou conta, por meio de abusos e dominação ao substituir a comunicação humana por padrões informativos. Com o objetivo de modificar essa realidade, Habermas (2012) propõe a racionalidade comunicativa como forma de orientar as ações dos indivíduos na sociedade, mediadas pela linguagem e pela comunicação. Assim, na visão do autor, a ação racional é desenvolvida por meio de três conceitos relacionados a ela, crítica e fundamentação, permeados pelo senso crítico dos indivíduos. Dessa forma, a ação racional proposta por Habermas pode ser analisada como uma crítica da racionalidade que é fundamentada nos interesses e nas realizações individuais, ou seja, a racionalidade instrumental.

Em relação à racionalidade instrumental, no âmbito das organizações cooperativas, o estudo de Olson (1999), conhecido como representante da abordagem econômica da ação coletiva, é de grande relevância para a análise que se pretende desenvolver nesta dissertação. Para esse autor, os indivíduos tendem a participar de ações coletivas apenas quando estas lhes trazem lucros e benefícios individuais, ou seja, quando há objetivos econômicos. Nesse sentido, os grupos de indivíduos que possuem objetivos comuns tentam, na verdade, promover seus interesses próprios.

Em seu livro ‘A lógica da ação coletiva’, Olson (1999) desenvolve uma crítica ao modelo da teoria tradicional de grupos, uma vez que essa teoria afirma que grupos de indivíduos com objetivos comuns tendem a buscar o desenvolvimento de interesses compartilhados pelos membros de cada grupo. Porém, o autor argumenta que a racionalidade individual não pressupõe que os interesses comuns presentes em um grupo, irão produzir ações coletivas.

Dentre os três tipos de racionalidades apresentadas, buscar-se-á compreender o tipo predominante nas organizações cooperativas em relação à racionalidade instrumental e a racionalidade comunicativa. A racionalidade substantiva não será tratada nesse estudo porque parte-se do pressuposto de que a organização cooperativa é estruturada com base em princípios e valores universais, tais como liberdade, democracia, equidade, autonomia, solidariedade e, especialmente, a valorização do trabalho e não do capital, descartando assim, valores próprios da cultura local, apesar de apresentar valores éticos que caracterizam a

racionalidade substantiva. Dessa forma, a gestão de cooperativas configura-se como objeto de pesquisa a ser analisado à luz das racionalidades instrumental e comunicativa.

Com o intuito de abordar a racionalidade da gestão de cooperativas, essa dissertação busca compreender os conceitos de racionalidade instrumental, racionalidade comunicativa, cooperativismo e ação coletiva, com o objetivo de explicar a gestão no espaço organizacional de cooperativas, confrontando os argumentos que sustentam as racionalidades instrumental e comunicativa.

1.1 Contextualização teórica e justificativa da questão norteadora

O conceito de razão sofreu mudanças ao longo do tempo, sendo antigamente entendido como “a força ativa da psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, a ordenar sua vida pessoal e social” (RAMOS, 1981, p. 2). Já a racionalidade presente na sociedade moderna, segundo Santos (2003), permite o discernimento de propriedades e também construir argumentos e relações para defender as crenças humanas e, para que isso ocorra, alguns princípios devem regular um conhecimento verdadeiro, fundamentados na razão.

Complementando essa diferença entre razão e racionalidade, Severo e Pedrozo (2008) abordam em seu estudo essa distinção afirmando que a razão é conceituada como a capacidade do ser humano de avaliar, julgar, raciocinar, compreender, propor ideias e estabelecer lógicas, sendo um método de conhecimento baseado no cálculo e na lógica. Já a racionalidade é caracterizada como a qualidade de raciocinar, ou seja, de fazer uso dessa razão para conhecer, julgar e elaborar explicações e pensamentos que possibilitam ao homem realizar uma escolha consciente entre diversas alternativas e conseguir julgar as consequências possíveis desta escolha (SEVERO; PEDROZO, 2008).

Silveira (2008) ressalta que a discussão sobre racionalidade no campo da teoria das organizações possui uma relevância técnica e prática, por demonstrar-se como um campo de estudos multifacetado e composto por complexidades pertencentes a esse ambiente. Assim, o autor aborda em seu estudo, a importância do tema da racionalidade, uma vez que permite um entendimento da complexa rede que permeia a ação e o sentido que os indivíduos atribuem nas organizações.

Vizeu (2006) concorda com Silveira (2008), ao identificar que a discussão sobre racionalidade vem ganhando notoriedade nos estudos das organizações, no entanto, não foi encontrada pesquisa que focasse a racionalidade instrumental e comunicativa na gestão de

cooperativas. De acordo com Zwick (2011), a maior parte da literatura no campo de direito, economia, desenvolvimento, e da administração, se desenvolve como elaboração de manuais de gestão. Isso pode ser evidenciado por meio dos estudos de Monteiro et. al (2010) ao considerarem que existe uma lacuna nos trabalhos no campo da administração, para analisar e compreender a gestão de organizações cooperativas, uma vez que os trabalhos acadêmicos tendem a analisar os resultados desse modelo de organização, focando o aspecto financeiro.

Com isso, esse trabalho propõe abordar além da racionalidade instrumental, tão trabalhada em estudos de gestão, a racionalidade comunicativa de Habermas, que se apresenta como divergente da lógica do mercado e se aproxima da ética organizacional e dos princípios universais cooperativistas.

O trabalho de Ramos (1981) é considerado o pioneiro no Brasil sobre o tema, e desde então, alguns autores têm abordado formas de racionalidade alternativa à racionalidade instrumental. Vizeu (2006) apresenta a obra de Ramon Garcia como uma contribuição importante, ao tratar a questão da emancipação e, para isso, aborda a teoria de Habermas com o intuito de afastar-se da literatura gerencial dominante, da lógica racional instrumental e dos sistemas econômicos e políticos atuais.

De acordo com Assoun (1991), desde o relato sobre a falácia do racionalismo moderno desenvolvido pela Escola de Frankfurt, a perspectiva diante da racionalidade dominante na sociedade modificou e, a partir disso, começou a ser analisada como uma forma de dominação na sociedade capitalista – com destaque para os textos de Horkheimer, Adorno e Marcuse.

Habermas (2012) propõe a teoria da ação comunicativa para explicar que os indivíduos, em interação uns com os outros, estão em constante construção e reconstrução do mundo social, permitindo maior capacidade de enfrentar e solucionar problemas sociais.

A racionalidade instrumental é criticada até mesmo em organizações privadas, conforme Silveira (2008) aborda em seu estudo, ao afirmar que nas organizações e na sociologia, identifica-se uma rejeição aos modelos baseados no ator racional. Isso se deve ao impacto negativo que a racionalidade instrumental causa na vida dos sujeitos e quando extrapola os níveis organizacionais, prejudica o indivíduo e a sua relação com a sociedade. Se a perspectiva instrumental é criticada, por vez, em organizações privadas, torna-se evidente o quanto esse modelo não se aplica às cooperativas, uma vez que estas se fundamentam na lógica do retorno proporcional ao trabalho realizado e na construção do bem comum e não por uma lógica capitalista como as empresas privadas.

Vizeu (2005) aborda que, em estudos organizacionais, é necessário o desenvolvimento de pesquisas que possibilitem referências epistemológicas alternativas à positivista, dessa

forma, a Teoria da Ação Comunicativa se apresenta como uma forma de analisar as organizações de forma alternativa à abordagem funcionalista. Dessa forma, abordar a racionalidade comunicativa em estudos organizacionais, permite uma análise muito relevante, pois possibilita um tratamento coerente dos fenômenos sociais, demonstrando a importância de se abordar a racionalidade comunicativa em organizações, como nesse caso, em cooperativas.

Atualmente, os trabalhos que abordam a racionalidade comunicativa tratam de questões específicas e da prática da racionalidade (SERVA, 1997), na ordem política, como questões de cidadania e democracia (PAULA; PRESTES; MOTTA, 2003; STORINO, 2000; TENÓRIO; DUTRA; MAGALHÃES, 2004), e em aspectos estruturais das novas formas de organizações econômicas, como é o caso da economia solidária (ANDION, 2001). Ao tratar a racionalidade comunicativa, Habermas (2012) a utiliza para apresentar as limitações do pensamento e da ação voltada apenas para a racionalidade instrumental.

Alves (2012), em seu estudo, apresenta a racionalidade nas organizações do terceiro setor, ambiente em que as cooperativas estão inseridas. De acordo com o autor, essas organizações deveriam ter baixos níveis de racionalidade instrumental e de formalidade, em contrapartida, deveria possuir altos níveis de solidariedade, porém, isso não significa que elas sejam totalmente solidárias e que não haja espaço para a racionalidade instrumental. Diante dessa análise do autor, torna-se relevante estudar e analisar duas racionalidades que podem ser encontradas no ambiente organizacional de uma cooperativa. Neste sentido, procura-se analisar nessa dissertação, a teoria da ação comunicativa em relação à racionalidade instrumental abordada por Mancur Olson, na ação coletiva em cooperativas. Apesar de serem abordagens completamente diferentes, por um lado, a teoria crítica e por outro lado a teoria institucionalista busca-se colocar em evidência as explicações teóricas sobre um mesmo fenômeno: a racionalidade da gestão de cooperativas nos estudos publicados até então.

Mancur Olson reconfigurou a literatura sobre grupos de interesse a partir da obra *The Logic of Collective Action* (1973). Conhecido como representante da abordagem 'econômica' do fenômeno da ação coletiva, Olson critica a teoria tradicional dos grupos em relação a ideia generalizada, de que grupos de indivíduos com interesses coletivos constituem grupos que a ação coletiva pode ser implementada na busca de interesses, que para o autor são supostamente compartilhados pelos indivíduos de cada grupo (ZAULI, 1995).

Assim, Olson (1999) estuda os grupos sociais e analisa e contesta estudos sobre determinados aspectos do comportamento coletivo, enfatizando que a ação coletiva é

realizada precedida de cálculos racionalmente elaborados, com o intuito de vislumbrar os possíveis ganhos e benefícios que o ato pode proporcionar.

Diante disso, Zauli (1995) corrobora ao citar que Olson (1999) afirma que a racionalidade individual não permite entender que os indivíduos com interesses comuns produzirão ações coletivas, pois, a racionalidade individual, demonstra que os indivíduos irão se privar de qualquer esforço para prover os bens coletivos. Em contraponto, Habermas (2012) afirma que os indivíduos não buscam de início seu próprio sucesso, mas sim, objetivos individuais que respeitem a condição de harmonizar seus planos de ação diante de uma definição comum de situação.

A partir dessa análise entre a racionalidade instrumental de Mancur Olson e a racionalidade comunicativa de Habermas, as cooperativas configuram-se como objeto de análise de como são desenvolvidas as ações sociais nestas organizações. Tendo em vista a busca por associação entre semelhantes ao se constituir uma cooperativa, os interesses passam a ser assumidos por toda a organização. Sendo assim, a cooperativa não atua sozinha e é mantida por ações e recursos acumulados de fundos da coletividade (MLADENATZ, 2003). Segundo a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo as cooperativas são e se caracterizam da seguinte forma.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, 1971).

Esse modelo de organização torna-se promissor como objeto de estudo desta pesquisa, por ser considerada uma organização privada, porém, de interesse público, ou seja, a racionalidade presente nas cooperativas pode encontrar um campo motivado a contradições.

Uma vez que um indivíduo toma decisões o tempo todo, seja no âmbito pessoal, profissional, familiar ou social, essas decisões podem transformar as pessoas em agentes de mudanças, o que acaba influenciando todo o contexto em que estas estão inseridas. Com base nisso, torna-se relevante observar qual a racionalidade que motiva as tomadas de decisões coletivas em uma organização em que essas decisões são consideradas tão importantes para o seu funcionamento. Tendo em vista o objetivo das cooperativas e a abordagem presente nos modelos de racionalidade aqui tratados, levanta-se a seguinte questão norteadora: Com base em categorias teóricas que caracterizam as racionalidades instrumental e comunicativa, procura-se compreender: qual o tipo de racionalidade predominante na gestão de cooperativas em estudos publicados em bases de dados nacionais e internacionais?

1.2 Objetivos

Nesta seção apresenta-se o objetivo geral e, na sequência, os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Essa dissertação tem como objetivo analisar o tipo de racionalidade predominante em gestão de cooperativas nas publicações teórico-empíricas, indexadas nas bases de dados *Web of Science*, *Scielo* e *Spell*, como forma de contribuir para o desenvolvimento teórico dessa temática.

1.2.2 Objetivos específicos

- i. Descrever e analisar as categorias teóricas que caracterizam os tipos de racionalidade instrumental, fundamentada nos estudos de Mancur Olson, e racionalidade comunicativa, fundamentada nos estudos de Jürgen Habermas;
- ii. Identificar, descrever e analisar a racionalidade predominante em gestão de cooperativas com base em estudo bibliométrico na literatura nacional e internacional contemporânea, de caráter teórico-empírico;

2 AS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA

De acordo com Schneider (1999), o cooperativismo surgiu como resposta à crise econômica e social disseminada pelo capitalismo no século XIX, com objetivo de modificar as circunstâncias do ambiente social para criar um espaço que possibilitasse uma maior dignidade para o trabalhador. Büttgenbender et al. (2010) também corroboram ao afirmarem que o cooperativismo configura-se, com o passar dos tempos, como uma das formas mais avançadas de organização da sociedade, tendo mais de 700 mil cooperativas em todo o mundo, com o objetivo de superar as dificuldades e necessidades comuns à classe trabalhadora de diferentes segmentos produtivos. Assim, segundo os autores, a cooperação está presente na sociedade desde as primeiras formas de organização dos indivíduos.

A cooperação é analisada como uma alternativa de sobrevivência ou uma solução para cenários de crise. De acordo com Pimentel (2006), o termo cooperação, considerado epistemologicamente, significa trabalhar junto com alguém, e pode ser visto como cooperação para alcançar objetivos comuns. Já sociologicamente, é uma forma de integração social, a partir de uma ação conjugada e, podem então, dar origem a organizações sociais, como é o caso das cooperativas.

Sales (2010) também corrobora com essa argumentação ao afirmar que:

O cooperativismo é uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades. A cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua (SALES, 2010, p. 24).

Diversos autores contribuíram para o surgimento do cooperativismo, tais como Robert Owen e William King, Michel Derrion, Philippe Buchez, Louis Blanc, Joseph Proudhon e Charles Fourier. Conforme coloca Bialoskorski Neto:

Surgem, então, alguns pensamentos diferenciados, como: ‘A cada um, de acordo com seu trabalho’, e ‘A cada um, segundo a sua capacidade; a cada um, segundo as suas necessidades’. Esses pensamentos e a preocupação com a situação social, aliado a uma revolta contra a propriedade privada e à livre concorrência, fazem nascer um grupo de socialistas, chamados utópicos (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p. 22).

Diante de diversos autores e abordagens, torna-se muito relevante abordar de forma resumida a trajetória de alguns destes autores (CASTANHEIRA, 2008). Robert Owen (1771-1858), por exemplo, é um dos precursores mais conhecidos e importantes do cooperativismo.

Sua influência começou a partir do momento em que se tornou dirigente de uma fábrica e, com isso, passou a se importar com o bem-estar do trabalhador, com a redução das horas de trabalho e com preços justos. Além disso, foi considerado um defensor da união das classes trabalhadoras, tanto em nível nacional como internacional, e acreditava que deveria existir uma nova construção de mundo, por meio de colônias e cooperativas (SCHNEIDER, 1999).

De acordo com Santos (2003), Charles Fourier procurava integrar os objetivos dos trabalhadores, dos capitalistas e dos consumidores, pois dizia que as desigualdades fazem parte dos planos de Deus, e seria possível conviver com as diferenças de forma harmônica.

Louis Blanc defendia a associação de operários em fábricas sociais, que no primeiro momento seria organizada e financiada pelo estado, pois defendia que o estado era responsável pelos problemas econômicos e sociais. As fábricas sociais seriam organizadas por estatutos próprios, mas dentro do princípio da igualdade, segundo o qual as sobras líquidas seriam divididas em três partes, sendo uma para os operários, uma constituiria um fundo de assistência social e o restante para capitalização e fortalecimento financeiro do empreendimento (SALES, 2010, p. 28).

Philippe Buchez propunha a associação das cooperativas dos operários por categoria profissional para que estes tornassem produtores livres e assim, tivessem a oportunidade de possuírem uma poupança e de conseguirem um empréstimo em comum, para que conseguissem a rendimentos iguais a todos (SALES, 2010).

William King (1786-1865) era um médico conhecido e que se dedicou ao cooperativismo de consumo e que teve uma função de liderança em sua cooperativa, estimulando os membros da mesma a assumirem responsabilidades com o intuito de alcançar a melhoria na qualidade de vida para todos. Além disso, se esforçou em busca de um sistema cooperativo internacional (MOTTA et al., 1987).

De acordo com Santos, Damião e Moura (2011), Pierre-Joseph Proudhon era o único proletário dos autores citados, e propôs uma crítica política e econômica em relação ao capitalismo e a propriedade privada, com o objetivo de desenvolver um sistema de sociedade autogerida.

O cooperativismo ocorreu em decorrência do processo de industrialização, que exigiu dos artesãos e trabalhadores rurais a busca pelos grandes centros, com o intuito de trabalhar nas novas fábricas. Entretanto, isso gerou um excesso de mão de obra e ocasionou a exploração do trabalhador pelo empresário. Diante disso, os trabalhadores encontraram no cooperativismo uma nova forma de resolver esses problemas econômicos e sociais (HOLYOAKE, 2004).

Tendo o homem, e não o lucro, como principal finalidade, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças - que trabalhavam até 16h - e do desemprego crescente advindo da revolução industrial (DURLO; CARLESSO, 2005, p. 184).

Serra (2013) corrobora com Holyoake (2004) e Durlo e Carlesso (2005) ao colocar que o sistema cooperativista surgiu também no contexto da consolidação do capitalismo e das consequências sociais e econômicas geradas pela Revolução Industrial na Europa, a partir da segunda metade do século XVIII.

A Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale pode ser considerada como a primeira cooperativa. Criada em 1844, em Manchester, era uma cooperativa de consumo, formada por 28 cooperados (vinte e sete homens e uma mulher). Alguns desses cooperados já haviam participado de outras organizações pré-cooperativa, enquanto outros também participavam de movimentos em busca de melhoria das condições de trabalho, proporcionando assim, um amadurecimento das ideias do cooperativismo (CANÇADO, 2005; SCHNEIDER, 1999).

A Cooperativa de Rochdale não possuía funcionários, e os próprios cooperados se revezavam para realizar as atividades e, com isso, trabalhavam e participavam das decisões, atuando de forma autogestionária (CANÇADO, 2005). Sales (2010) argumenta que durante essa época os cooperados eram tidos como homens à frente do seu tempo, pois estavam em busca de melhorar as condições sociais e econômicas de todos por meio da inauguração do armazém, totalmente organizado e embasado por normas estatutárias.

Tendo o homem, e não o lucro, como principal finalidade, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças - que trabalhavam até 16h - e do desemprego crescente advindo da revolução industrial (DURLO; CARLESSO, 2005, p. 184).

De acordo com Drumond (2010), as cooperativas são fundamentadas em um modelo teórico de princípios e, por esse fato, esse tipo de organização opera com uma lógica diferente das demais organizações. Dessa forma, os membros da cooperativa de Rochdale criaram as suas próprias regras de conduta e as sistematizaram em um estatuto que abordava os princípios e os valores considerados importantes para o grupo que fazia parte da cooperativa. Sendo assim, o objetivo dos fundadores era muito mais que alimentos a preços justos, mas se

preocupavam também com a educação, a participação social dos membros e, conseqüentemente, com a melhoria da condição de vida destes (DRUMOND, 2010).

As cooperativas nasceram com o objetivo de buscar ganhos econômicos para os membros, a partir de uma lógica contrária à concorrência e a obtenção de lucros. Isto fica evidenciado por meio dos princípios cooperativistas que demonstram a identidade diferenciada destas organizações quando comparadas as demais (DRUMOND, 2010).

No primeiro ano de funcionamento de Rochdale, o seu capital aumentou consideravelmente. Após dez anos, o ‘Armazém de Rochdale’ já possuía 1400 cooperados, demonstrando que o que era para ser só uma forma de sobrevivência, tornou-se um negócio de sucesso (VIEIRA, 2005). Diante disso, muitos foram os benefícios alcançados, como exposto por Durló e Carlesso (2005, p. 185):

Este pequeno armazém cooperativo, por eliminar o lucro do comerciante, permitiu que os operários adquirissem mercadorias a preços mais reduzidos e permitiu ainda criar um capital social para outras realizações. Para isso tiveram que estabelecer uma série de regras, por exemplo, cada um deveria dar para construir o fundo da sociedade, quem administraria a empresa, a que preço deveria ser vendido as mercadorias, se alguém teria direito de retirar o dinheiro quando saísse da sociedade, qual o destino das sobras, etc. Anotaram as regras em um papel, sendo assim criado o estatuto da Cooperativa.

Assim, o exemplo de Rochdale obteve tanto sucesso que se espalhou pela Inglaterra e também por outros países e, com isso, várias cooperativas foram fundadas a partir dos mesmos princípios. Dessa forma, o bom desempenho da cooperativa de Rochdale proporcionou a expansão do cooperativismo na Grã-Bretanha, demonstrado pelo aumento do número de cooperados - em 1881 chegava a 547 mil; já em 1990, esse número subiu para 1,707 milhão (SINGER, 2002).

Ao mesmo tempo, na Europa Ocidental, o cooperativismo ganhava também o seu espaço, como observado na Alemanha, onde foram criadas cooperativas de crédito. Porém, ao contrário do observado em Rochdale, não foram organizadas pela população, e sim por dois homens presentes na administração pública – Hermann Schulze e Friederich W. Raiffeisen. A cooperativa criada por eles tinha como objetivo fornecer empréstimos às necessidades de produção (MAURER JR, 1966).

Já na França, foram desenvolvidas as primeiras cooperativas de produção idealizadas por Charles Fourier, que defendia a eliminação do trabalho assalariado e o respeito às práticas naturais das pessoas. Juntamente com Fourier, Charles Gide também influenciou o

cooperativismo na França, ao ser responsável pela primeira sistematização da teoria cooperativista (MAURER JR., 1966).

Diante do surgimento das cooperativas em diversos países, foi a cooperativa de Rochdale, por meio de seu estatuto, que instituiu os primeiros princípios cooperativistas que passaram a embasar todas as cooperativas. A *International Cooperative Alliance* é a organização responsável pelo desenvolvimento e formulação dos princípios cooperativistas e foi fundada em 1895, por iniciativa de líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães, com o intuito de se tornar um órgão representativo mundial, que realizasse de forma eficaz a interação entre as cooperativas de todos os países, abordando a doutrina, a educação e a técnica (SALES, 2010).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi criada em meio a um debate sobre duas correntes que buscavam a mudança na sociedade, mas que se divergiam no modo como essas mudanças ocorreriam. A primeira corrente era influenciada pelo cooperativismo de produção e agrícola, em que o processo de mudança ocorreria por meio de cooperativas de produção e pela extinção do trabalho assalariado, incluindo assim, funcionários, nos excedentes. Em contrapartida, a segunda corrente foi embasada pelas cooperativas de consumo e defendia o trabalho assalariado e não propunham a participação dos indivíduos nos excedentes (SANTOS, 2003). Ou seja, de acordo com Cançado e Vieira (2013), o primeiro defendia a autogestão, enquanto a segunda defendia a heterogestão. Com o passar dos tempos e com o desenvolvimento de novas cooperativas, a primeira corrente passou a ser hegemônica, permanecendo até os dias de hoje.

Todavia, de acordo com Monteiro et al. (2010), no século XX, ocorreram inúmeras mudanças e transformações que impactaram diretamente nas cooperativas e, com isso, observou-se a necessidade de rever os princípios cooperativistas. Assim, no ano de 1995, foi realizado um congresso da *International Cooperative Aliance*, no qual foram aprovadas várias mudanças nos princípios cooperativistas que vigoravam desde o estatuto de Rochdale – estas mudanças estão sintetizadas no Quadro 1. Contudo, a evolução dos princípios cooperativistas ocorreu no sentido de atualizá-los de acordo com as novas realidades apresentadas, sem perder a sua identidade inicial proposta pela cooperativa de Rochdale (MONTEIRO et al., 2010). Nesse sentido, Cançado, Silva Jr. e Rigo (2010, p. 5) afirmam que estes princípios passaram a incorporar “apenas um caráter contemporâneo, mantendo a essência das normas de conduta originais orientadoras das ações coletivas dos Pioneiros de Rochdale, e os pressupostos do cooperativismo”. Essas modificações podem ser observadas no Quadro 1:

Quadro 1 - Evolução dos Princípios Cooperativistas segundo a Aliança Cooperativa Internacional.

EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congressos da International Co-operative Alliance		
	1937 (Paris)*	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre 2. Gestão Democrática 3. Retorno Pro Rata das Operações 4. Juro Limitado ao Capital investido 5. Vendas a Dinheiro 6. Educação dos Membros 7. Cooperativização Global.	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros 1. Adesão aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro-rata das Operações 4. Juros Limitados ao Capital b) Métodos Essenciais de Ação e Organização 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e Religiosa.	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social) 2. Gestão Democrática 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro-rata das operações 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional.	1. Adesão Voluntária e Livre 2. Gestão Democrática 3. Participação Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Formação e Informação 6. Intercoperação 7. Preocupação com a Comunidade.

Fonte: Adaptado de Pereira e Braga (2003, p.11) e Cañado e Gontijo (2009).

Nascimento (2003) compreende que o cooperativismo surgiu como um modelo de inserção econômica que teve como objetivo colocar o trabalhador como evidência nas organizações, sendo uma alternativa de trabalho demonstrada por uma racionalidade flexível e adaptável aos princípios da democracia e solidariedade.

Assim, Ramos (1981) conclui que os princípios não engessam o sistema cooperativista, pelo contrário, permitem flexibilidade ao se adaptar às características ambientais onde é praticado, gerando assim, uma possibilidade de crescimento e consolidação das organizações cooperativas.

Ricken, Tenório e Kronemberger (2010) consideram que em organizações cooperativistas, a lógica interna que predomina nas decisões não é orientada pelo capital, mas sim, pelo interesse das pessoas que compõem a cooperativa, por meio da prática democrática. Teixeira (2007) expõe que essas organizações aproximam o sujeito do objeto do seu trabalho, pois a cooperativa possui como características principais o crescimento e o desenvolvimento,

por meio de fenômenos sociais envolvendo as relações humanas, compostas por valores, atitudes e visões do mundo.

Segundo Pinheiro e Silva (2010), com essa história, o cooperativismo conquistou um espaço próprio e definiu uma nova forma de pensar do homem, o trabalho e o desenvolvimento social, justamente pelo fato de incitar a união das pessoas por meio da ajuda mútua, e por assumir uma forma democrática, igualitária e social. Sendo assim, os princípios cooperativistas corroboram com a afirmação de que a racionalidade instrumental não deve ser utilizada para analisar e compreender as ações cooperativistas.

Diante disso, torna-se possível observar como é controversa a finalidade de uma organização cooperativa e uma organização mercantil. Dentro dessa ótica, Cançado, Silva Jr. e Rigo (2010) defendem que o cooperativismo valoriza, primordialmente, as pessoas e o seu trabalho. Cançado (2004, p. 40-41) também corrobora com esta afirmação ao demonstrar a diferença existente entre os tipos organizacionais e, conseqüentemente, a diferenciação entre a racionalidade instrumental, presente no mercado, e a racionalidade comunicativa, presente na cooperativa.

Enquanto nas organizações comerciais o objetivo é o lucro e a gestão é definida por quem controla financeiramente a organização, nas cooperativas o seu objetivo básico consiste em prestar serviços aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo a produção e o consumo, possibilitando a seus cooperados se apropriarem de seu trabalho sem a intermediação de terceiros. Da mesma maneira, sua gestão tende a ser diferenciada das sociedades mercantis, pois, desde o estatuto de Rochdale, as cooperativas devem ser organizações democráticas, na medida em que cada cooperado, independente do seu investimento na organização tem direito a um voto e pode, ainda, ser votado para cargos de direção na cooperativa.

Cançado (2004) concorda com Carneiro (1981, p. 60) sobre as diferenças das organizações:

A cooperação, sob forma ideal, deve ir além de promover os interesses de pessoas, mas, sobretudo, de promover o progresso e o bem-estar da humanidade. É essa finalidade que diferencia uma sociedade cooperativa de uma empresa econômica ordinária, que justifica sua ação, não somente do ponto de vista de sua eficácia comercial, mas também do ponto de vista de sua contribuição aos valores sociais e morais, que elevam a vida humana acima do que é puramente material e animal (CARNEIRO, 1981, p. 60).

Diante dos princípios cooperativistas, Cançado e Gontijo (2009) afirmam que os princípios básicos expostos no estatuto de Rochdale, fazem com que a organização cooperativa seja diferente das empresas. Estes princípios não se transformaram para aproximar as cooperativas das organizações mercantis, mas sim, para demonstrar ainda mais

as diferenças entre elas. Com isso, as cooperativas devem ser embasadas por uma racionalidade que preze pelos interesses coletivos, pelo diálogo, por uma comunicação sem coerção, e em busca de um entendimento e de uma reflexão crítica por parte dos envolvidos, para que esses se tornem cooperados emancipados e críticos da sua realidade.

Dessa forma, cooperação e comunicação são consideradas essenciais para que relações construtivas sejam desenvolvidas dentro de uma cooperativa, justificadas por suas características particulares, ou seja, a comunicação é primordial na gestão cooperativa e esta deveria priorizá-la para que a interação entre os cooperados e a participação seja eficiente, e que estes se sintam pertencentes ao processo decisório (PINHEIRO; SILVA, 2010).

3 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo nasceu e cresceu de início, na Europa, mas se espalhou pelo mundo e hoje está presente em todos os países e em todos os sistemas econômicos e culturais (DANTES; LOPES, 2010). No Brasil, as primeiras experiências do cooperativismo foram identificadas no final do século XIX, por meio da criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe – Estado de Pernambuco, em 1894 (OCB, 1996).

De acordo com Pinho (1982), o surgimento das primeiras cooperativas se deu por meio da promulgação da Constituição Republicana de 1891, promovendo a liberdade de associação, e também devido aos problemas que geraram a crise estrutural do fim do Império e começo da República.

Em 1903, o país editou o Decreto nº 979, de 6 de janeiro, facultando a criação de sindicato, com o objetivo de defender os profissionais da agricultura e da indústria, e a constituição de cooperativas e de caixas de crédito foram expostas no artigo 10 deste decreto (GONÇALVES, 2005).

Em 1907, surgiram as primeiras iniciativas de constituição de cooperativas agrícolas no estado de Minas Gerais, devido ao incentivo do estadista João Pinheiro. Mas foi a partir do ano de 1932 que se verificou o aparecimento de um maior número de cooperativas, como consequência do Decreto nº 22.239/32 e de campanhas divulgadas pelo Governo Federal, e por alguns estaduais. Na verdade, essas campanhas foram elaboradas por órgãos de assistência ao cooperativismo que, paulatinamente, iam sendo criados, sem que, no entanto, algum deles alcançasse abrangência nacional (MENEGÁRIO, 2000, p.21).

Mas foi somente em 1969, em Belo Horizonte, que foi criado o Órgão Nacional de Representação, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Porém, sua existência institucional e legal foi alcançada apenas em 1971, por meio da Lei 5.764/71 (MENEGÁRIO, 2000).

Fundada em 1969, a OCB foi concebida para ‘pacificar’ e centralizar, numa instância única, as diferentes forças que atuavam junto ao cooperativismo nacional naquele momento. A partir da hegemonia dos produtores rurais e sob a tutela do Governo Militar, a OCB conseguiu – através principalmente da criação da Lei 5.764, de 1971, e do apoio do Ministério da Agricultura – canalizar investimentos consideráveis e privilégios fiscais às suas filiadas, especialmente As cooperativas agropecuárias (coopers) de maior porte. Grande parte dessas ações integrava-se aos projetos de criação e fortalecimento de complexos agroindustriais, tendo plena consonância com as políticas de modernização (conservadora) do meio rural brasileiro. Tais mudanças na agricultura brasileira foram implantadas com ajuda de

programas de crédito subsidiado, e dos órgãos de assistência técnica governamental. Em muitos casos, esses programas também eram operados pelas próprias cooperativas (BÚRIGO, 2006, p. 57).

Em 1998 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), porém, somente a partir de 2002, este órgão começou a funcionar. De acordo com a OCB (2014), os objetivos da SESCOOP são: organização e promoção social para os cooperados e comunidades do entorno das cooperativas; formação profissional voltada para os valores e princípios do cooperativismo e; monitoramento e orientação às cooperativas. Assim, o Brasil iniciou uma nova fase em relação ao cooperativismo.

A lei do cooperativismo passou por algumas mudanças legais, mas a sua Lei maior (5764/71) prevalece há mais de 40 anos. Assim, desde a década passada, observa-se um crescimento na constituição de cooperativas no Brasil, porém, o número de cooperativas que fecharam as portas também aumentou, mas ressalta-se que a natalidade ainda é superior à mortalidade. Isso fica evidente no estudo de Pires (2004) que afirma que, no período de 1990-1995, foram constituídas 615 cooperativas por ano e 18 fecharam as portas. Já no período de 1996-2001, o número de constituição passou para 2193, enquanto o de mortalidade aumentou para 58.

Cançado, Pereira e Tenório (2013) apresentam que o número de cooperativas no país passou por dois períodos de queda, sendo o primeiro entre 2002 e 2004, no início do governo Lula, devido as mudanças ocorridas na economia e no risco de investir no Brasil. Diante dessa realidade, o ramo que sofreu maior queda foi o agropecuário, tendo em vista o número de 220 cooperativas que fecharam as portas. Mesmo com essa diminuição significativa, o número de cooperados se manteve constante e o número de funcionários aumentou 10%. Outro período em que ocorreu um declínio na quantidade de cooperativa foi entre 2008 e 2011, ocasionado no ramo de trabalho, devido à precariedade do marco legal dessas cooperativas e do entendimento do judiciário, que tais cooperativas eram fraudulentas, tendo uma diminuição de 50% no período de 2001 a 2011, passando de 1.849 para 966.

O movimento cooperativista brasileiro é diversificado, dividido em 13 ramos de atividades distintas, sendo eles: Agropecuário; Educacional; Crédito; Saúde; Infraestrutura; Habitacional; Transporte; Turismo e lazer; Produção; Especial; Mineral; Consumo; Trabalho (NINAUT; MATOS, 2008). O panorama dos ramos do cooperativismo no ano de 2013 pode ser observado na Tabela 1:

Tabela 1 - Ramos do Cooperativismo

SISTEMA OCB – PANORAMA DOS RAMOS DO COOPERATIVISMO EM 2013			
Ramo de Atividade	Cooperativas	Associados	Empregados
Agropecuário	1.555	1.016.606	188.777
Consumo	147	2.990.020	14.056
Crédito	976	7.476.308	50.268
Educacional	279	50.847	3.966
Especial	8	315	9
Habitacional	293	114.567	886
Infraestrutura	125	955.387	6.154
Mineral	79	57.204	187
Produção	257	12.494	3.458
Saúde	813	225.191	96.230
Trabalho	895	193.773	1.580
Transporte	1.205	136.425	11.209
Turismo e Lazer	23	1.823	15
TOTAIS	6.655	13.230.920	376.795

Fonte: OCB (2015).

Diante disso, o cooperativismo brasileiro é conceituado como heterogêneo, pois existem cooperativas com gestão qualificada e bons níveis de eficiência, porém, essas se relacionam com cooperativas com problemas gerenciais e capacidade financeira reduzida, gerando um estrangulamento da organização. Isso é gerado pela falta de profissionalização do gestor, problemas de capitalização, falta de relacionamento com outras cooperativas e o desconhecimento da educação cooperativistas dos associados e gestores (BIALOSKORSKI NETO, 2006). Com base nessa realidade abordada por Bialoskorski Neto (2006), essa dissertação torna-se relevante na discussão atual sobre cooperativas, por demonstrar qual a racionalidade instrumental ou comunicativa, que tem orientado a gestão das organizações cooperativas nos estudos internacionais e nacionais. Esse fato abordado pelo autor poderá explicar as ações coletivas observadas nos resultados desse estudo.

4 GESTÃO DE COOPERATIVAS

O cooperativismo existe há quase dois séculos e configura-se como uma filosofia do homem na sociedade em que vive, um pensamento que tende a construir uma nova maneira de desenvolver a economia, com base no trabalho e não apenas no lucro, na ajuda mútua e não na concorrência, nos valores e necessidades humanas e não na concentração utilitária do dinheiro, e na exploração do trabalho de homens e mulheres (BÜTTENBENDER et al., 2010).

Atualmente, o cooperativismo está presente em todo mundo e faz parte de diferentes tipos de economia e de sociedade, contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

Atualmente, o cooperativismo atua na produção e distribuição de mercadorias, agropecuária, consumo, crédito, transporte, educação, bancos, seguros, habitação, pesca e toda ordem de serviços. É aceito por todos os governos, não encontrando nenhuma barreira ideológica, pois, inegavelmente, contribui para o desenvolvimento de todos os países (SOUZA et al., 2007).

Conforme Drumond (2010), as cooperativas se desenvolvem por meio da união de pessoas com objetivos comuns, que fixam entre si um acordo de colaboração recíproca. Assim, o cooperativismo é focado na união de pessoas e não no capital, e leva em consideração as demandas do grupo como um todo e não as demandas do lucro e o benefício individual (OCB, 2008).

A concepção de cooperativas tornou-se mais organizada e sistematizada a partir dos pensadores do socialismo utópico. De acordo com Zwick (2011), a partir das ideias dos socialistas utópicos, desenvolveu-se uma sustentação teórica para a gestão de cooperativas em que se busca não apenas fins práticos e instrumentais, mas também um paradigma próprio para os diferentes tipos de cooperativas.

Sapovicis e Souza (2004) corroboram com essa ideia, ao abordarem que a base doutrinária da cooperação se desenvolveu devido à contribuição de vários pensadores, desejosos de ver realizada uma ordem econômica baseada na justiça social. As autoras citam como precursores que contribuíram para a formação da concepção cooperativista: Robert Owen, William King, Charles Fourier e Louis Blanc.

Em relação à tradição da abordagem dos socialistas utópicos, Zwick (2011) as revela fundamentais, por apresentar um contraste com a finalidade das cooperativas, que na maioria das vezes são reduzidas a meio de resolução de problemas econômicos, voltadas a uma lógica

de pensamento próprio do capitalismo. Com isso as cooperativas costumam incidir em uma abordagem instrumental.

Singer (2002) afirma que o cooperativismo é direcionado por princípios que o diferenciam das demais organizações empresariais. A cooperativa de Rochdale, em 1844, apresentou de início, os princípios que continham os valores fundamentais que embasaram a criação da organização cooperativa. Para o autor, o bom êxito observado na cooperativa de Rochdale proporcionou um avanço muito significativo para o cooperativismo no mundo todo, demonstrando um aumento considerável no número de associados.

Desde os Pioneiros de Rochdale, busca-se uma relação democrática de produção e consumo, transparência nas ações e a importância da associação. Com base nessa afirmação, Mladenatz (2003) demonstra que a solução do problema social baseava-se no método da associação econômica, em que deveria substituir a competição pela cooperação.

Pacheco et. al (2008) afirma que os valores do cooperativismo no mundo, se fundam a partir da solidariedade, igualdade, democracia, equidade e auto-responsabilidade, sendo esses, os padrões de conduta dos associados e das decisões a serem tomadas na organização.

Dessa forma, tendo em vista a importância dos princípios cooperativistas para a organização da cooperativa e, conseqüentemente, para a gestão, Drumond (2010) afirma que estes guiam o comportamento dos cooperados e a rotina dos mesmos, e que a partir disso, os princípios tornam-se realidade na cooperativa e passam a desempenhar papel relevante de demonstrar ao gestor e seus cooperados, o que é importante na organização, o que deve ser priorizado e considerado para a tomada de decisão.

Os princípios cooperativistas sofreram mudanças ao longo dos anos e atualmente configuram-se em sete: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação e formação; intercooperação e preocupação com a comunidade.

Dentre os princípios acima relatados, um deles merece atenção nesse estudo, a saber: 'princípio de gestão democrática'. Cançado e Gontijo (2004) tratam das especificidades desse princípio, ao afirmar:

O princípio da Gestão Democrática trata da participação e gestão destas organizações. Os associados devem participar ativamente, reunidos em assembleia, onde irão discutir e votar as políticas, objetivos e metas de trabalho. Nas assembleias, os cooperados devem, também, eleger e serem eleitos como representantes que irão administrar a sociedade, cada pessoa tendo direito a um voto independente da quantidade de quotas-partes integralizadas (CANÇADO; GONTIJO, 2004, p. 8).

Desse modo, o associado deve participar dos processos de tomada de decisão por meio de assembleias, de eleição de seus dirigentes ou na definição de metas de atuação da cooperativa. Assim, esse princípio não se baseia apenas na atribuição de poder de voto a cada membro, independente do capital que este possui, mas, principalmente, por meio do envolvimento do cooperado nas atividades e decisões da cooperativa (DRUMOND, 2010).

Com base na gestão das cooperativas, Araújo e Silva (2011) declara que em organizações cooperativas os cooperados são os beneficiários e os prestadores de serviços, demonstrando o controle democrático. O autor conclui que essa é a maior diferença entre empresas comerciais e as cooperativas, pois no processo de decisão das cooperativas, todos os associados têm direito a um voto e o controle é exercido pelas pessoas, enquanto nas empresas comerciais, cada sócio tem seu voto de acordo com o capital que possui e o controle é exercido por meio do mesmo.

De acordo com Cançado e Gontijo (2004), o princípio da ‘gestão democrática’ está presente nas cooperativas desde seu início, e até os dias atuais. é notável. Sendo assim, a participação dos associados na tomada de decisão é a essência da gestão de cooperativas, assim como a autogestão era a forma de gestão presente nos princípios cooperativistas. Cançado (2004) a conceitua como:

[...] autogestão é um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre concepção e execução e os meios de produção são coletivos, sendo caracterizado como um processo de educação em constante construção na organização (CANÇADO, 2004, p. 58).

Para Singer (2002), a autogestão exige dos sócios que todos busquem informação e medidas para resolver qualquer problema que ocorra na cooperativa. Assim, além de cumprir com as obrigações de cada função, estes devem se preocupar com a organização como um todo. Dada essa importância da participação dos cooperados, Sapovicis e Souza (2004) ressaltam que autogestão é tida pelos associados como a administração da empresa, por eles mesmos, e como uma forma democrática de tomar as decisões nas assembleias.

Dessa maneira, o associado tem uma função social e política, uma vez que compartilha, além do capital intermediado, as deliberações das decisões, tornando a participação um fator essencial para a sobrevivência e exigência da cooperativa (SAPOVICIS; SOUZA, 2004).

Com base nos princípios cooperativistas, o tipo de gestão que mais se aproximava das cooperativas era a autogestão. Mas vale ressaltar o trabalho desenvolvido por Zwick (2011), que apresentou em sua dissertação, um trabalho importante referente à gestão de cooperativas.

Com base em seu estudo, a autora aborda três dimensões estruturais que Paes de Paula (2005) elenca como fundamentais para a construção da gestão pública democrática, e as utiliza para a gestão de cooperativas. As dimensões são: econômico-financeira, institucional-administrativa e sociopolítica. De acordo com Paes de Paula (2005), a dimensão econômico-financeira configura-se no âmbito das finanças e investimentos, em que questões de natureza tributária, monetária e fiscal são discutidas; a dimensão institucional-administrativa aborda problemas da organização, como planejamento, profissionalização das funções e direção e controle; e a terceira dimensão refere-se a direitos, participações e questões pertencentes ao processo decisório da organização.

A autora conclui que mesmo que a gestão de cooperativas apresente um tipo específico de gestão, essas organizações carregam peculiaridades presentes em diversos modelos, tanto das empresas mercantis quanto das públicas. Mesmo que essas três dimensões sejam importantes para o desenvolvimento de uma organização, o paradigma de gestão aceito pelos associados poderá fazer com que uma delas ganhe certa notoriedade, e com isso, quando uma cooperativa apresenta como dimensão dominante a econômico-financeira, esta apresenta um enfoque de heterogestão (racionalidade instrumental). Já a dimensão institucional-administrativa está relacionada ao modelo de autogestão, que busca a participação de todos os cooperados no processo decisório e a dimensão sociopolítica possui maior aproximação com a gestão social (ZWICK, 2011).

Guerra (2008) também corrobora com estudos da gestão de cooperativas ao apresentar os três modelos de gestão: a heterogestão, a gestão social e a autogestão – conceitos que foram tratados anteriormente. O conceito de cada um deles torna-se relevante para entender e configurar as especificidades dos tipos de gestão praticados no cooperativismo.

A heterogestão é caracterizada pela hierarquia em que ocorre uma distinção entre dirigentes e dirigidos, ou seja, uma separação entre o dono dos meios de produção e quem vende sua força de trabalho, e isso acaba trazendo uma alienação e exploração do trabalhador (GUERRA, 2008; ZWICK, 2011).

Faria (1985, p. 51) apresenta o conceito de heterogestão como:

A heterogestão estabelece uma dualidade, de certo modo linear, entre o que gere e o que é gerido, ou seja, entre dois agentes sociais: o que comanda (que concebe) e aquele que é comandado (que executa), na medida mesmo em que põe os dois agentes sociais um do lado do outro. Assim, coloca-se em primeiro plano os princípios, e em segundo, os efeitos, de tal forma que para a racionalidade torna-se essencial e suficiente para que o que gere e o que é gerido sejam, não só intelectualmente distintos, com a máxima precisão possível, como separados efetivamente por funções também distintas.

De acordo com Guerra (2008), esse modelo de gestão permite o estabelecimento de relações de poder, tendo em vista que a heterogestão baseia-se na relação dominante-dominado. Zwick (2011) corrobora com Guerra (2008) ao afirmar que esse modelo não deveria ser utilizado pelas cooperativas, pois não traz mudança social, e sim, transforma as cooperativas em empresas tecnoburocráticas. Nesse sentido, a racionalidade instrumental constitui a base para as ações da heterogestão, uma vez que, de acordo com Tenório (2004), na racionalidade instrumental predominam as ações que visam os fins e, com isso, instrumentaliza a ação social dentro das organizações de modo mecanicista ou funcionalista.

Por outro lado, a gestão social, de acordo com Cançado, Pereira e Tenório (2013) é conceituada como:

[...] a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, a transparência como pressuposto e a emancipação na condição de fim último. (CANÇADO, PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 132).

Sales (2010) apresenta o novo líder/gestor da cooperativa como uma figura muito importante no bom êxito da organização, pois, diante da globalização das atividades econômicas é necessário alcançar eficácia nos processos administrativos, e isso reflete também nas cooperativas, e talvez se torne a mais relevante, pois esta possui características de governança diferentes das empresas privadas, possui princípios de democracia e, além de tudo, ainda conta com uma falta de qualificação de seus dirigentes.

Araújo e Silva (2011) também demonstram essa relevância afirmando que as cooperativas necessitam de uma gestão eficaz de seus negócios, pois precisa competir com os mercados que atua, obtendo vantagens por meio de estratégias diferenciadoras.

O cooperativismo mundial vem enfrentando profundas modificações. O líder cooperativista mais eficiente, tradicional até então, era aquele capaz de interpretar as aspirações de sua base e transformá-la em proposta. Tal interpretação sempre foi feita através de consulta aos cooperados. Com a globalização econômica, não dá mais tempo de fazer isso: as oportunidades passam muito rapidamente. Portanto, o novo líder tem que ser muito mais ágil em suas decisões, sem perder a condição democrática delas (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

Sendo assim, a finalidade da gestão social e da gestão de cooperativas é considerada mais universal ao ser utilizada por atores sociais que conhecem melhor suas demandas e anseios, de forma a dividir as sobras ou realizar a reciprocidade. Zwick (2011) considera que a racionalidade comunicativa deveria ser a racionalidade predominante na gestão de

cooperativas, por ter como meta a emancipação dos indivíduos, o que será verificado com base nos resultados da pesquisa bibliográfica sobre esse tema.

4.1 A Tese de Olson: uma Racionalidade Individual

A racionalidade instrumental se dá com base na individualidade, a partir do indivíduo, e é regida por uma hegemonia excludente e exploradora, presente no sistema capitalista, onde os objetivos individuais e/ou organizacionais são colocados acima dos objetivos coletivos (TENÓRIO, 2004). Dessa forma, esse autor conceitua a racionalidade instrumental como sinônimo de gestão empresarial e, com base nisso, define a ação estratégica como ação racional voltada para o êxito. Assim, a gestão estratégica atua com base no mercado, movida pelo lucro e pela competição, por meio da qual o concorrente deve ser excluído.

Assim, busca-se trabalhar nessa dissertação, a abordagem de Mancur Olson, conhecido como um dos pioneiros da teoria da escolha racional e, conseqüentemente, um autor renomado ao tratar a racionalidade instrumental a partir da sua análise da ação coletiva. Assim, o autor aborda em suas obras a promoção do bem coletivo e a decisão individual de agir em coletividade. Além disso, seus estudos são seguidos a partir da viabilidade da ação coletiva, tendo o indivíduo como elemento principal de sua análise, sendo este:

[...] um ser racional cuja ação se estrutura em raciocínios lógicos, produto do cálculo efetuado com as informações disponíveis, portador de uma característica que determinará todos os cursos da possível ação coletiva, qual seja, ser um agente maximizador de ganhos individuais (ALCÂNTARA, 2003, p.16).

Olson (1999) aborda suas análises com base na teoria econômica e afirma que não há lógica em integrar-se em um determinado grupo quando uma ação individual traz todos os interesses do indivíduo de forma melhor que uma associação. Em contrapartida, quando a ação individual não promove os próprios interesses, as associações acabam se tornando uma saída para buscar esses objetivos.

De acordo com Melo Júnior (2007), a grande inovação trazida por Olson foi apresentar os movimentos sociais como grupos de interesses. Sendo assim, as ações coletivas transformavam-se em moedas de troca por agentes envolvidos no processo, tendo em vista que as movimentações grupais envolvem cálculos racionais, com o objetivo de obter ganhos e benefícios proporcionados pelos movimentos.

Melo Júnior (2007) compreende que Olson abordou em seus estudos os movimentos sociais, porque as pessoas que faziam parte desses grupos de interesse tinham a possibilidade de atrair outras que tinham como objetivo ganhar e conquistar benefícios advindos desses grupos, ou seja, nos movimentos sociais também ocorre a ação voltada para os benefícios individuais, mesmo que uma pessoa participe de um grupo, como é o caso abordado em sua obra ‘A lógica da ação coletiva’.

Com base nessa abordagem, Olson (1999), apresenta as organizações, e afirma que a característica comum de quase todas elas é a promoção do interesse de seus membros. Ao abordar esse ponto, o autor remete a Aristóteles para dizer que essa ideia não é uma novidade, pois, segundo o filósofo, “os homens cumprem sua jornada unidos tendo em vista uma vantagem particular e como meio de promover alguma coisa particular necessária aos propósitos da vida” (OLSON, 1999, p. 18).

Mesmo que os indivíduos que pertençam a uma organização e que tenham interesse em comum, também possuem interesses totalmente individuais e diferentes do resto do grupo. O autor exemplifica essa afirmação a partir de uma organização como um sindicato, cujos membros busquem um interesse comum em salários mais altos, porém, estes também possuem interesses em seus ganhos pessoais (OLSON, 1999).

Ao abordar a importância das organizações, Olson (1999), apresenta o significado de grupo para complementar a discussão sobre os interesses. Segundo o autor, a palavra ‘grupo’ já indica ‘um número de indivíduos com um interesse comum’ e, para reforçar essa ideia, Olson (1999, p. 20) cita Arthur Bentley, criador da teoria dos grupos sociais, que corrobora afirmando que “não existe grupo sem interesse”.

Nesse sentido, Olson (1999, p. 13) menciona que, na verdade, o comportamento das ações que é tido como regra, leva em consideração os próprios interesses, assim:

[...] a ideia de que os grupos sempre agem para promover seus interesses é supostamente baseada na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesse pessoal, individual.

Ao abordar o incentivo dos indivíduos em cooperar por um objetivo comum, Olson (1999) faz uma comparação com o Estado, que possui além de uma função econômica para com seus cidadãos, possui também recursos emocionais. Mas, mesmo diante disso, o Estado não consegue prover nem suas funções básicas e vitais, sem a contribuição dos indivíduos. É notório, que as organizações privadas também possuem dificuldades de fazer com que os indivíduos dos grupos que eles defendem realizem algum esforço de forma voluntária, para contribuir com os objetivos da organização.

Da mesma forma que o Estado não pode se sustentar com as contribuições voluntárias, as organizações também não podem se sustentar sem apresentar um apoio ou benefício, diferente do benefício público ou coletivo, necessitando de algo que incentive o indivíduo a colaborar com o ônus para manter a organização (OLSON, 1999).

Olson (1999) apresenta em seu livro ‘Teoria Tradicional dos Grupos Sociais’ os grupos privados e as associações que trabalham de forma completamente diferentes daqueles que governam as empresas no mercado, e o Estado e seus contribuintes.

Essa teoria obteve a intervenção de diversos autores e estudiosos e, por isso, Olson (1999) afirma que não é possível buscar um conceito único. Mas para compreendê-la, o autor apresenta duas variantes básicas: a informal e a formal. A variante informal diz respeito “às organizações privadas e aos grupos [que] são fenômenos onipresentes na sociedade humana e que essa onipresença se deve a uma fundamental propensão da espécie a formar associações ou se unir a elas” (OLSON, 1999, p. 29).

Já a variante formal, também leva em consideração a universalidade dos grupos, porém, não aposta no instinto para se unir em um grupo. Tal variante afirma que as associações e filiações se dão diante da evolução das sociedades industriais modernas, perante as sociedades primitivas. Estas últimas acreditavam que os grupos eram formados por famílias e que o nível de parentesco dominava a estrutura social. Mas com o desenvolvimento da sociedade, organizações secundárias, como os sindicatos, assumiram algumas funções que antes eram tidas como familiares, e começaram a se igualar ou superar os grupos primários (familiares) (OLSON, 1999).

Nessa teoria dos grupos sociais, os grupos pequenos, primários e grandes associações atraem seus membros de maneira igual, mas Olson (1999) questiona essa afirmação e discute se ocorre ou não uma relação entre o tamanho do grupo e os incentivos individuais para alcançar as metas grupais. O autor questiona essa afirmação, embasado na ideia de que seja em um grupo pequeno ou grande, e embora os membros desses grupos tenham um interesse comum e coletivo, eles não possuem nenhum interesse comum no que se refere ao pagamento do custo da manutenção desse benefício coletivo. Ou seja, mesmo que os indivíduos tenham interesse coletivo, estes não estarão dispostos a arcar com o custo da realização desse benefício, pois procuram alcançar seus interesses sem dispender esforço físico ou financeiro.

Sendo assim, Olson (1999) foca numa parte muito importante, ao relacionar o tamanho do grupo e a importância da ação de um membro. De acordo com o autor, o que determinará se um grupo agirá ou não, sem coerção ou induções externas, serão os atos individuais de um ou mais membros do grupo serem ou não perceptíveis ao demais membro desse grupo.

Olson (1999) acredita que somente quando o grupo é bem pequeno ou quando os indivíduos sofrem coerção, é que irão agir para benefício do grupo, pois, de acordo com o autor, mesmo que os indivíduos de um grupo grande sejam racionais e centrados nos próprios interesses, e que saiam ganhando enquanto grupo, não irão agir de forma voluntária para promover os interesses comuns.

Assim, Olson (1999) afirma que os grupos pequenos são totalmente capazes de alcançarem um benefício coletivo simplesmente diante da atração individual que o benefício causa em cada um. E é justamente essa diferença entre os grupos pequenos e grupos grandes, uma vez que Olson (1999, p. 47) expõe que “quanto maior o grupo, mais longe ele ficará de atingir o ponto ótimo de provimento do benefício coletivo”.

Castanheira (2008) corrobora com Olson ao mencionar que mesmo que os membros de um grupo possuam interesse em atingir um objetivo coletivo, os mesmos não têm pretensão de se responsabilizarem com o custo da obtenção desse objetivo. Nesse sentido, a autora afirma que a maioria dos indivíduos dos grupos de interesses não irão buscar objetivos comuns por vontade própria, sendo necessário alguma forma de convencimento, seja físico ou financeiro.

Alcântara (2003) corrobora com Olson (1999) ao dizer que é necessário que ocorra outro fator influenciador nesse tipo de decisão por parte dos integrantes dos grupos:

[...] a maior vantagem, a princípio, em se agir coletivamente, é diminuir os gastos e o empenho individual na promoção de um bem, aumentando a margem do lucro obtido com o usufruto do benefício (ALCÂNTARA, 2003, p.18).

Além do benefício econômico que Olson aborda em sua teoria, ele também propõe os incentivos sociais, como forma de motivar as pessoas a colaborar. De acordo com o autor, esses incentivos são eficientes porque são considerados benefícios individuais e não coletivos, tendo então, um impacto direto na ação do indivíduo. Diante disso, a pressão social e os incentivos sociais tendem a ser melhor utilizados em grupos pequenos, pois nestes, as pessoas conseguem ter uma relação face a face (OLSON, 1999).

Olson (1999) propõe a existência de uma racionalidade que elimine qualquer noção de organização social sem um fator racional que induza a ação. Do ponto de vista individual, para que a ação coletiva aconteça, é necessário que torne racional as decisões cooperativas quando se observa a ação coletiva (BUENO, 2004; PÉREZ, 2000). Nesse sentido, Olson (1999) classifica seu modelo de análise como utilitarista, pois buscava a realização de seus

objetivos que influenciariam tanto as decisões morais, quanto políticas e econômicas, dos indivíduos pertencentes aos grupos.

De acordo com a teoria de Olson (1999), o sucesso das organizações dependeria de forma direta de sua formação hierárquica, sendo os líderes responsáveis pelas ações coletivas. Esses deveriam coagir seus membros, para que, racionalmente, todos trabalhassem em torno dos resultados coletivos, pois, segundo o autor, o elemento coercitivo é totalmente lícito para o crescimento de uma organização.

Olson (1999), em sua obra ‘A lógica da ação coletiva’, apresenta o conceito de *free rider* (carona), caracterizado como um indivíduo racional, egoísta e defensor apenas de seus objetivos pessoais, que enxerga a promoção do bem público como algo que pode trazer benefício, sem que seja necessário sua ajuda de forma mais direta na produção. Entretanto, Castanheira (2008) afirma que a presença desse carona diminui a realização de objetivos coletivos mais distantes, pois reduz a eficiência da ação e desmotiva o esforço dos outros agentes.

Olson (1999) aborda em sua teoria que os grupos – pequenos e grandes – não se diferem em relação ao tamanho, mas sim, em relação à função, e que os membros tendem a se unir pelos mesmos motivos, seja em grupo pequeno ou grande. De acordo com os pressupostos dessa teoria, o autor propõe uma reflexão ao questionar se é verdade que não ocorre nenhuma relação entre o tamanho do grupo e sua eficiência, ou se não há uma relação entre o tamanho do grupo e os incentivos individuais para contribuir com as metas do grupo. Diante disso, Olson desenvolve uma premissa de que certos grupos pequenos podem se favorecer de benefícios coletivos, sem precisar utilizar a coerção ou qualquer outro estímulo além do próprio benefício coletivo, pois, quanto maior o interesse de cada membro em colaborar, maior será a probabilidade de que cada membro alcance um significativo ganho, e com isso, irão se esforçar para que o benefício seja mantido (OLSON, 1999).

Olson (1999) apresenta como outro elemento de sucesso das organizações, o tamanho destas. Para grupos menores, o autor acredita que seja possível alcançar propósitos coletivos sem buscar outros recursos, tendo em vista que uma ação realizada por um indivíduo é notada por todos os participantes do grupo, tendo as relações, grande importância para o objetivo fim. Já em grandes grupos, as atividades individuais não afetam o grupo, sendo mais provável que o benefício coletivo não seja alcançado, sendo necessário algum incentivo ou coerção para que esse fato seja diferente (CASTANHEIRA, 2008).

Olson (1999) afirma que os grupos pequenos possuem maior eficiência em relação aos grupos grandes, e isso pode ser observado tanto pela teoria quanto pela prática. Quando um

grupo grande se reúne para tomar decisões, um dado indivíduo sabe que não precisa se esforçar para estudar e se inteirar do assunto de pauta, pois sabe que se não fizer isso, e não participar ativamente da reunião, outros farão isso por ele, ou seja, quanto maior for o número de participantes da reunião, menor será a contribuição de cada participante para alcançar o objetivo proposto.

Na visão de Olson (1999), o número de indivíduos apresenta-se também como um item importante para gerar comportamento coletivo. A partir disso, o autor apresenta três grupos que são considerados diferentes perante o número de participantes, sendo: privilegiados, intermediários e latentes.

De acordo com o autor, um grupo privilegiado:

[...] é um grupo em que cada um de seus membros, ou pelo menos um deles, tem um incentivo para se esforçar para que o benefício coletivo seja provido mesmo que ele tenha de arcar sozinho com todo o ônus. Em um grupo assim há uma predisposição de que o benefício coletivo será obtido e pode ser obtido sem nenhuma organização grupal ou coordenação de qualquer tipo (OLSON, 1999, p. 62).

Já um grupo intermediário:

[...] é um grupo em que nenhum membro obtém sozinho uma parte do ganho suficientemente grande para incentivá-lo a prover o benefício, mas que não tem tantos integrantes a ponto de um membro não perceber se outro está ou não ajudando a prover o benefício coletivo. Em tal grupo, um benefício coletivo pode ser obtido ou pode não ser, mas nenhum benefício coletivo jamais será obtido sem alguma coordenação ou organização grupal (OLSON, 1999, p. 62).

Um grupo maior, segundo Olson (1999) é conhecido como latente, sendo:

[...] se um membro ajudar ou não ajudar a prover o benefício coletivo, nenhum outro membro será significativamente afetado e, portanto, nenhum terá razão para reagir. Assim, no grupo “latente” um indivíduo não pode, por definição, fazer uma contribuição perceptível a qualquer esforço grupal e, já que ninguém no grupo reagirá se ele não fizer nenhuma contribuição, ele não terá incentivo para contribuir (OLSON, 1999, p. 63).

Olson (1999) ao analisar as organizações, utiliza o parâmetro dos setores industriais e afirma que o movimento de entrada e saída do grupo não pode mais ser deixado de lado, uma vez que os setores industriais e os grupos pertencentes ao contexto do mercado possuem atitudes diferentes dos grupos não inseridos no mercado. Isso porque uma empresa pertencente a um setor industrial não desejará que novas empresas entrem no mercado, ou que até mesmo só ela faça parte desse mercado, mas já as organizações e grupos não pertencentes ao contexto de mercado, que visam o benefício coletivo, pensam de forma contrária, pois “um

aumento no tamanho do grupo, não acarreta competição para ninguém e pode levar a custos mais baixos para aqueles que já estão no grupo (OLSON, 1999, p. 49)”.

Para demonstrar mais uma vez essa diferença entre a entrada de membros nesses tipos de organizações, Olson (1999) afirma que em uma situação de mercado, o que uma empresa consegue, a outra não conseguirá; se uma empresa alcança um reconhecimento, ela se torna uma rival, mas em contrapartida, se em uma organização fora do contexto do mercado alguém consome algo, o outro também poderá consumir, e se em um determinado momento, algum grupo prospera, sinal que ele pode vir a contribuir mais para que o benefício coletivo seja alcançado.

Olson (1999) aborda que ocorre uma diferenciação entre os grupos inclusivos e exclusivos quando se trata de uma ação formalmente ou informalmente organizada. Dessa forma, segundo o autor, “quando há esforço organizado ou coordenado em um grupo inclusivo, todos os que puderem ser persuadidos a colaborar serão incluídos nesse esforço (OLSON, 1999, p. 52)”. Isso quer dizer que não há necessidade de participação de todos os membros do grupo, uma vez que, se um indivíduo não participar, ele não tira dos participantes os benefícios alcançados. Mas em relação às ações desenvolvidas em grupos exclusivos, é essencial que ocorra uma participação com por centro de todos os membros, pois caso um indivíduo venha a não participar, esse pode tomar todos os ganhos dos participantes e possuir um enorme poder de barganha, pois pode exigir um ganho maior em troca do seu apoio na busca pelo benefício coletivo.

Em grupos inclusivos, a reação ou atitude de um membro, pode afetar e/ou incentivar a atitude de outros e todos os outros membros do grupo. Para explicar isso Olson (1999) apresenta um exemplo: supondo que um benefício coletivo esteja sendo provido e um membro resolvesse parar de pagar a sua parte, os custos do benefício iriam subir para os outros membros, e caso isso acontecesse, esses membros poderiam se recusar a continuar a pagar e o benefício coletivo deixaria de ser provido.

Sendo assim, o autor afirma que as ações dos indivíduos influenciam muito o alcance do benefício coletivo, ou seja:

A chave para determinar se um grupo terá ou não capacidade de agir, sem coerção ou induções externas, pelo interesse grupal (como deveria ser), a mesma para grupos inseridos no contexto de mercado e grupos não inseridos: a resposta dependerá se os atos individuais de um ou mais membros do grupo são perceptíveis para qualquer outro membro do grupo (OLSON, 1999, p. 58).

Dessa forma, para se organizar em busca do alcance do benefício coletivo, é notório que seja necessário um gasto para que isso ocorra. Levando isso em consideração, Olson (1999) afirma que quanto mais altos forem os custos envolvidos no alcance do benefício coletivo, maior é a necessidade de coerção ou incentivos externos independentes.

O autor conclui seus estudos sobre o tamanho do grupo e o incentivo a ação coletiva afirmando que:

O tamanho é um dos fatores determinantes para definir se é ou não possível a busca racional e voluntária de um interesse individual gere comportamento grupal. Os pequenos grupos irão promover seus interesses comuns de um modo melhor do que os grandes (OLSON, 1999, p. 64).

Olson (1999), a todo o momento, remete aos sindicatos para explicar a sua teoria da ação coletiva, e devido a essa grande importância para o autor, o mesmo reservou uma parte do livro para relacioná-los. Os primeiros sindicatos que surgiram vieram do setor de empresas com uma pequena escala de produção, e Olson explica esse fator afirmando que isso acontece, pois os pequenos grupos possuem maior capacidade de alcançar os benefícios coletivos do que os grandes grupos. E, além disso, os sindicatos possuíam um estímulo social muito presente em sua forma organizacional.

Mesmo que o autor demonstre que no início, os sindicatos locais tinham mais possibilidade de alcançar o benefício coletivo, ele afirma que os sindicatos nacionais possuem mais força política do que os menores, porque a afiliação a eles e o apoio às greves eram considerados praticamente obrigatórios por parte dos associados (OLSON, 1999).

Em relação à forma de se filiar aos sindicatos, Olson (1999, p. 18) apresenta a opinião de Leon Festinger, ao afirmar que “a atração que exerce a afiliação a um grupo não é tanto pela sensação de pertencer, é mais pela possibilidade de conseguir algo através desse pertencer”. E diante disso, Olson (1999) afirma que existia forma de coerção, mesmo no início da atuação dos sindicatos.

O autor explica que como a coerção existia na forma de ‘estabelecimento sindicalizado’ e ‘o estabelecimento fechado’, ou seja, os indivíduos não poderiam trabalhar em lugares que não fizessem parte do sindicato. Esse tipo de atuação era chamado de afiliação compulsória. Tendo em vista a afiliação compulsória, não é de se estranhar que tenham existido confrontos e violência durante esse período, envolvendo tanto trabalhadores, quanto empregadores, com gangues de mercenários. E para o autor, talvez a explicação estivesse no fato da necessidade de coerção implícita para buscar o benefício coletivo para grandes grupos (OLSON, 1999).

Para ele, os pequenos sindicatos perdem força, pois deixaram de ser pequenos, contam com mais de mil afiliados e mais, os grandes sindicatos (nacionais) começaram a fazer o que os pequenos faziam (OLSON, 1999). Sendo assim, na explicação de Olson (1999), o governo começou a patrocinar o seguro desemprego e a seguridade social, o que fez com que os benefícios não coletivos, cedidos pelos sindicatos, perdessem a força e, atualmente, um sindicato representa todos os trabalhadores da sua classe, independente deste fazer ou não parte do sindicato, ocasionando um desestímulo por parte dos trabalhadores a se afiliarem aos sindicatos. Diante disso, a única saída encontrada foi a coerção, a afiliação compulsória (OLSON, 1999).

Fica claro que Olson (1999) utiliza os sindicatos norte-americanos para exemplificar sua teoria da ação coletiva e, nesse sentido, o autor afirma, por meio de pesquisas teóricas e empíricas sobre os sindicatos, que o sindicalismo não é explicado por causa de um pessimismo dos trabalhadores em relação ao trabalho, mas torna-se extremamente importante contar com formas de compulsão para dar estabilidade e força para os sindicatos.

Um trabalhador racional não irá contribuir voluntariamente para um (grande) sindicato que proveja uma benfeitoria coletiva, visto que ele sozinho não iria fortalecer perceptivelmente o sindicato, e visto que iria desfrutar das vantagens das conquistas de qualquer sindicato, tanto se o apoiasse quanto se não o fizesse (OLSON, 1999, p. 102).

Olson (1999) considera que a maioria dos economistas aceita que os serviços básicos do governo são providos por meio da compulsão (teoria dos benefícios coletivos) e que o Estado, portanto, provê benfeitorias comuns.

Olson (1999) aborda a teoria do Estado e das classes sociais a partir da teoria desenvolvida por Karl Marx, pois segundo o autor, da mesma forma que o indivíduo é egoísta, a classe também é considerada assim. De acordo com essa teoria, o Estado é o instrumento que faz com que a classe dominante oprima as outras classes, ou seja, o Estado protege apenas os interesses dos capitalistas. Para Marx, segundo Olson (1999), a história da sociedade até o momento é, sem dúvida alguma, uma luta de classes consideradas egoístas por atribuírem os seus interesses como primordiais. No entanto, a classe trabalhadora lutaria pelo interesse comum a todos.

Olson (1999, p. 118) analisa que Marx definiu as classes em relação a produção, sendo assim, “todos os membros da classe capitalista têm interesses comuns, e todos os membros do proletariado têm interesses comuns, já que são grupos cujos membros ganham ou perdem juntos, conforme preços e salários mudam (OLSON, 1999, p. 118)”.

De acordo com Olson (1999), a ação das classes sociais na perspectiva marxista possui a mesma lógica dos grupos grandes ou latentes, pois cada membro da classe achará benéfica essa ação se os custos e sacrifícios para alcançar a meta sejam assumidos por todos que não seja ele. Outra argumentação de Olson, é que Marx trouxe a importância do sindicato trabalhista e da greve, porém, ao se formar um sindicato, os trabalhadores deveriam ter em mente que não há interesse do trabalhador-indivíduo em contribuir e afiliar-se a um sindicato para alcançar salários mais altos, justamente pelo fato de saber que outros farão isso e este será beneficiado pela ação da classe.

Diante disso, Olson (1999), afirma que a teoria de Marx é considerada inadequada, pois o autor propõe uma teoria totalmente econômica e utilitária, demonstrando o quanto os burgueses eram egoístas e calculistas, mas deixa de analisar os processos sociológicos e psicológicos que pertenciam às classes. Assim, “é difícil acreditar que um comportamento irracional poderia prover a força motriz para todas as mudanças sociais, ao longo da história humana (OLSON, 1999, p. 124)”.

Após trabalhar com as classes sociais, Olson (1999), se propõe a analisar os grupos de pressão embasados no pluralismo, conceituando-o como: “a filosofia política que afirma que as associações privadas de todos os tipos, e especialmente os sindicatos, igrejas e cooperativas, deveriam ter um controle ilimitado sobre a pluralidade dessas associações privadas (OLSON, 1999, p. 126)”.

Dessa forma, o pluralismo possibilita a criação de um estado de espírito favorável aos grupos de pressão, justamente pelo fato de buscar a liberdade, espontaneidade, e a ideia de adesão voluntária à associação privada (OLSON, 1999).

Ao abordar as teorias dos grupos de pressão, Olson (1999), apresenta a ideia de John R. Commons, que dizia que os grupos de pressão eram considerados as forças mais representativas e benéficas na política econômica norte-americana. Assim, o autor acreditava que o mercado não trazia resultados justos para os grupos na economia, por causa das diferenças de poder entre eles. Para que isso se modificasse seria necessário a ação dos grupos de pressão por meio de reformas, uma vez que os políticos e homens economicamente poderosos controlavam as legislaturas e não mudariam essa situação por livre e espontânea vontade.

Além da teoria de Commons, Olson (1999) também apresenta algumas teorias modernas relativas aos grupos de pressão, desenvolvidas por cientistas políticos e não mais por economistas, como na teoria antiga. Como começo de discussão, o autor apresenta as

ideias de Arthur F. Bentley, que tinha como foco apresentar o papel dominante que os grupos de pressão desempenhavam, tanto na vida econômica quanto na vida política.

Por ser um cientista político, Bentley afirmava que os interesses grupais eram tudo, e já os interesses individuais eram nada, ou seja, “o que importava eram os interesses comuns de grupos de pessoas, e não as perdas e danos de indivíduos isolados (OLSON, 1999, p. 133)”. Dessa forma, o autor acredita que a pressão é um comportamento do grupo que demonstra a luta dos grupos, e a busca pelo equilíbrio entre esses grupos é o que move a existência da sociedade, fato esse que tinha o governo como provedor desse equilíbrio de interesses.

Olson (1999) compreende a teoria de Bentley e a importância da mesma da seguinte forma:

Partindo das premissas que não existem interesses, de que esses interesses sempre resultam em ação grupal e de que não existe nenhum interesse de grupo que inclua todos os membros da sociedade, Bentley estava em condição de proclamar que todas as coisas que envolvem o governo, grandes e pequenas, são determinadas pelas pressões de grupo conflitantes. Essa era a chave para se compreender o governo e a política econômica em particular (OLSON, 1999, p. 134).

Mesmo diante de toda a relevância de sua teoria, Bentley não retratou muito sobre como e por que as necessidades dos grupos se tornavam ações de pressão política e econômica, nem mesmo abordou a importância de determinados grupos em determinados contextos. Contudo, essas informações foram abordadas por outros autores importantes da teoria dos grupos de pressão (OLSON, 1999).

David Truman foi o autor que tentou explicar as lacunas deixadas por Bentley. Segundo Truman (1951), as pressões grupais eram formadas e organizadas de forma eficiente sempre que fossem necessárias, tendo em vista que a sociedade se tornava cada vez mais complexa e exigia, portanto, da formação de associações adicionais para equilibrar as relações entre os vários grupos existentes (OLSON, 1999).

Mas diante dos autores que abordam as teorias dos grupos de pressão, Olson (1999) afirma que esses autores, conhecidos como pluralistas e corporativistas, acreditam que os grupos econômicos agirão para promover seus interesses grupais da mesma forma que os indivíduos também estarão preocupados com seus interesses econômicos individuais. Mas questiona essa conclusão, justamente por acreditar que, em um grupo grande, os indivíduos interessados em seu bem-estar não irão agir de forma voluntária e nem fazer nenhum sacrifício para colaborar na busca do objetivo comum do grupo.

Diante desses pontos trazidos por Olson (1999), o autor conclui que a teoria dos grupos desenvolvida por esses autores é considerada insuficiente, pelo menos quando se aborda os grandes grupos econômicos, necessitando, portanto, de uma nova teoria.

Segundo Olson (1999) essa teoria é conhecida como ‘A teoria do Subproduto dos Grandes Grupos de Pressão’. De acordo com o autor,

Os lobbies econômicos grandes e poderosos são, na verdade, um subproduto de organizações que têm a força e o suporte que têm porque desempenham alguma outra função além da de fazer *lobby* por benefícios coletivos (OLSON, 1999, p. 148).

Isso significa que, se uma organização não tivesse nenhum objetivo além de *lobby*, essa não teria nenhuma forma de gratificação ou incentivo seletivo para que os indivíduos do grupo pudessem colaborar. Por isso, é que se encontra muitas organizações que possuem tanto funções lobistas quanto econômicas e ou sociais. Vale ressaltar que essa teoria pode ser aplicada apenas a grupos grandes ou latentes, pois entende-se que os grupos pequenos não precisam de incentivos seletivos para induzir a ação de seus membros (OLSON, 1999).

Já em relação aos membros de grupos grandes, de acordo com a teoria do subproduto dos grandes grupos de pressão, Olson (1999) explica que:

Esse membro apoiará o trabalho logístico da organização pela obtenção de benefícios coletivos somente se for coagido a pagar taxas contributivas para a organização lobística, ou se tiver de dar suporte a esse grupo para poder obter alguma benfeitoria não coletiva. Somente se uma dessas condições existir, ou ambas, o poder político potencial de um grupo latente será mobilizado (OLSON, 1999, p. 150).

Como já demonstrado até aqui, em diversas passagens, Olson (1999) aborda em quase todo o seu trabalho, a importância dos sindicatos, e não poderia deixar de retratá-lo mais uma vez ao analisar os grupos de pressão, pois este é considerado o mais importante grupo de pressão organizado, pelo menos nos Estados Unidos da América. Diante disso, o autor afirma que a força política desempenhada pelos sindicatos é considerada um subproduto das atividades industriais que são consideradas principais.

Olson (1999) também apresenta a importância dos lobbies profissionais, como a Ordem dos Advogados, as Associações Médicas, dentre outras. Essas associações profissionais são comparadas aos governos em miniatura, justamente pelo fato dos governos estaduais permitirem autoridade a esses grupos para se autogovernarem, e disciplinarem qualquer membro que não se enquadre nos padrões éticos que a categoria aceita e propõe.

Dentro da ideia de abordar os tipos de associações, Olson (1999) aborda a teoria dos *Lobbies* empresariais, por acreditar que a comunidade empresarial é o maior segmento de

lobbies nos Estados Unidos. De acordo com o autor, esse número é expressivo, pois a comunidade empresarial divide-se em uma série de indústrias que contêm um número pequeno de empresas, e isso indica que será possível se organizarem de forma voluntária para terem um *lobby* ativo. Assim, a política de pressão é a política desenvolvida pelos pequenos grupos.

Olson (1999) também aborda os *lobbies* não econômicos com objetivos políticos, sociais, religiosos ou filantrópicos. Mas segundo o autor, isso não é tão comum e, talvez seja melhor procurar uma teoria baseada na psicologia, e não na economia, para explicá-la, e cita também os movimentos de massa, que é comum que aconteça em momentos em que ocorra uma revolução ou mesmo violentos distúrbios sociais. Para exemplificar essa questão de *lobbies* não econômicos, Olson (1999) apresenta o exemplo dos partidos políticos dos Estados Unidos, afirmando que o homem não estará disposto a fazer sacrifício algum pelo partido de sua preferência, pois sabe que se este ganhar, os benefícios coletivos serão utilizados por todos, mesmo que tenham ou não colaborado.

Depois de abordar a teoria dos grupos de pressão e abordar um pouco sobre esses grupos, Olson (1999) termina seu livro apresentando os ‘grupos esquecidos’, que são os grupos não organizados, ou seja, que não possui nenhum *lobby*. Ademais, o autor afirma que esses grupos caracterizam todo o estudo desenvolvido por ele, pois são grupos grandes, latentes, e que não possuem nenhum objetivo em alcançarem os interesses do grupo. Dessa forma, Olson (1999) conclui:

O membro racional de um grande grupo em um contexto sociopolítico não estará disposto a fazer nenhum sacrifício para atingir objetivos que partilhará com outros. Não há, portanto, motivos para pressupor que os grupos grandes se organizarão para agir pelo seu interesse comum. Somente quando os grupos pequenos, ou quando são afortunados o bastante para terem uma fonte independente de incentivos seletivos, eles se organizarão ou agirão para atingir as suas metas de grupo (OLSON, 1999, p. 181).

Dessa forma, em sua tese, Olson (1999) explica que uma ação coletiva pode ser observada de diferentes formas entre cada um dos indivíduos pertencentes a um grupo. O autor acredita fielmente que os sindicatos e associações podem fazer valer de estratégias coercitivas para que se alcancem benefícios coletivos e não coletivos. Para Olson (1999), portanto, existe uma racionalidade individual ou grupal que elimina qualquer possibilidade de uma organização social sem que tenha um fator racional e de interesse privado que induza a ação dos indivíduos.

Levando em consideração a importância que a lógica da ação coletiva abordada por Olson possui neste trabalho, buscou-se analisar estudos que a utilizaram no período de 1945 a 2015, na base de dados *Web of Science*, da Thomson Reuters, e a utilização de uma única base se deve à padronização das publicações acadêmicas, possibilitando assim, análises comparativas, e também por possuir mais de 12 mil periódicos e 148 mil anais de conferências, compreendendo as áreas de ciências, ciências sociais, artes e humanidades, que permite a busca por pesquisas de alta qualidade e impacto nas áreas de interesse citadas acima, e também realiza a ligação entre pesquisas relevantes utilizando as referências citadas e explorando as inter-relações de assuntos entre artigos que são estabelecidas pelos pesquisadores de determinada área (HASSAN; HADDAWY; ZHU 2014; LIU et al., 2013).

Diante disso, foram encontrados na análise geral, 73 artigos, sendo que desses, os dez artigos mais citados foram selecionados para uma análise criteriosa, sendo: Cheshire e Gordon (1996), Esteban e Ray (2001), Hansen, Mitchell e Drope (2005), Harris (2007), Lichbach (1994), Lupia e Sin (2003), Sandell e Stern (1998), Ostrom (2003), Wendt (1994) e Whiteley (1995).

Wendt (1994) aborda a formação da identidade coletiva e do Estado internacional a partir do debate neorrealista-neoliberal sobre as possibilidades de ação coletiva nas relações internacionais, a partir da definição racionalista de Mancur Olson, ao afirmar que as pessoas são egoístas para cooperar. Apesar da história mundial ter produzido Estados egoístas, o autor afirma que a identidade coletiva deve começar a superar esse fato social, de modo que os contextos estruturais, os processos sistêmicos e a prática estratégica são mecanismos capazes de promoverem a identidade coletiva. Sendo assim, Wendt (1994) conclui seu estudo ao afirmar que quando os Estados interagem, estes cooperam e transformam a anarquia sistêmica em um 'estado internacional'. Assim, o autor demonstra que com a ampliação da teoria sistêmica além das preocupações racionalistas, pode-se colaborar com a mudança estrutural na política mundial.

Ostrom (2003) foi autora do segundo artigo mais citado, e seu estudo analisa como os tipos de bens e direitos de propriedade em conjunto afetam a ação coletiva e, se o problema da ação coletiva pode ser explicado diante de todos os padrões de apenas uma teoria, como Olson pretendia, ou se seria necessário uma família de teorias intimamente relacionadas. Com base na análise, a autora afirma que a formulação original de Olson é considerada uma das teorias relevantes desta grande família de teorias, pois aborda a exclusão como um primeiro atributo a ser considerado entre os bens, como também de que forma o consumo de unidades por pessoa diminui a possibilidade de benefícios para os outros. Apesar disso, Ostrom afirma

que o território da ação coletiva tornou-se demasiadamente grande e heterogêneo para uma teoria geral, ou seja, deve-se considerar uma família resultante das teorias da ação coletiva que inclua uma rica interação entre a natureza do bem, o sistema de governo utilizado para fazer novas regras e a estrutura de recompensa resultante, assim, resultados empiricamente serão justificáveis.

Esteban e Ray (2001) estudam em seu artigo, a ação coletiva e o paradoxo do tamanho do grupo abordado por Mancur Olson. Tendo em vista os dois artigos tratados acima, os autores também abordam a teoria de Olson para contrapor e demonstrar que não concordam com a ideia de que grupos maiores podem ser menos bem sucedidos do que grupos menores, na promoção de seus interesses. Assim, os autores abordam um modelo com três características distintivas (interação explícita entre grupos, prêmios coletivos com uma mistura variável de características públicas e privadas, e custos não linear de *lobby*) que ao se interagirem, levam a novos resultados.

Lupia e Sin (2003) abordam no estudo, como a evolução das tecnologias de comunicação afetam a lógica da ação coletiva. Os autores tiveram como objetivo mostrar a importância de ser mais específico sobre o papel da comunicação nas teorias da ação coletiva, para que se consiga entender como os avanços tecnológicos mudam incentivos e oportunidades de comunicação em determinados grupos, e para isso, utilizaram a Teoria da Ação coletiva de Olson. Mesmo com o benefício da comunicação, os autores também identificaram circunstâncias em que a evolução das tecnologias trouxe problema, uma vez que esses casos são caracterizados por tecnologias que tornam a comunicação mais difícil, ao permitir que indivíduos tornem mascaradas suas atividades, e ao aumentar os benefícios do parasitismo.

Cheshire e Gordon (1996) abordam no estudo, a competição territorial e a previsibilidade da ação coletiva. Dessa forma, procuram analisar e examinar os fatores subjacentes ao desempenho político diferencial de áreas específicas, com base na sua capacidade de desenvolver e aplicar as políticas de concorrência para as suas economias no novo contexto europeu. Mesmo que as políticas territorialmente competitivas tenham que ser desenvolvidas, os autores observam que existem mobilizações de recursos e organizações que o fazem, e isso, para eles, torna-se problemático, e ações que podem gerar algum benefício para os grupos que tendem a se organizarem com mais sucesso, e algumas vezes, esse sucesso surge à custa de outros grupos, fato esse abordado por Mancur Olson em sua teoria e tratado no artigo de Cheshire e Gordon (1996).

Whiteley (1995) avalia em seu estudo, os modelos de escolha racional de participação política, tanto em níveis empíricos e níveis teóricos. Assim, a discussão teórica aborda as tentativas que tem sido feitas para contornar o paradoxo da participação introduzido por Mancur Olson que os autores racionais não vão se envolver na ação coletiva para atingir objetivos comuns. Já a análise empírica utiliza dados da pesquisa nacional de membros do partido conservador da Grã-Bretanha, para modelos determinantes do ativismo político. Os resultados apresentados nessa pesquisa demonstram que as variáveis de um modelo de escolha racional de participação, desempenha um papel muito importante para explicar por que alguns indivíduos são ativos e outros não, porém, o autor também observou que um modelo puramente racional não fornece uma informação consistente da ação política, tendo em vista que os ativistas também são motivados por preocupações expressivas e por um sentido de eficácia coletiva.

Lichbach (1994) explora em seu artigo, as conexões entre as teorias da ação coletiva e os problemas de resistência camponesa, e examina, de forma mais específica, a solução dos incentivos para o problema de Mancur Olson. O autor apresenta a divergência relacionada aos benefícios que a ação coletiva promove por meio de diferentes formas de revoltas camponesas: formas cotidianas de resistência camponesa, movimentos rurais não organizados e rebeliões camponesas organizadas. A evidência demonstra que incentivos seletivos são generalizados nas lutas camponesas e o autor conclui que as revoltas dos camponeses têm, assim, causas particulares, e mantêm consequências particulares, tendo em vista a utilização de incentivos seletivos.

Hansen, Mitchell e Drope (2005) apresentam em seus estudos, a lógica da ação particular e coletiva, e utiliza a teoria da ação coletiva de Mancur Olson ao apresentar que os cientistas políticos sempre se referem à participação política, diante do argumento de que esta participação está ligada ao número de participantes, aos bens públicos e aos resultados dessa participação. Dessa forma, os autores apresentam uma base alternativa para o comportamento de negócios, apresentado tanto em bens coletivos como privados, que preserva a racionalidade empresarial e também colaboram ao explicar não só a quantidade de participação política, mas os modos de participar.

Sandell e Stern (1998), neste artigo, abordam o problema do *free-rider* na perspectiva de uma rede. Os autores sugerem que os grupos de indivíduos relevantes são consideravelmente menores do que normalmente assumidos na tradição de Olson. Em vez de focalizar o grupo de interesse como um todo, os autores argumentam que outro grupo pertinente é constituído por aqueles a quem o indivíduo é amarrado por laços sociais. Isso,

porque esses grupos tendem a ser pequenos e, assim, os incentivos seletivos sociais provavelmente são eficientes na indução de participação individual. Os resultados da análise apoiam a tese de que membros do movimento adicionais aumentam a propensão de um indivíduo para participar de uma organização do movimento social, e também dão suporte à tese do caroneiro de Olson.

Harris (2007) aborda em seu estudo, a importância da ação coletiva sobre a mudança do clima. De acordo com o autor, o regime internacional do clima, principalmente destinado a limitar as emissões de poluentes que causam o aquecimento global, falhou, e utiliza a teoria de Mancur Olson da ação coletiva, para explicar esse fracasso, tendo em vista a evidência de experiências que a ação coletiva se apresenta como solução dos problemas ambientais internacionais. Assim, em contradição com os outros artigos abordados aqui nesta pesquisa bibliométrica, o autor afirma que em grupos maiores é muito difícil aplicar acordos e ação sobre mudanças climáticas internacionais. Dessa forma, o autor afirma que apesar de toda a nova teoria que tem sido desenvolvida por Olson, na ação coletiva, a sua teoria continua a ser extremamente útil para explicar o fracasso até agora do regime climático, e pode ser igualmente útil para prever a futura cooperação entre os países.

Adiante, com base no número de artigos encontrados na análise geral (73 artigos) e na seleção dos mais citados, observa-se que esses estudos ainda são pouco realizados, e que são abordados em diversas áreas, com uma significativa relevância. Todos os artigos analisados abordam a teoria do Olson tanto no corpo do texto como nas referências, o que não acontece nos estudos sobre racionalidade comunicativa, que são tratados na próxima seção. Diante da análise desses estudos aqui tratados, observou-se que a maioria deles, ao utilizarem a teoria de Olson, o fazem com o intuito de contrapor seus fundamentos em defesa de outros, tendo a teoria nesses estudos, um caráter comparativo, e dessa forma, essa visão vai ao encontro com o objetivo dessa dissertação.

4.2 A Racionalidade Comunicativa de Habermas

Habermas, segundo Pinzani (2009), é conhecido como o membro mais relevante da segunda geração da Escola de Frankfurt, sendo considerado um sucessor de Adorno, Horkheimer e Marcuse. O autor é declarado como um filósofo moral e político, que desenvolveu uma teoria discursiva da moral e do direito, que obteve um marco original na segunda metade do século XX.

De acordo com Pinzani (2009), em 1981, Habermas publicou seu livro mais significativo: 'Teoria do Agir Comunicativo', que teve como objetivo elaborar a nova teoria crítica da sociedade, desejo esse que já permeava os pensamentos do autor desde 1960. Assim, essa obra é uma possível tentativa de compreender a sociedade contemporânea com base em uma reconstrução dos momentos mais relevantes que mais colaboraram com a compreensão da modernidade.

Na obra 'Teoria do agir comunicativo', Habermas (2012) aborda quatro temas centrais. De início, a fundamentação do conceito de racionalidade comunicativa que é a base do livro; esse conceito abre portas para o autor desenvolver uma teoria da atividade humana, em que pretende demonstrar as diferenças entre o agir instrumental e o agir comunicativo, sendo que essas diferenças permitem a elaboração de uma nova teoria da ordem social, em que o agir comunicativo torna-se principal, e para concretizar essa teoria, Habermas contrapõe o mundo da vida e o mundo dos sistemas.

Pinzani (2009) afirma que no livro 'Teoria do Agir Comunicativo', Habermas apresenta a distinção entre racionalidade comunicativa e racionalidade instrumental, tendo isso uma representação significativa em sua obra. Com isso, Habermas apresenta duas formas de agir a partir da racionalidade: o agir comunicativo e o agir instrumental. O agir comunicativo é contrário ao agir instrumental, uma vez que o primeiro é orientado pelo entendimento, tendo em vista que a ação comunicativa é utilizada pelos indivíduos para entender algo. Sendo assim,

A linguagem é, portanto, central, para definir a racionalidade. Por meio da linguagem os seres humanos formam seu mundo comum (e sua identidade individual, como já salientava H. G. Mead); por meio da linguagem eles verificam as pretensões de validade ligadas a afirmações, normas e formas expressivas subjetivas; por meio da linguagem eles se entendem sobre os critérios com base nos quais suas ações são avaliadas (PINZANI, 2009, p 100).

Com base nessa distinção entre racionalidade comunicativa e racionalidade instrumental, Habermas (2012) apresenta o fator sucesso de cada racionalidade, sendo que na racionalidade instrumental, o sucesso é mediado pelas intervenções guiadas para o fim, e isso é fator razoável para que se escolha entre alternativas e o controle das condições do ambiente. Já na racionalidade comunicativa, o sucesso advém do bom êxito de processos de entendimento, em que uma pessoa é tida como capaz de compreender, quando esta faz parte de uma comunidade de comunicação, que consiga direcionar o seu agir de acordo com as pretensões de validade.

Com isso, de acordo com Pinzani (2009), Habermas afirma que é possível desenvolver uma teoria da sociedade cujo conceito principal é o sentido, em que a teoria tem um caráter de ciência interpretativa. Assim, não só o comportamento é passível de análise, mas também o agir, ou seja, passar a analisar e compreender a lógica das ações, das normas e das regras que as constituem. Habermas (2012, p. 102) corrobora com essa informação ao citar que a natureza humana não consiste apenas na reprodução da vida e não encontra sua realização exclusivamente em uma “forma de ação instrumental que torne a vida algo que se pode dispor”.

Habermas (2012) apresenta em sua teoria, um contraponto entre a razão comunicativa e a razão instrumental, sendo a primeira, baseada na busca pelo consenso por meio de um diálogo e, a segunda, pautada pelo dinheiro e pelo poder, demonstrando o mundo material. Assim, quando se utiliza a comunicação, que busca sempre como intuito, o consenso, necessita-se de certa reciprocidade, ou seja, precisa-se de uma capacidade dos indivíduos de se comunicar, para que se questione e, com isso, alcance pretensões de validade de um diálogo.

Para compreender o conceito de agir comunicativo, Habermas (2012) busca compreender outros três tipos de agir, a saber: o teleológico, o regulado por normas e o dramaturgicamente. De acordo com o autor, o modelo teleológico é conhecido também como estratégico, em que pelo menos um ator que atua orientado para os fins, admite ser capaz de integrar ao cálculo e à expectativa de decisões, assim, esse modelo de ação atua de forma utilitarista, ou seja, o ator escolhe e calcula o meio e o fim de acordo que suas expectativas. Já o conceito de agir, regulado por normas, refere-se a membros de um determinado grupo que se orientam de acordo com valores em comum, ou seja, todos os membros de um grupo em que uma norma prevalece, podem esperar que todos executem ou omitam as ações determinadas nessas situações. O agir dramaturgicamente é aquele que permite que seu ator interaja com seu público e apresente uma determinada imagem, uma exteriorização de si mesmo.

O conceito de agir comunicativo compreende a interação de dois ou mais sujeitos capazes de falar e agir, e que estabeleçam uma relação interpessoal. Os atores procuram um entendimento sobre uma ação para que, em concordância, coordenem seus planos de ação e suas ações, tendo como base a linguagem. Habermas (2012) afirma que nos outros três tipos de ação, a linguagem é abordada, porém, com uma perspectiva unilateral, sendo que a ação teleológica apresenta a linguagem como um entre muitos, *media* com os quais os falantes se orientam sobre os outros para seu próprio êxito. No modelo normativo, a linguagem é observada como um *medium* que transmite valores culturais e busca um consenso, que se

reproduz com base em uma ação de entendimento. Já o modelo dramaturgico afirma que a linguagem desempenha um papel de autoencenação, sendo absorvida por meio de expressões estilísticas e estéticas.

Sendo assim, somente o agir comunicativo pressupõe a linguagem como um *médium* do entendimento “[...] em que falantes e ouvintes por meio de seu mundo da vida previamente interpretado, referem-se simultaneamente a algo no mundo objetivo, social e subjetivo, a fim de negociar definições em comum para as situações” (HABERMAS, 2012, p. 183-184).

Para Habermas (2012), o conceito de racionalidade pertencente à teoria do agir comunicativo, significa, acima de tudo, formas de aquisição e utilização de saber dos sujeitos que possuem a competência comunicativa. Andrews (2011) afirma que para Habermas, a racionalidade pode ser analisada como uma forma de compreender o processo pelo qual os indivíduos adquirem e usam o conhecimento, e não como possuem esse conhecimento, sendo a racionalidade entendida como o processo pelo qual o conhecimento é testado.

Assim, a teoria do agir comunicativo aborda o conhecimento com base em uma razão centrada em um sujeito, ou numa consciência transcendental, em que esse indivíduo, na busca pelo conhecimento, gira em torno de outros indivíduos, tendo em vista que esse conhecimento origina-se de um intercâmbio linguístico entre eles. Ou seja, ao buscarem um conhecimento no mundo, de início, os indivíduos estão em uma situação em que predomina a relação intersubjetiva, tornando possível o entendimento entre eles. Dessa forma, Habermas afirma que a racionalidade comunicativa se apresenta como pretensão de validade nas novas formas de vida social (HABERMAS, 2012).

Habermas pretende desenvolver sua teoria com base no conceito de racionalidade comunicativa, tendo em vista o conteúdo normativo de qualquer comunicação orientada pela compreensão. A partir desse conceito, o autor apresenta três níveis que compreendem os processos comunicativos e que podem acontecer de acordo com os sujeitos que estão inseridos neles: sendo que o primeiro é a relação do indivíduo do conhecimento com um mundo de fatos e valores; a relação do sujeito prático, que está agindo e em interação com outros e, o terceiro, que é a relação do sujeito com a sua própria natureza, com a sua subjetividade e com a dos outros (PINZANI, 2009).

Assim, de acordo com Andrews (2011), Habermas compreende que um indivíduo é considerado racional se: suas afirmações são consistentes com fatos e se as ações produzem resultados esperados no mundo objetivo; suas ações são consideradas compatíveis com as normas sociais; suas expressões simbólicas são compreensíveis e; se o indivíduo está livre do autoengano que guie suas ações. Assim, para que um discurso possua uma validade, é

necessário que o indivíduo utilize o conhecimento alcançado no mundo objetivo e que os participantes pertencentes ao processo comunicacional, aceitem determinada situação que está em discussão no diálogo.

Para que um discurso realmente seja válido, é necessário que os indivíduos participantes busquem sempre o entendimento mútuo. Com isso, a racionalidade comunicativa só é possível de ser desenvolvida quando os indivíduos compartilham o mesmo sentido simbólico da linguagem, e quando esses, por meio de um diálogo, procuram chegar a um entendimento mútuo sobre determinada realidade (ANDREWS, 2011). Dessa forma, as reivindicações de validade só serão aceitas por meio de três condições necessárias, sendo: verdade, adequação normativa e compreensibilidade por todos os participantes do discurso.

Cohn (1993) afirma que o consenso, para Habermas, não é tido como uma meta a ser alcançada, mas sim, como um pressuposto do discurso, ou seja, o consenso pode ser considerado provisório, tornando necessária a orientação em busca de um entendimento mútuo, pois assim, os indivíduos podem assumir uma probabilidade de alcançar o consenso. Para que todos os indivíduos estejam em uma situação ideal de discurso, é necessário que ocorra uma igualdade de liberdade de expressão dos atores, sendo excluída qualquer forma de utilização do poder para coagir as pessoas a decidirem por determinada situação.

Nesse sentido, Habermas (2012) apresenta a argumentação como o tipo de discurso em que indivíduos apresentam suas pretensões de validade, e procuram, a partir disso, resolvê-las e/ou criticá-las com argumentos. Ele ressalta que a força dessa argumentação é referente a possibilidade desta, convencer, motivar ou não, os participantes do discurso. Assim, Habermas apresenta a ideia de Klein, ao incitar que a ameaça que a lógica de argumentação possui, quando substitui o conceito de validade por aceitação, uma vez que assim, a verdade e a realidade são deixadas de lado, e a abordagem só tem relevância para quem se impõe e não para quem tem a razão. Dessa forma, Habermas não compactua com a coação no processo discursivo.

Habermas (2002) explicita essa afirmação da seguinte forma:

Aquilo que manifestamente resulta de um cumprimento ou ameaça, sugestão ou logro etc., não pode ser intersubjetivamente considerado um acordo, pois uma intervenção deste tipo viola as condições sob as quais as forças ilocutórias⁴ despertam convicções e originam ‘ligações’ (HABERMAS, 2002, p. 111).

Habermas (1987) compreende dois ambientes em que ocorrem as relações humanas, sendo estas baseadas na interação social, com base nos objetivos coletivos e do ambiente em que essas interações se situam. O primeiro ambiente é o ‘mundo da vida’, baseado nas leis

universais e nas interações espontâneas dos indivíduos, com a finalidade de trocar informações para que o consenso seja alcançado entre os atores envolvidos. Assim, o mundo da vida, segundo Habermas (2012, p. 218), é caracterizado como um conceito complementar ao agir comunicativo.

O segundo ambiente abordado por Habermas (1987), refere-se ao ‘mundo dos sistemas’, em que as comunicações são orientadas pelas ‘ações estratégicas’, e o ambiente é permeado pelo poder e pela moeda, ou seja, pelo sistema político e pelo mercado. No processo comunicacional, os atores possuem uma relação de desigualdade, em que um possui certo poder em relação ao outro (ALMEIDA, 2005). Dessa forma, Chapani e Carvalho (2010, p. 190) afirmam que “têm-se duas formas de interação: a social (obtida por meios linguísticos de busca do consenso) e a sistêmica (obtida por meios não linguísticos, como o mercado e a burocracia)”.

Nas sociedades modernas, a separação entre a integração social pelos caminhos do mundo da vida e a integração sistêmica, podem permitir uma submissão do mundo-da-vida ao mercado e ao poder administrativo ou político, e com isso, ocorreria a colonização do mundo-da-vida. Habermas (2012) afirma que esse processo torna-se complicado, uma vez que patologias podem ser desenvolvidas mediante a intervenção dos imperativos sistêmicos na reprodução de culturas, na integração social e na socialização dos indivíduos, ao abordarem um patamar em que a reprodução simbólica do mundo-da-vida passa a ser um problema. Segundo o autor, isso afeta a solidariedade social, uma vez que a burocratização ou monetarização causam divergências no uso dos potenciais da racionalidade.

Como os sistemas dinheiro e poder se reproduzem por meio de ações estratégicas e instrumentais, a monetarização e a burocratização das relações sociais que eles acarretam levam inevitavelmente a distúrbios e reações de resistência no mundo da vida. Levam, em geral, a formas distorcidas de comunicação, de maneira que os participantes sofrem uma coerção sistemática para considerar os outros e a si mesmos como objetos manipuláveis (KOURY, 2015, p.34).

Sendo assim, como já abordado, na sociedade contemporânea, o mundo-da-vida corre o risco de ser colonizado pelos sistemas da economia e da administração, já que se trata de uma consequência dos processos de racionalização ligados a modernização capitalista. Porém, segundo Pinzani (2009), Habermas apresenta uma saída ao demonstrar a possibilidade da reconciliação da modernidade consigo mesma, quer no âmbito econômico, social ou cultural, deve-se encontrar formas de convivência em que a autonomia do indivíduo e a sua dependência social sejam reconciliadas. Kelly (2004) corrobora ao afirmar que as tensões

existentes entre o mundo-da-vida e o mundo dos sistemas podem ser resolvidas diante da racionalidade comunicativa em Habermas.

Tendo a racionalidade comunicativa um papel significativo nas tensões entre o mundo-da-vida e o mundo do sistema, a comunicação apresenta-se como elemento principal. Dessa forma, busca-se a interação entre os sujeitos por meio da linguagem e dentro do mundo-da-vida entendido como um conjunto de saberes pré-teóricos e implícitos, e que, quando compartilhados pelos participantes, formam o ambiente da situação que vivenciam, e proporcionam os recursos utilizados para que ocorra um entendimento em determinada situação, e assim, relações intersubjetivas são estabelecidas e então mediadas pela linguagem, garantindo ações coletivas e coordenadas cooperativamente (MELO et al. 2007).

Com base na ação comunicativa, Habermas (2012) apresenta algumas condições para que ocorra a validade de um argumento: discurso que produz uma compreensão recíproca, um saber compartilhado, confiança recíproca e um consenso.

Habermas (1987) afirma que a comunicação mediada pela fala entre os sujeitos, aborda sempre o mundo objetivo (os fatos), o mundo social (normas e instituições) e o mundo subjetivo (experiências pessoais). Para satisfazer essas três esferas de mundo da realidade social, Habermas (2012) conceitua quatro pretensões de validade do ato da fala: a veracidade, em que o falante deve referir a algo verdadeiro no mundo, expressar seu compromisso com a verdade; a sinceridade em que o falante pode fazer-se conhecer suas intenções verdadeiras ao dizer algo; a retidão, cujas normas a que a ação está atendendo são legítimas; e a inteligibilidade, em que falante e ouvinte buscam chegar ao entendimento.

Nesse sentido, o consenso racional motivado, é desenvolvido com base na fala dos interlocutores, que são peças fundamentais para que o consenso seja alcançado. Assim, “o argumento é a razão que motiva os participantes a reconhecer as pretensões de validade de uma afirmação ou de uma norma, sendo a força do melhor argumento, a motivação racional” (HABERMAS, 2012, p. 140).

Com base em Machado de Melo et al., (2007), os participantes de uma ação comunicativa, ao alcançarem um entendimento, tendem a modificar e reproduzir a cultura ao agirem com base na comunicação, também tendem a ser leais por englobar valores sociais e habilidades. Com isso, a ação comunicativa é capaz de reproduzir a cultura, garantir a integração social e colaborar com a solidariedade entre os indivíduos, formando assim, atores capazes de agir e falar racionalmente.

De acordo com Nogueira (2007), as ações de comunicação pautadas pela racionalidade comunicativa, possibilita um espaço de coordenação de processos sociais, como a

socialização e a integração social. E isso permite a busca pela emancipação, objetivo esse que jamais foi esquecido por Habermas e configura-se como sua marca. Nesse sentido, para Habermas (2012) a razão pode continuar a ser um instrumento de emancipação, ou seja, por meio da racionalidade comunicativa, as vozes dos componentes da sociedade podem aparecer.

Portanto, Habermas considera que a racionalidade pode ser testada diante das ações dos indivíduos, ou seja, o conceito de ação comunicativa se refere à coordenação mútua da ação pelos atores sociais. Com base nisso, observa-se que ação comunicativa não é considerada sinônima de ação coletiva, pois Habermas (1993) afirma que a ação coletiva não conduz sempre a um entendimento mútuo, uma vez que é uma ação coletiva estratégica que incentiva a ação dos indivíduos com base nos seus interesses, e não necessariamente essa ação será determinada com base em uma concordância entre os indivíduos, possuindo então uma relação sujeito-objeto e não sujeito-sujeito, como proposto pela ação comunicativa. Dessa forma, a ação comunicativa se diferencia das demais pela harmonização das ações, uma vez que neste tipo de ação, os atores estão sempre de acordo com as consequências dessas ações, diante de um processo dialógico entre eles (ANDREWS, 2011).

A revisão bibliométrica de artigos no período de 1945 a 2015, também foi escolhida para abordar de que forma a teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas tem sido abordada na literatura internacional. O levantamento de dados partiu da base de dados do sistema *Web of Science* da Thomson Reuters, e a utilização de uma única base se deve à padronização das publicações acadêmicas.

A partir dessa busca, foram encontrados na análise geral 158 artigos, desses, foram selecionados os dez mais citados, sendo: Bavelas et al. (1986), Brown (2008), Grin e Graaf (1996), Innes (1995), Innes (2004), Kim e Kim (2008), Risse (2000, 2004), Yuthas, Rogers e Dillard (2002), Tewdwr-Jones e Allmendinger (1998),

Risse (2000) aborda em seu artigo, um novo modo de interação e de ação social que vem sendo ignorado no debate das relações internacionais dos EUA entre a escolha racional e o construtivismo social, ou seja, além da racionalidade instrumental e de um comportamento de normas, o autor propõe um terceiro modo de ação social: discutir e deliberar sobre a validade inerente a qualquer declaração comunicativa sobre identidades, interesses, e o estado do mundo, possibilitando aos atores envolvidos, uma abertura a persuasão, desafios e dificuldades em se chegar a um consenso fundamentado. Para isso, Risse (2000) utiliza a teoria crítica da racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas, e afirma que esta possibilita conceituar a lógica de argumentar e pode ser exercida para abordar questões empíricas na política mundial. Além da importância da racionalidade comunicativa apresentada pelo autor,

esse artigo é relevante também por apresentar uma distinção clara entre as outras duas formas de racionalidades, evidenciando a importância da comunicativa para políticas internacionais, porém, é aplicável a diversos campos de análise.

Innes (1995), em seu estudo, realiza uma comparação entre o pensamento sistêmico do planejamento, em que os teóricos dessa abordagem, em sua maior parte, compartilham uma fé na racionalidade instrumental, tendo em vista as ideias de que a tecnologia e o conhecimento podem fazer o mundo funcionar melhor e que o planejamento pode ser uma ferramenta importante para o progresso social; e o pensamento comunicativo sobre o planejamento, em que é tratado como mais do que tudo, uma atividade comunicativa interativa, sendo os planejadores atores no mundo e não apenas observadores. Segundo a autora, a ação comunicativa caracteriza-se como o paradigma emergente da teoria do planejamento, e por isso, Innes (1995) utiliza a teoria de Jürgen Habermas para demonstrar tal contexto.

O terceiro artigo mais citado é de autoria de Bavelas et al. (1986), que tem como objetivo saber se o mimetismo é o resultado do sentimento elevado ou o resultado de uma intenção de se comunicar esse sentimento claramente para outro. Apesar de apresentar a comunicação como elemento importante, como pode ser observado, de início, pelo título *I Show How You Feel: Motor Mimicry as a Communicative Act*, e no decorrer do texto, os autores não referenciaram a obra de Habermas em nenhum momento. Dessa forma, compreende-se que o artigo é um dos mais citados sobre a comunicação, mas não perante a racionalidade comunicativa que Habermas aborda.

O quarto artigo mais citado de Tewdwr-Jones e Allmendinger (1998) aborda uma questão interessante e inovadora nos estudos analisados, tendo em vista o fato da pesquisa criticar a racionalidade comunicativa quando aplicada ao planejamento colaborativo. De acordo com os autores, as críticas à racionalidade comunicativa se devem ao dilema de analisar como os valores comuns podem ser forçados e aplicados em diferentes campos e jogos de poder, sendo caracterizada pelos autores como idealista e utópica.

Innes (2004) aborda em seu estudo, os ‘crimes de sinal’, e ao optar por essa abordagem, afirma que a perspectiva de crimes de sinal interpreta comportamentos criminosos e antissociais como formas de ação comunicativa, que são interpretados por indivíduos e coletivos como indicadores sobre níveis de segurança, risco e perigo. A autora menciona no título do trabalho, que a ação comunicativa será abordada, como de fato aconteceu, porém, a autora não aborda as obras de Habermas, nem mesmo a que trata do referido tema.

Já Risse (2004) propõe analisar como a discussão e o agir comunicativo configuram-se como ferramentas importantes para modos de direção não hierárquicas na governança global, ou seja, a autora discute como a discussão e processos deliberativos afetam a fixação de regras de implementação de processos de governança global. Nesse sentido, Risse (2004) cita Jürgen Habermas e sua teoria da ação comunicativa com o enfoque sobre a democracia deliberativa, tendo em vista o fato da argumentação e a persuasão estarem diretamente ligadas ao debate sobre a legitimidade da governança global.

Kim e Kim (2008) abordam no estudo, a democracia deliberativa a partir de dois níveis de deliberação: uma é a deliberação instrumental, uma ferramenta processual, pelo qual as pessoas negociam e tomam decisões; e o outro é a deliberação dialógica, ou o diálogo, por meio do qual as pessoas constroem o conceito do eu e do outro, o sentido de comunidade, e a razão pública. Para tal, os autores baseiam-se na teoria da ação comunicativa de Habermas, no conceito de diálogo de Buber e na teoria da estruturação de Giddens, e propõem a conversa informal e não intencional como forma da prática de deliberação dialógica, sendo, portanto, a base fundamental da democracia deliberativa, pois a conversa política cotidiana possibilita aos cidadãos a construção de suas identidades, o alcance do entendimento mútuo, a produção de razão pública, a formação de opiniões consideradas, e a produção de regras e recursos para a democracia deliberativa.

Yuthas, Rogers e Dillard (2002) discutem no artigo uma tentativa inaugural de investigar as características éticas do discurso, encontradas nos relatórios anuais das empresas, por meio de princípios da ação comunicativa de Habermas. Dessa forma, o estudo representa uma tentativa inicial de operacionalização dos princípios da ação comunicativa de Habermas e de empregar uma metodologia que facilita a sua aplicação à pesquisa dentro de um contexto de negócios.

O nono artigo foi desenvolvido pelos autores Grin e VandeGraaf (1996), com o propósito de apresentar um modelo para a implementação da política com base na ação comunicativa entre atores políticos e seus grupos-alvo. Os autores identificaram objetos para essa implementação e apresentaram uma descrição dos decisores políticos, implementadores e grupos-alvo, como atores cujo comportamento é guiado por quadros profissionais de significado. Neste artigo, a ação comunicativa é utilizada no decorrer do texto, porém, os autores não apresentam como referência, as obras de Habermas.

Brown (2008), em seu estudo, analisa a abordagem adotada pelos decisores públicos do Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido, com base na concepção instrumental de confiança, que é predominante no país. Com isso, o autor discute as premissas e as limitações

da racionalidade instrumental e, diante disso, propõe uma compreensão comunicativa de confiança como alternativa. Assim, a racionalidade comunicativa de Habermas é utilizada como forma de resgatar a confiança e a relação paciente-médico, e a prestação de cuidados de saúde mais justos.

Diante dessa análise, observou-se que esses estudos ainda são poucos e que alguns desses tratam a racionalidade comunicativa, porém, não referenciam as obras de Habermas nas referências, apenas o citam no decorrer do estudo. Mesmo que alguns desses artigos não referenciem o autor e sua teoria, àqueles que a utilizam, empregam-na aplicada às diversas áreas. Como resultado dessa análise dos artigos, a ação comunicativa é tratada na teoria de Habermas, e consiste na comunicação entre atores sociais, por meio de decisões baseadas pela razão e em busca de um entendimento mútuo e consensual, desenvolvidas em áreas diversas, como organizações com bases administrativas, organizações do setor público, na política mundial, em teorias do planejamento, na área de saúde, em assuntos de interesse público, como por exemplo, criminalidade, a conversa cotidiana, e em ambientes que permitam uma relação sujeito-sujeito.

4.3 Síntese argumentativa entre Racionalidade Instrumental e Racionalidade Comunicativa

Mancur Olson, em sua obra ‘Lógica da Ação Coletiva’, aborda o comportamento dos indivíduos racionais que se associam em busca de um objetivo coletivo e busca apresentar uma alternativa à teoria tradicional de grupo, defendendo a racionalidade instrumental.

Habermas (2012), considerado um dos mais importantes sociólogos alemães contemporâneos, ao criticar a ação racional instrumental, desenvolveu o conceito de ação comunicativa composta por dois tipos de ação social: o agir estratégico e o agir comunicativo.

De acordo com Habermas (1987) a ciência se tornou escrava da racionalidade instrumental, e como forma de banir esse tipo de razão, busca subordiná-la à razão crítica, propondo outro tipo de racionalidade, apresentada como racionalidade comunicativa.

Siebeneicher (1989) aborda Habermas ao afirmar que para o autor a razão não deve mais ser analisada sob a ideia do sujeito que possui capacidade de domínio sobre o mundo, numa relação em que ocorre o julgamento dos outros e onde tudo se torna objeto. Pelo contrário, a razão admite o caráter comunicativo e processual, que busca se consolidar por meio da intersubjetividade entre sujeitos centrados na comunicação.

Freitas et al. (2014), apresentam o agir estratégico como ações estratégicas e utilitaristas onde o poder e o dinheiro coordenam as ações e ocasionam a burocratização e a monetarização das relações sociais. Isso se reflete em comunicações distorcidas, tendo em vista a coerção sistemática que os participantes sofrem, ocasionando o distanciamento do consenso nas relações. Nesse caso, um dos sujeitos é o objeto, que será manipulado para cumprimento de determinado objetivo e tem-se uma ação não dialógica, por abordar apenas aspectos estratégicos (ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012).

De acordo com Habermas (2012), na racionalidade comunicativa, as ações dos atores envolvidos são coordenadas para alcançar o entendimento. Por meio desse entendimento entre ouvintes e falantes que são definidas situações para serem compartilhadas e negociadas por todos os envolvidos em um determinado contexto.

Olson (1999) não trata em momento algum em sua obra sobre comunicação entre os participantes da ação coletiva, como é característico do pensamento baseado na racionalidade instrumental. Para ele:

[...] mesmo que todos os indivíduos de um grupo sejam racionais e centrados em seus próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns e grupais (OLSON, 1999, p. 14).

Olson (1999) em sua ideia norteadora afirma que o indivíduo racional, na busca pela maximização do seu próprio bem-estar, prefere que os outros membros paguem o custo da obtenção do objetivo comum, para então, aproveitar as vantagens oriundas do coletivo sem ter gasto algum.

Na lógica da ação coletiva proposta por Olson, as parcelas pela participação em uma determinada ação de um grupo são distribuídas de forma diferente entre cada participante, sendo assim, o indivíduo é considerado racional maximizador, com o intuito de ganhar mais que os outros participantes e, com isso, reduzir seus esforços para que o objetivo coletivo seja alcançado. Castanheira (2008) colabora ao afirmar que esse indivíduo subestima o raciocínio lógico dos outros, e não apoia a busca pelo bem, mas tende a aproveitar de todos os benefícios desse.

Assim, a racionalidade comunicativa, em contraponto, ocorre por meio da linguagem, sendo uma maneira privilegiada de relacionamento entre sujeitos, pois permite a articulação de valores, normas e questionamentos de ambos. Sendo esta a diferença evidenciada entre o agir comunicativo e o agir estratégico, tendo em vista que no primeiro ocorre a busca pelo reconhecimento intersubjetivo da validade, e já no segundo, um indivíduo age sobre o outro

com pretensão de alcançar os fins que ele definiu como importantes e necessários (BAPTISTA, 2011).

Tendo em vista o desenvolvimento da razão instrumental, Olson (1999), argumenta que a decisão do indivíduo sobre contribuir ou não para o benefício coletivo, depende muito mais de um cálculo embasado pelo custo marginal de fornecer o benefício coletivo, o benefício marginal perante o benefício coletivo e a quantidade de benefício já fornecido.

Nessa linha de raciocínio, o mundo-da-vida tem sido ‘colonizado’ por mecanismos de integração sistêmicos, caracterizados pela razão instrumental apresentada por Olson. Por outro lado, a teoria da ação comunicativa tem como objetivo principal denunciar esses processos de comunicação ‘sistematicamente distorcidos’, seja de forma consciente ou não (FREITAG, 2005). Vizeu (2005) afirma que a teoria da ação comunicativa de Habermas parte do conceito utilizado na sociologia cuja interação comunicativa se apresenta no centro da ação social.

Em contrapartida, quando ocorre uma ação racional na forma instrumental, o sujeito passa a intervir no mundo objetivo de outro indivíduo, assim, a ação perde a sua lógica dialógica, pois para o sujeito agente, a ação é racional em relação ao mundo objetivo, e o outro indivíduo é considerado um meio para alcançar o objetivo final, tornando-se, portanto, um objeto (VIZEU, 2006).

Porém, observa-se que as ações comunicativas proporcionam um consenso racional motivado, mediado por meio da fala cujos interlocutores se tornam participantes. Sendo assim, “o argumento é a razão que motiva os participantes a reconhecer as pretensões de validade de uma afirmação ou de uma norma, sendo a força do melhor argumento a motivação racional” (HABERMAS, 2012, p. 140).

Um pressuposto essencial para que a ação comunicativa seja eficaz é a satisfação das condições determinadas pela situação de discurso ideal. Essas condições são definidas diante de uma prática de comunicação livre de qualquer tipo de distorção, de coerção e ideologia, eliminando toda a força, exceto a força do melhor argumento (HABERMAS, 2012).

Numa sociedade marcada pelo pluralismo e de alto nível de complexidade, Habermas (1997) traz, em sua teoria, a preocupação de estabelecer a dimensão normativa por questionar, de um lado, a redução política a uma lógica individualista e competitiva e, de outro, a ideia exacerbada de uma vontade coletiva robusta e integrada de um povo. O equilíbrio entre essas posições polares, ele encontra pela articulação entre ambas, isto é, dos conceitos de cidadania e de soberania popular (AGUIAR, HELLER; MELO, 2012, p. 1509).

Esta teoria busca preservar a relação entre razão e sociedade. Preservar esta relação é um objetivo que surge do que Habermas chama de colonização do mundo-da-vida pelo sistema. Enquanto o primeiro coordena suas ações em torno do entendimento – agir comunicativo – e da solidariedade, o segundo coordena suas ações em torno do dinheiro, do poder e da competição – agir estratégico. Neste sentido, a razão do primeiro acaba minando as relações sociais do segundo (AGUIAR, HELLER, MELO, 2012; ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012; LUBENOW, 2012).

A interação social é sempre uma interação comunicativa. A racionalidade instrumental, no entanto, voltada unicamente ao êxito teria produzido um esvaziamento da ação comunicativa, gerando no homem contemporâneo formas de sentir, pensar e agir fundadas no individualismo, na competição, no cálculo (ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012, p. 13).

Nesse sentido, ao analisar as premissas da razão instrumental perante a razão comunicativa na sociedade contemporânea, Habermas (2012) pretende distanciar-se do conceito da razão que não busca o conhecimento do sujeito, e que propõe o domínio sobre os objetos. Para isso, traz o entendimento como único objetivo de uma atividade comunicativa que envolva dois sujeitos, utilizando, portanto, a linguagem, para se distanciar da razão instrumental.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção apresentar-se-á a metodologia utilizada para a realização desta dissertação. Primeiramente discorre-se sobre o caráter teórico do trabalho. Na sequência, é apresentado o passo a passo utilizado para a realização do estudo bibliométrico.

5.1 Dissertação teórica

Diante dos objetivos pretendidos, adotou-se a pesquisa teórica como procedimento metodológico, tendo a racionalidade como categoria analítica principal. Oliveira (1997) afirma que esse tipo de pesquisa permite ampliar generalizações, constituir modelos teóricos e associar e reunir hipóteses e, com isso, criar novas proposições a partir da dedução lógica. De acordo com Demo (2000, p. 20), uma pesquisa teórica é "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos".

De acordo com Eco (1988), a pesquisa teórica pode ser desenvolvida em três tipos de trabalhos: o primeiro permite uma visão panorâmica do assunto abordado e situado em diversos autores; o segundo se propõe a resolver um problema de forma geral em poucas páginas; e o último, considerado um estudo historiográfico, o que pode anular sua originalidade. Diante dessa reflexão de Eco (1998), a metodologia proposta para essa dissertação constitui-se na análise de textos empíricos, a partir de uma revisão bibliométrica e de uma metassíntese, em que se propõe uma análise do tipo de racionalidade predominante na gestão de cooperativas, tendo em vista a busca de uma leitura desses textos, como forma de elucidar novos conhecimentos e resultados.

A construção teórica possibilita a reflexão e autorreflexão dos elementos contraditórios e das forças críticas e emancipatórias do tema referido. Ao se tratar de racionalidade comunicativa, racionalidade instrumental e ação coletiva, esse modelo de metodologia permite essa reflexão emancipatória e evidencia a importância da teoria crítica aliada às cooperativas.

5.2 Tipo e natureza da pesquisa

A pesquisa acadêmica é fundamentada em revisões teóricas consistentes, por meio da realização de uma análise crítica dos trabalhos publicados sobre um determinado tema. Por meio dessa análise é possível abordar o que já foi publicado sobre o tema, mapear os autores e o que já foi desenvolvido, possibilitando maior sustentação e firmeza na realização de novos trabalhos (MUNIZ JR.; MAIA; VIOLA, 2011). Nesse sentido, o uso da bibliometria é útil para a área acadêmica e pesquisas científicas, pois contribui para a tomada de decisão na produção do conteúdo e do conhecimento de determinada área, tendo em vista o auxílio na organização e sistematização das informações tecnológicas e científicas (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Com o objetivo de mapear e conhecer a produção acadêmica em torno da temática racionalidade na gestão de cooperativas foi realizado, como uma primeira etapa, uma análise bibliométrica de artigos científicos com o intuito de caracterizar os estudos internacionais sobre o tema central, a racionalidade.

De acordo com Cunha (1985), a bibliometria é conceituada como um método de pesquisa que possibilita encontrar uma restrita quantidade de periódicos considerados essenciais, que supõe possuir artigos relevantes sobre um determinado assunto. As fontes de um estudo bibliométrico são, portanto, artigos provenientes de estudos originais disponíveis em um banco de dados. Price (1965) apresenta como função da bibliometria, a análise de citações que buscam um conjunto de referências bibliográficas incluídas em publicações, quais artigos e autores possuem maior influência em determinada área temática. Esta análise foi realizada nesta dissertação em relação ao tema racionalidade na gestão de cooperativas.

A bibliometria utiliza técnicas quantitativas para analisar a produção acadêmica por meio das citações, co-citações, autoria, coautoria, palavras-chaves, periódicos, crescimento e distribuição da bibliografia (FRANCISCO 2011; PINTO et al. 2014; MACIAS-CHAPULA 1998; VANTI 2002). Sendo assim, a revisão bibliométrica foi escolhida por ser um método planejado que pretende responder a uma pergunta específica, e que permite a coleta, a seleção e a análise crítica de estudos. Em estudos bibliométricos, os artigos são analisados e disponíveis em um banco de dados.

Com isso, a primeira etapa metodológica dessa dissertação foi uma análise bibliométrica dos artigos encontrados a partir da busca inicial sobre gestão de cooperativas e racionalidade nas seguintes bases indexadas escolhidas: *Web of Science*, *SciELO* e *Spell*.

Diante da escolha das bases de busca, foram escolhidos os termos usados para realizar a pesquisa. Em todas as bases citadas, utilizou-se os termos *cooperative* adicionados ao termo *rationality*, em bases nacionais e nas bases internacionais. Posteriormente, filtrou-se todos os artigos encontrados, de forma a selecionar apenas os empíricos. Vale ressaltar, que os dados foram analisados e gerenciados por meio dos softwares *EndNote*, *Microsoft Excel* e *CiteSpace*.

Em relação a essa primeira etapa da metodologia, foram encontrados 234 artigos na *Web of Science* por meio da busca realizada, considerando apenas documentos em formato de artigo científico e em todos os anos disponíveis na base (1945-2016), sendo que dentre todos esses artigos, foram excluídos os teóricos, uma vez que o objetivo da dissertação é a análise dos artigos de caráter teórico-empíricos, dessa forma, 52 artigos foram excluídos e restaram 182 artigos para filtrar com o intuito de encontrar realmente os artigos que abordam a racionalidade aplicada às cooperativas. Sendo assim, após uma análise criteriosa desses artigos, observou-se que apenas 14 artigos realmente abordam esses dois temas de forma conjunta. Vale ressaltar, que a discussão de racionalidade está inserida em quase todos os artigos da busca total (234 artigos), porém, observou-se a pouca discussão que ocorre ao analisar as cooperativas, já que a racionalidade está vinculada a discussões entre países, entre grupos individuais e entre empresas privadas e possíveis acordos relacionados a essas empresas.

Como forma de acrescentar a discussão, os termos *cooperative* e *rationality* foram pesquisados nas bases de dados *Scielo* e *Spell*. Essas bases não apresentaram diferenças em relação ao número de artigos que realmente se enquadram no objetivo, pois na primeira base foram encontrados dez artigos, sendo que desses, apenas três são realmente empíricos e abordam a relação entre racionalidade e cooperativa. Já na base de dados *Spell* encontrou-se apenas um artigo, sendo esse teórico, ou seja, não foi analisado, pois não se enquadra nos objetivos da dissertação.

Na segunda etapa metodológica realizou-se a metassíntese a partir dos dados obtidos na primeira etapa da metodologia. De acordo com Matheus (2009, p. 544), a metassíntese qualitativa é definida como “integração interpretativa de achados qualitativos (derivados de estudos etnográficos, da teoria fundamentada nos dados e outros) que são a síntese interpretativa dos dados”.

Nesse sentido, a metassíntese qualitativa é um método que permite confrontar, decompor, integrar e transformar, os resultados de estudos primários qualitativos, em um processo de tradução e síntese (ZOBOLI; SCHVEITZER, 2013). Diante disso, após a busca

em um primeiro momento, da literatura relacionada à racionalidade e gestão de cooperativas, passou-se para uma análise, interpretação e conclusão da questão norteadora desse estudo.

De acordo com Matheus (2009), a proposta da metassíntese deve seguir seis etapas para pesquisas qualitativas:

- 1) Identificar o interesse intelectual e qual o objetivo da pesquisa. O objetivo norteia o estudo e é o primeiro passo da revisão sistemática, e o interesse intelectual fundamenta-se na relevância e na necessidade de integrar os dados dispersos sobre determinado tema;
- 2) Decidir o que é relevante aos interesses e os critérios iniciais de inclusão dos estudos. Para isso, o pesquisador desenvolve uma exaustiva coleta de dados.
- 3) A leitura dos estudos é importante para analisar as metáforas e as interpretações relevantes, elaborando resumos de forma a tornar os resultados mais acessíveis e organizados para o revisor/pesquisador.
- 4) Determinar como os estudos estão relacionados, e a partir dos resultados primários, pode ser feita a suposição inicial sobre o relacionamento entre os estudos.
- 5) Elaborar novas afirmações, mais concisas e amplas que correspondam ao conteúdo do conjunto dos resultados, mas que preservem o contexto do qual surgiram.
- 6) Elaborar a nova explicação de forma que seja equivalente a todos os estudos pesquisados.

Noblit e Hare (1998) afirmam que o termo metassíntese é considerado o método de pesquisa que tem como objetivo a análise minuciosa da teoria, métodos e resultados obtidos por estudos que utilizaram a abordagem metodológica qualitativa.

Para isso, com base na busca inicial dos artigos encontrados, foram analisados os casos empíricos que abordam a racionalidade na gestão de cooperativas. Assim, foi observada qual racionalidade predomina nas cooperativas.

Dessa forma, a metassíntese permite que os trabalhos encontrados sejam analisados a partir das especificidades da dissertação e diante das categorias teóricas comparativas que foram delimitadas para responder a seguinte pergunta: qual racionalidade é predominante nos estudos internacionais e nacionais sobre gestão de cooperativas?

A técnica de metassíntese permitirá que o pesquisador consiga observar de fato qual a racionalidade (instrumental ou comunicativa) está presente nas cooperativas, a partir de uma análise mais criteriosa, com o objetivo de sintetizar, nos estudos nacionais e internacionais, a temática aqui tratada.

Assim, foram definidas cinco categorias referentes aos conceitos de racionalidade instrumental e de racionalidade comunicativa. Essas categorias teóricas de comparação possuem o objetivo de demonstrar que tipo de racionalidade predomina na gestão de cooperativas. As categorias são apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Categorias analíticas

Categoria	Instrumental	Comunicativa
Interesse	Privado	Público
Comunicação	Monólogo	Diálogo
Tipo de decisão	Maioria	Consenso
Entendimento	Objetividade	Intersubjetividade
Democracia	Representativa	Deliberativa

Fonte: Da autora (2017).

Diante disso, torna-se importante abordar cada uma delas. O interesse pode ser classificado como individual ou público, tendo em vista a sua razão principal. Com isso, os indivíduos de um grupo tendem a realizar suas ações, levando em consideração seus objetivos privados ou coletivos. Assim, pode-se alcançar um objetivo apenas para chegar a um fim que trará benefícios pessoais ou pode-se agir para alcançar o objetivo comum a um determinado grupo.

A comunicação pode ser elaborada por meio de um amplo debate, diálogo por meio dos atores sociais, ou pode ser destinada a apenas uma pessoa. Nesse sentido, a comunicação presente nos artigos foi analisada com base na dialogicidade, processo dialógico em que a comunicação exerce um papel muito importante na relação entre membros de uma cooperativa, formando uma opinião comum entre eles, ou pelo monólogo, em que apenas uma pessoa ou pessoas predeterminadas em uma cooperativa detêm o poder da fala e não incitam o diálogo com o restante dos membros.

A categoria ‘tipos de decisão’ abrange a forma como a decisão é tomada na cooperativa, ou seja, por meio de um consenso, em que todos se reúnem, discutem, expõem suas opiniões e chegam a um entendimento mútuo, com base em um argumento válido e legítimo, ou com base na decisão realizada pela maioria, em que preferem, por exemplo, a votação, ao invés de uma discussão acerca de determinado assunto.

A categoria entendimento refere-se à importância de identificar, nos processos decisórios, como são discutidas as questões e se, de fato, elas permitiram aos indivíduos compreender a fala do outro e chegarem a um entendimento de forma conjunta.

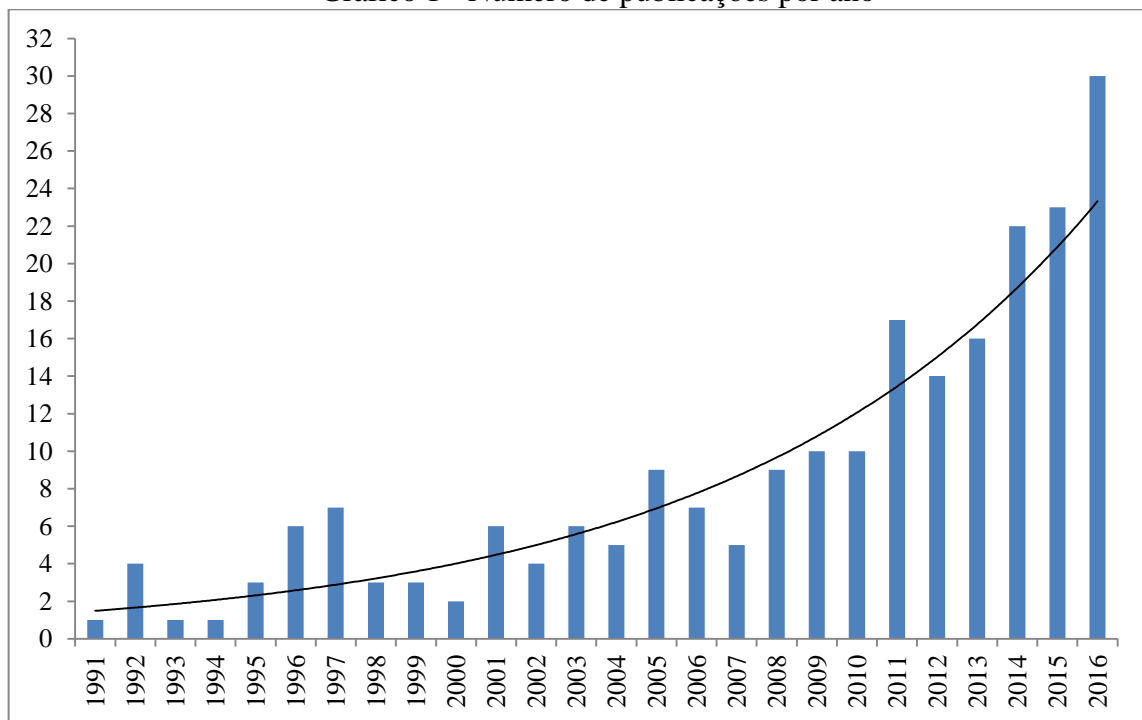
Já a última categoria, refere-se à democracia observada nos processos decisórios. Ela pode ser identificada nos artigos como representativa, em que os indivíduos apenas demonstram sua conclusão final, mas que não procuram uma forma de discutir e expor sua opinião e deixar que todos os indivíduos compreendam-na e decidam juntos. Já a democracia deliberativa reforça que a decisão surge a partir de uma discussão, e não de uma consulta. Sendo assim, a democracia deliberativa aborda “o valor dos procedimentos cívicos e dialógicos capazes de gerar consensos racionais para a tomada de decisões” (NOGUEIRA, 2011, p. 125).

Diante disso, as categorias teóricas configuram-se como fator primordial para que os resultados dessa dissertação sejam alcançados, sendo que por meio delas a análise de qual racionalidade é predominante nos estudos sobre gestão de cooperativas é investigada e analisada.

6 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA: COMO A RACIONALIDADE EM COOPERATIVAS É ABORDADA EM ESTUDOS INTERNACIONAIS

A busca realizada na *Web of Science* com os termos *cooperative* e *rationality* apresentou um resultado de 234 artigos. No Gráfico 1 é demonstrado o número de publicações por ano, sendo possível observar o quanto o tema é considerado recente, tendo em vista o número de publicações realizadas a partir do ano de 1991. Em 1962, apenas um artigo foi publicado sobre a temática, sendo que o segundo artigo apenas, foi publicado no ano de 1991, demonstrando um período longo de tempo sem publicação de nenhum artigo. Em contrapartida, a partir de 1991, os temas foram tratados de forma crescente, sendo o ano 2016, o ano em que mais publicaram artigos sobre a temática.

Gráfico 1 - Número de publicações por ano



Fonte: *Web of Science* (2017)

O primeiro artigo publicado foi *Rationality postulates for bargaining solutions in cooperative and in non-cooperative games*, por Harsanyi (1962) no periódico *Management Science*. Esse artigo é considerado importante por ser o primeiro, mas nesse trabalho, ele não foi analisado, pois apesar de ser empírico, não aborda a relação entre cooperativa e racionalidade. Como existe uma discrepância muito grande em relação a primeira publicação e os últimos anos, observou-se quais eram os artigos citados no ano de 2016, para analisar se os artigos recentes abordam a relação entre cooperativa e racionalidade, e se de fato, estes se

enquadram nessa análise. Diante disso, apenas o artigo *Beyond Tragedy: Differential Commoning in a Manufactured Housing Cooperative*, de Notermann (2016), foi publicado em 2016. Vale ressaltar, que esse artigo é muito importante para a análise das categorias realizadas no tópico seguinte.

Na Tabela 2 são apresentados os dez artigos mais citados da *Web of Science*.

Tabela 2 - Artigos mais citados da *Web of Science*

Título	Citação	Freq.
<i>Learning dynamics in social dilemmas</i>	Macy e Flache (2002)	209
<i>Chains of cooperation threshold effects in collective action</i>	Macy (1991)	177
<i>Evolution of direct reciprocity under uncertainty can explain human generosity in one-shot encounters</i>	Delton et al (2011)	89
<i>Social heuristics shape intuitive cooperation</i>	Rand et al (2014)	88
<i>Metabolising risk: food scares and the un/remaking of Belgian beef</i>	Stassart e Whatmore (2003)	59
<i>Expectations and fairness in a modified Ultimatum game</i>	Suleiman (1996)	57
<i>Dynamic coalition formation and the core</i>	Arnold e Schwalbe (2002)	54
<i>Cost Allocation of multiagency water-resource projects – game – theoretic approaches and case study</i>	Lejano e Davos (1995)	39
<i>Time consistent side payments in a dynamic game of downstream pollution</i>	Jorgensen e Zaccour (2001)	36
<i>Why environmental policy nightmares recur</i>	Yaffee (1997)	36

Fonte: Da autora (2017).

O artigo *Learning dynamics in social dilemmas*, foi o artigo mais citado, e configura-se como teórico e não como empírico, dessa forma, apesar de ser o artigo mais citado, não foi analisado na busca refinada. Mas como foi o artigo mais citado e de uma forma bem significativa, torna-se importante abordar sobre o tema central do trabalho, uma vez que ele aborda o Equilíbrio de Nash, tema também bastante trabalhado nos artigos, juntamente com a teoria dos jogos. Mas ao abordarem o equilíbrio de Nash, os autores afirmam que essa teoria possui limitações que devem ser levadas em consideração e, por isso, propõem uma nova forma de analisar os dilemas sociais, por meio de uma teoria conhecida como ‘conluio estocástico’. Já o segundo artigo *Chains of cooperation threshold effects in collective action* também do autor Macy, porém, do ano 1991, cita Olson (1965) em seu trabalho, porém, não trata a dualidade ‘cooperativa e racionalidade’, pois aborda em seu contexto, os efeitos de limite da ação coletiva e, para amparar essa discussão, o autor desenvolve simulações computacionais que demonstram que quando as escolhas individuais vão ao encontro a participação dos outros, essa relação facilita o deslocamento de um sistema de equilíbrio de não cooperativo para cooperativo, e quando ocorrem reações em cadeias, é necessário desenvolver fortes laços para a cooperação. O terceiro artigo mais citado vai um pouco ao

encontro ao que é abordado no segundo artigo, uma vez que ambos abordam a situação do homem em cooperar, porém, neste artigo, analisa-se de que forma a generosidade e reciprocidade contribuem em uma situação de cooperação entre agentes.

Cooperação é, sem dúvida alguma, um dos temas mais trabalhados em todos os artigos. No quarto artigo mais citado *Social heuristics shape intuitive cooperation*, o termo também aparece, mas voltado a analisar de que forma a intuição favorece ou não a cooperação. Já o quinto artigo mais citado, é um dos artigos filtrados nesse trabalho, para a análise, demonstrando o quanto esse artigo é importante para a discussão tão escassa na literatura analisada, de cooperativa e racionalidade. O artigo de Stassart e Whatmore (2003) apresenta uma discussão sobre uma cooperativa belga de produtos carnívoros, em que os autores pretendem demonstrar a importância das práticas do consumidor e produtor, para a montagem e sustentabilidade de novas formas institucionais na transação do intervalo entre produção e consumo. Mais uma vez, apesar da importância do artigo, devido ao número de citações (59), não cita Olson e Habermas, evidenciando o quanto esses dois autores não são trabalhados em artigos sobre essa temática e muito menos de forma conjunta.

Apresentando a teoria dos jogos como uma teoria bastante discutida nos artigos da busca, ela se encontra presente no sexto e no sétimo artigo mais citado. Em seu trabalho, Suleiman (1996) propõe uma mudança no jogo ao inserir mais um elemento, e observa como o indivíduo irá reagir. Já Arnold e Schwalbe (2002) observam as coalizões formadas por meio dos jogos, ou seja, como se dão as ações dos indivíduos para cooperarem. Vale ressaltar, que Arnold e Schwalbe (2002) abordam a presença da importância das recompensas para incentivar a ação dos indivíduos, o que caminha de acordo com o que o Olson (1965) aborda em seu livro 'A lógica da ação coletiva'. O oitavo artigo *Cost Allocation of multiagency water-resource projects – game – theoretic approaches and case study*, também aborda a teoria dos jogos, porém, aplicada a uma situação em que grupos precisam se associar para que os recursos hídricos sejam gerenciados de forma correta. Sendo assim, utilizam da teoria dos jogos cooperativos para demonstrar como isso acontece, e propõem um novo conceito 'núcleo' para analisar a participação e a cooperação para o desenvolvimento de projetos de recursos hídricos.

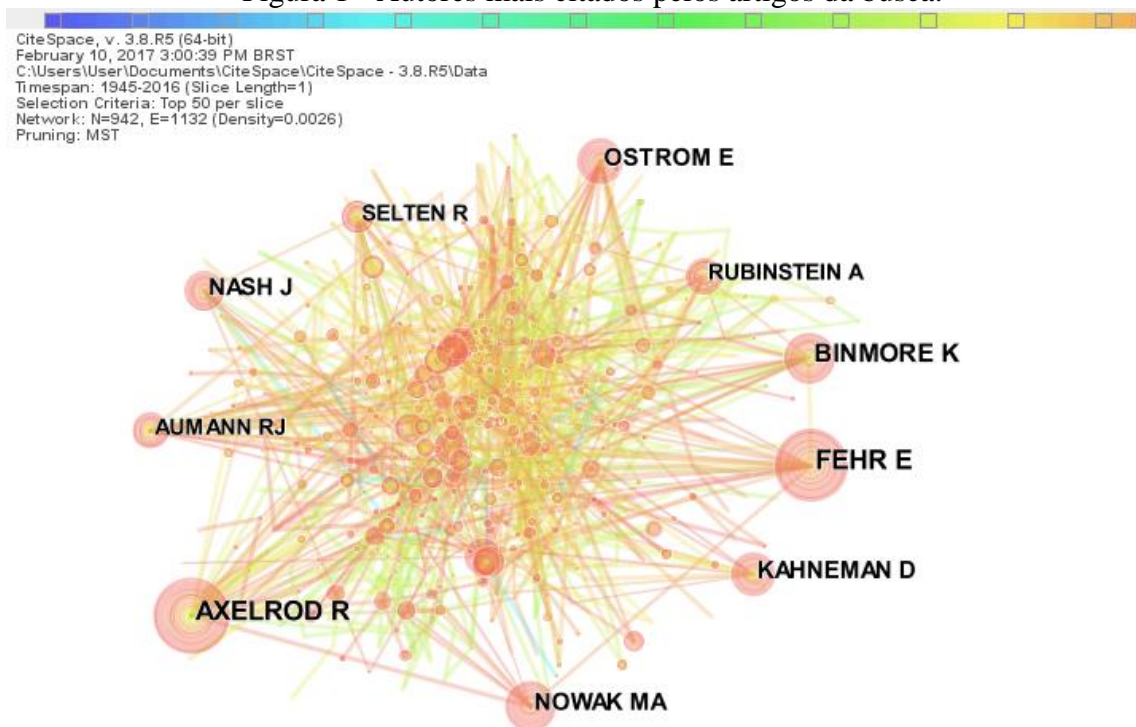
Já os trabalhos de Jorgensen e Zaccour (2001) e Yaffee (1997) abordam tema semelhante, a política ambiental. De certa forma, ambos tratam a racionalidade individual presente nas políticas ambientais. Enquanto Jorgensen e Zaccour (2001) abordam essa racionalidade entre dois países, quando precisam cooperar em função de uma política

ambiental, Yaffee (1997) apresenta uma solução para tratar a racionalidade instrumental por meio de mecanismos que induzam a cooperação.

Diante da análise desses dez artigos mais citados e, conseqüentemente, da importância desses artigos para o campo analisado, observa-se que Olson apareceu apenas em um artigo e Habermas não foi citado por nenhum deles, o que permite concluir que no campo analisado, esses dois autores, ou mesmo as duas teorias, não aparecem de forma incisiva, demonstrando que não são estudados de forma conjunta, ou mesmo não são referenciados como teorias importantes. Ressalta-se que a racionalidade individual/instrumental aparece muito nos trabalhos, mas não é apresentada por meio da obra de Mancur Olson.

A Figura 1 apresenta os autores mais citados pelos 234 artigos da busca. O autor mais citado é Robert Axelrod, com 35 citações. Axelrod é um cientista político e leciona Ciências Políticas e Políticas Públicas na Universidade de Michigan. O autor é conhecido por trabalhar de forma interdisciplinar sobre a evolução da cooperação, como percebido pela sua obra mais famosa, *The Evolution of Cooperation*, o que vai ao encontro com a abordagem da busca realizada na base de dados. Apesar de abordar essa temática em seus trabalhos, o autor não está citado em nenhum dos artigos selecionados e filtrados para análise de cooperativa e racionalidade.

Figura 1 - Autores mais citados pelos artigos da busca.



Fonte: Da autora (2017).

O segundo autor mais citado, Ernst Fehr, é economista e trabalha na Universidade de Zurique, na Suíça. Em suas obras, o autor aborda temas como a economia comportamental e a evolução da cooperação humana e socialidade, bem como a justiça, a racionalidade limitada e a reciprocidade.

Habermas e Olson, autores importantes na nossa análise, aparecem nessa busca, porém, são poucos citados. Mancur Olson é citado sete vezes e Jurgen Habermas foi citado seis vezes. Apenas dois dos artigos que citam Olson estão na análise dos artigos, o restante não relaciona cooperativa e racionalidade, mas abordam temas como estão organizados nas Tabelas 3 e 4 :

Tabela 3 - Artigos que citam Mancur Olson. (continua)

ARTIGO	OBJETIVO
<p><i>Two egocentric sources of the decision to vote: The voter's illusion and the belief in personal relevance</i></p> <p>Acevedo e Krueger (2004)</p>	<p>Observar se as pessoas, ao votarem em uma eleição, escolheram seu voto pensando no bem-estar social ou pensando no seu próprio interesse. Utilizam a 'Lógica da Ação coletiva' com o intuito de demonstrar a satisfação dos interesses pessoais.</p>
<p><i>The participatory principle in development projects: The costs and benefits of cooperation</i></p> <p>Brett (1996)</p>	<p>Analisar a relevância de suposições de autointeresse, oportunismo e racionalidade limitada em organizações solidaristas, em seguida, usá-los para calcular os custos e benefícios do uso de sistemas participativos. A obra de Olson é utilizada para abordar o interesse próprio e o oportunismo.</p>
<p><i>Norm, network, and commons: The invisible hand of community</i></p> <p>Lejano e Castro (2014)</p>	<p>Argumentar que juntamente com a lógica instrumentalista, existem também casos em que a ação coletiva surge de outras motivações - por exemplo, outras - consideração, tradição, empatia e outras que não se traduzem na racionalidade individual. Olson é citado ao abordar que, apenas em pequenos grupos, a cooperação pode surgir de forma voluntária.</p>
<p><i>Chains of cooperation - threshold effects in collective action</i></p> <p>Macy (1991)</p>	<p>Apresentar o modelo limiar de ação coletiva do autor Granovetter em que os indivíduos, ao agirem coletivamente, dependem dos retornos marginais dos investimentos em bens públicos. Abordam que quando os interesses individuais vão ao encontro com a participação das outras pessoas, pode-se passar de um equilíbrio não cooperativo para cooperativo. A obra de Olson é citada ao referenciar os interesses individuais e incentivos seletivos.</p>

ARTIGO	OBJETIVO
<p><i>Beyond Tragedy: Differential Commoning in a Manufactured Housing Cooperative</i></p> <p>Noterman (2016)</p>	<p>Este artigo toma como exemplo os moradores de uma comunidade de moradias manufaturadas que se organizaram como uma cooperativa em resposta à ameaça de despejo. Olson é citado para apresentar como as ações individuais afetam os resultados.</p>
<p><i>"Machiavellian" intelligence as a basis for the evolution of cooperative dispositions</i></p> <p>Orbell et al (2004)</p>	<p>Utilizou-se a simulação para abordar a relação evolutiva entre as capacidades maquiavélicas básicas e as disposições cooperativas. Distinguiu-se entre 'racionalidade em ação' e 'racionalidade em design' - o ajuste adaptativo entre um atributo de design de um animal e seu ambiente. A importância dos incentivos é abordado no artigo a partir da perspectiva de Olson.</p>
<p><i>On the use of the prisoners' dilemma to analyze the relations between employment security, trust, and effort</i></p> <p>Smith (2010)</p>	<p>Utilizar o dilema do prisioneiro para analisar os efeitos da segurança do emprego no esforço de trabalho. O artigo utiliza Olson para abordar as sanções normativas dentro de um grupo de trabalho.</p>

Fonte: Da autora (2017). (conclusão)

Tabela 4 - Artigos que citam Jurgen Habermas (continua)

ARTIGO	OBJETIVO
<p><i>Limits and constraints of the instruments that control the work of community health agents in the Family Health Strategy</i></p> <p>Justo, Gomes e Silveira (2015)</p>	<p>Analisar as ferramentas utilizadas para controlar a ação social dos agentes comunitários de saúde e as possibilidades de emancipação desses profissionais com base na noção de ação comunicativa proposta por Jurgen Habermas.</p>
<p><i>Governing uncertain and unknown effects of genetically modified crops</i></p> <p>Kvakkestad e Vatn (2011)</p>	<p>Este artigo analisa as capacidades de três regimes de governança diferentes para lidar adequadamente com os efeitos incertos e desconhecidos de culturas geneticamente modificadas (GM). Os autores afirmam que são necessários mecanismos de governança que facilitem a adaptação cooperativa e a racionalidade comunicativa nos regimes analisados.</p>
<p><i>Between argument and coercion: Social coordination in rural environmental governance</i></p> <p>Taylor (2010)</p>	<p>Este artigo busca a questão de como diferentes modos de ação social, representados nas reivindicações argumentativas dos participantes, influenciam a coordenação social nessas arenas de governança. Um estudo empírico é apresentado da governança agro-ambiental na Austrália, onde os atores debatem planejamento e iniciativas políticas para reduzir os impactos difusos da qualidade da água de fazendas na Grande Barreira de Coral adjacente. O artigo utiliza Habermas ao abordar a teoria da ação comunicativa aplicada às políticas ambientais.</p>

ARTIGO	OBJETIVO
<p><i>Jury instructions in Hong Kong: a Gricean perspective</i></p> <p>Cheng, Cheng e Li (2015)</p>	<p>Examinar as instruções do júri em Hong Kong para explorar melhor como as instruções do júri são dadas em Hong Kong, sendo uma jurisdição de direito comum e argumentar que o Princípio Cooperativo de Grice pode ser adaptado para examinar as instruções do júri, a fim de lançar alguma luz sobre a elaboração de instruções do júri. Habermas aparece no decorrer do texto, para explicar a racionalidade que coordena a comunicação, porém não é abordado nas referências do artigo.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2017). (conclusão).

Esse dado apresenta a ideia de que, apesar dos autores serem relevantes na abordagem sobre racionalidade, são pouco utilizados em artigos sobre essa busca de dados, apesar de racionalidade ser citada nos artigos, ela é citada por outros autores ou outras abordagens. Habermas não é citado em nenhum dos artigos da busca, porém, Olson apareceu em dois deles.

No Quadro 3 apresenta-se os resultados da frequência de citações dos autores dos artigos encontrados na busca.

Quadro 3 - Autores mais citados.

Artigo	Frequência
<i>Axelrod R.</i>	35
<i>Fehr E.</i>	30
<i>Binmore K.</i>	24
<i>Ostrom E.</i>	20
<i>Nowak M</i>	20
<i>Kahneman D.</i>	20
<i>Nash J.</i>	19
<i>Selten R.</i>	18
<i>Rubinstein A.</i>	18
<i>Aumann R.J.</i>	18

Fonte: Da autora (2017).

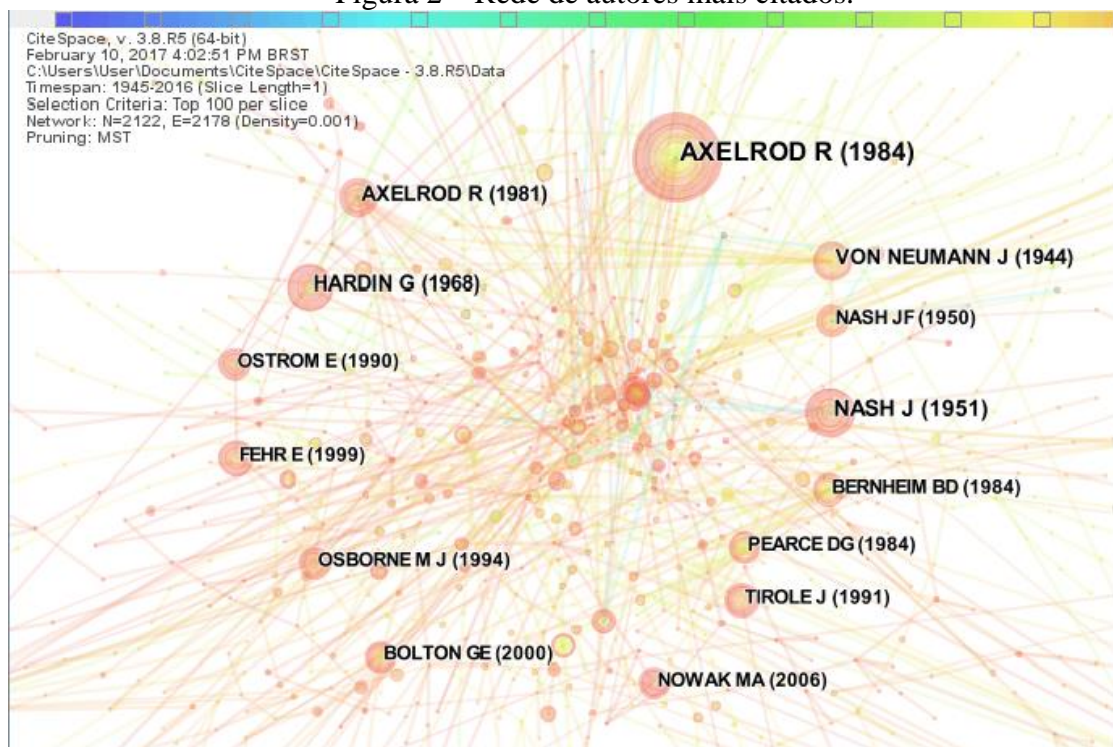
Como forma de observar o principal assunto abordado por esses dez autores, e mais ainda, compreender o porquê eles são mais citados e utilizados para abordar a relação entre cooperativa e racionalidade, buscou-se analisar a principal área de cada um deles. Os dois primeiros autores e suas respectivas áreas foram ressaltados acima. O terceiro autor, Ken Binmore, é economista e trabalha com a teoria dos jogos, já a quarta autora mais citada é Elinor Ostrom, que ganhou o prêmio Nobel de economia e estudou a temática de bens comuns e a relação sustentável entre o homem e o ecossistema. Martin Nowak trabalha com genética e a evolução da cooperação e da linguagem humana. O sexto autor foi Daniel Kahneman, que analisa o comportamento humano considerado irracional ao abordar a gestão de riscos. John

Nash é conhecido pelos avanços realizados sobre a teoria dos jogos ao abordar estratégias para vencer. O oitavo autor foi Reinhard Selten, que também trabalhou com a teoria dos jogos e com a racionalidade limitada. Ariel Rubinstein é economista e foi citado dezoito vezes, abordando estudos na área de equilíbrio perfeito e teoria dos jogos. O décimo autor mais citado é Robert Aumann, como outros autores, também aborda a teoria dos jogos, por meio do conceito de equilíbrio correlacionado.

Diante disso, como já observado na análise dos 234 artigos da busca, a maioria dos artigos aborda a teoria dos jogos aplicada a diversas situações e organizações, por isso, os autores mais citados são conhecidos na discussão sobre a teoria dos jogos.

A próxima tabela apresenta as obras mais citadas nos artigos. Mais uma vez, pode-se observar o quanto Habermas e Olson são pouco consultados sobre a temática, pois apesar de ter três obras citadas (na verdade refere-se à A teoria da ação comunicativa, porém, traduzidas), o número de citações das obras de Habermas é pequeno, cada uma delas sendo citada apenas uma vez. Já Olson teve apenas uma obra citada (A lógica da Ação coletiva, apresentada em duas versões). Na Figura 2 apresenta-se uma rede, demonstrando as obras mais citadas.

Figura 2 – Rede de autores mais citados.



Fonte: Da autora (2017).

Ao observar a rede e compará-la aos autores mais citados, observou-se algumas relações, como por exemplo, Robert Axelrod, que apresenta duas obras mais citadas, Elinor Ostrom, Ernst Fehr, Martin Nowak e Jonh Nash, que também apresentam duas obras. Isso revela o quanto esses autores são realmente relevantes na área analisada.

A obra de Axelrod (1984), intitulada *The Evolution of Cooperation*, questiona como a cooperação pode surgir em um mundo em que as pessoas são egoístas, mundo esse que pode ser analisado tanto nas empresas quanto nos indivíduos. Essa discussão permeia diversos campos, e para aplicar a sua discussão, o autor apresenta um torneio de computador em que se utiliza um programa cooperativo que alcança várias mudanças significativas, propondo, portanto, que os princípios cooperativistas podem ser aplicados e repassados por todos, em qualquer que seja a situação.

John Nash escreveu em 1991, o artigo *Non-Cooperative Games*, que tem como objetivo demonstrar a ausência de coalizões, porque acredita que os indivíduos agem de forma independente e sem comunicação e cooperação com os outros. E como ponte forte da teoria desenvolvida pelo autor, ele apresenta o ponto de equilíbrio a partir de um jogo simplificado de três pessoas.

Garret Hardin possui a terceira obra mais citada, sendo *The tragedy of the Commons*, (1968), e o autor apresenta essa teoria com base em problemas ambientais. Para analisar os problemas ambientais o autor apresenta o dilema do prisioneiro aliado a teoria dos jogos, que tem como objetivo analisar qual a cooperação dos indivíduos com base em uma situação em que ambos estão em risco. Vale observar que o artigo selecionado (14) *Beyond Tragedy: Differential Commoning in a Manufactured Housing Cooperative* cita essa obra.

Von Neumann J. é conhecido como o pai da teoria dos jogos e escreveu, juntamente com Oskar Morgenstern, *Theory of games and Economic Behavior* (1944), obra que utiliza da matemática para analisar o comportamento de todos os agentes envolvidos para observar a cooperação e a concorrência dentro de pequenos grupos de empresa.

Em 1981, Robert Axelrod escreveu um artigo com Willian Hamilton, que aborda a ideia inicial que o autor apresenta no livro de 1984. Esse artigo tem o mesmo nome do livro, *The Evolution of Cooperation*, porém, apresenta uma introdução da teoria dos jogos e a modelagem computacional em situações em que envolvem os indivíduos, com o objetivo de demonstrar os objetivos da cooperação.

Ernst Fehr escreveu um artigo juntamente com Klaus Schmidt intitulado *A theory of fairness, competition, and cooperation* de 1999, que busca analisar as hipóteses que as pessoas exploram o poder de barganha em mercados competitivos, mas não em situações de

acordo e negociação bilateral e que existe a presença dos *free-riding* em jogos cooperativos. Diante disso, os autores concluíram que realmente é o ambiente econômico que vai determinar se as pessoas serão justas ou egoístas em suas relações.

Jean Tirole, juntamente com Drew Fudenberg, escreveu o livro *Game Theory* em 1991 que teve como objetivo demonstrar os princípios da teoria do jogo não cooperativo, abordando o equilíbrio de Nash, jogos estratégicos e jogos repetidos. Para aplicar a teoria, os autores apresentam exemplos econômicos e exemplos aplicados a ciência política.

David Pearce, em 1984, escreveu o artigo *Rationalizable Strategic Behavior and the Problem of Perfection*, que busca explorar o que pode ocasionar os resultados de um jogo não cooperativo, por meio da racionalidade dos jogadores e das informações que esses possuem. Como resultado dessa análise, o autor propõe o conceito de racionalização. Esse artigo, conforme observado aqui, vai muito ao encontro do objetivo dessa dissertação.

Martin Nowak escreveu o artigo *Five Rules for the Evolution of Cooperation*, em 2006, com o objetivo de demonstrar a importância da cooperação e, para isso, o autor aborda temas relacionados a evolução da cooperação, como: seleção de parentesco, reciprocidade direta e indireta, reciprocidade de rede e seleção de grupo.

Gary Bolton e Axel Ockenfels escreveram o artigo *A Theory of Equity, Reciprocity, and Competition*, em 2000, com o propósito de demonstrarem um modelo simples baseado na ideia de que as pessoas são motivadas tanto pela sua rentabilidade quanto pela sua relativa posição de pagamento. Para análise e desenvolvimento desse modelo, os autores observam jogos onde a equidade é pensada como ultimato e ditadora, e jogos onde a reciprocidade é também pensada, e também analisando o dilema do prisioneiro e jogos em que a competição é abordada.

Elinor Ostrom, em seu livro *Governing the Commons: The evolution of Institutions for Collective Action*, de 1990, propõe análises empíricas para demonstrar se os problemas relacionados aos recursos hídricos foram ou não superados de forma satisfatória. Ostrom afirma que esses problemas são muitas vezes resolvidos por organizações voluntárias e não pelo Estado. Vale ressaltar que entre os artigos selecionados para análise (14), o artigo *The participatory principle in development projects: the costs and benefits of cooperation* e o artigo *Beyond Tragedy: Differential Commoning in a Manufactured Housing Cooperative* citam essa obra de Ostrom.

Martin Osborne e Ariel Rubinstein escreveram, em 1994, o livro *A Course in Game Theory*, onde buscam apresentar conceitos importantes referente a teoria dos jogos, com o objetivo de demonstrar provas concretas das análises realizadas. Citam que o livro serve para

direcionar aulas em pós-graduação, justamente por apresentar uma ampla revisão sobre a teoria dos jogos.

Jonh Nash, em 1950, escreveu um artigo intitulado *The Bargaining Problem*, em que apresenta uma nova forma de analisar um problema econômico clássico que ocorre em negociações, por exemplo, ou em um jogo de duas pessoas. Para isso, o autor analisa o comportamento de cada indivíduo e do grupo em uma determinada situação econômica.

Douglas Bernheim escreveu o artigo *Rationalizable Strategic Behavior*, em 1984, com o objetivo de observar a escolha racional em jogos estratégicos, para então estudarem as propriedades estratégicas racionalizáveis e refinar esses resultados de acordo com o objetivo do estudo.

Ao analisar cada obra apresentada aqui, observa-se que a maioria se relaciona com a teoria dos jogos, sendo essa teoria envolvida em diversos campos. Para relacionar a importância desses artigos – demonstrada pela citação de cada um, cuja frequência é apresentada na Tabela 2 - com as obras filtradas para análise, foi possível identificar que essas obras não são tão significativas para os artigos filtrados, uma vez que aparecem em apenas dois artigos dos 14 selecionados. Isso vai ao encontro com a pouca análise da teoria dos jogos nos artigos encontrados.

Tabela 5 - Frequência das obras mais citadas.

Obra mais citada	Freq.
<i>The Evolution of Cooperation</i>	25
<i>Non- Cooperative Games</i>	14
<i>The tragedy of the Commons</i>	13
<i>Theory of games and Economic Behavior</i>	11
<i>The Evolution of Cooperation</i>	11
<i>A theory of fairness, competition, and cooperation</i>	10
<i>Game Theory</i>	10
<i>Rationalizable Strategic Behavior and the Problem of Perfection</i>	9
<i>Five Rules for the Evolution of Cooperation</i>	9
<i>A Theory of Equity, Reciprocity, and Competition</i>	9
<i>Governing the Commons: The evolution of Institutions for Collective Action</i>	9
<i>A Course in Game Theory</i>	9
<i>The Bargaining Problem</i>	9
<i>Rationalizable Strategic Behavior</i>	9

Fonte: Da autora (2017).

Ao analisar os autores que mais publicaram dentro da busca dos 234 artigos, observa-se que o autor que mais publicou foi Michel Grabisch, com três publicações, demonstrando que os autores dos artigos não publicaram muitos artigos referente a temática aqui analisada.

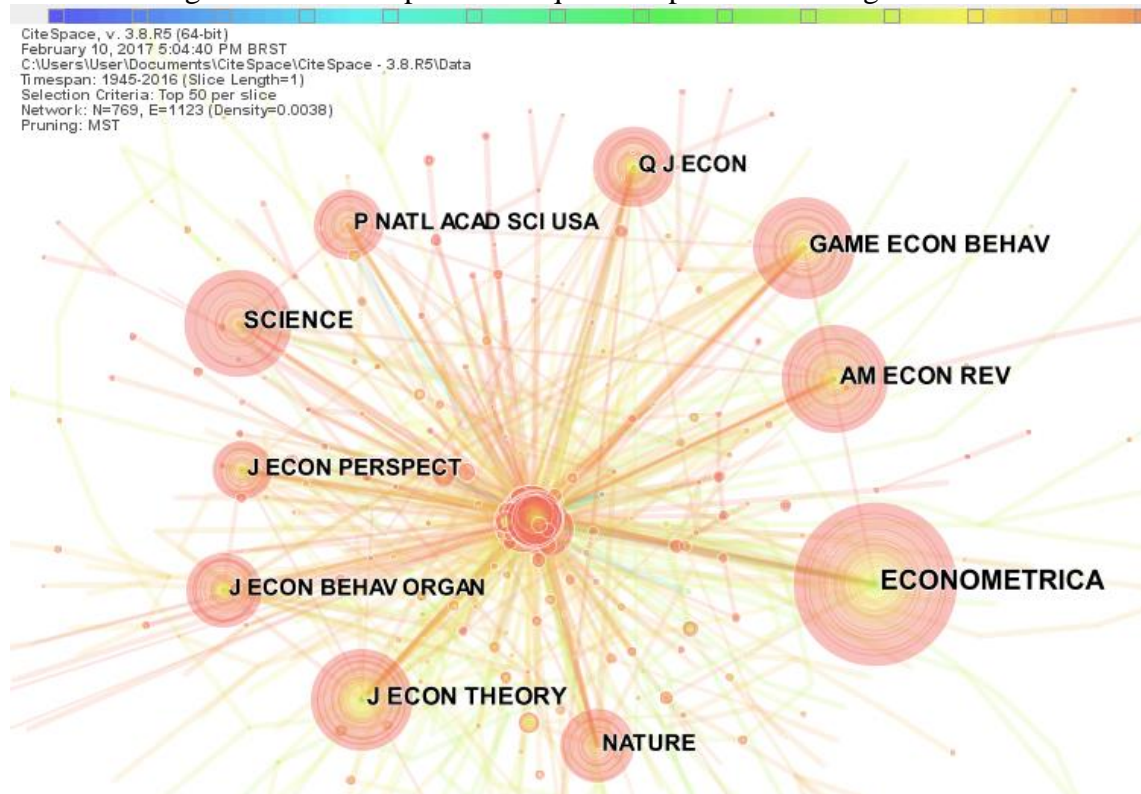
Tabela 6 - Autores que mais publicaram.

Autores mais citados		Freq.
Michel Grabisch		3
Wynn Stirling		2
Marlies BitterRijpkema		2
Peter B. Sloep		2
Arild Vatn		2
Joaquin Fdez-Valdivia		2
Peter Sudhölter		2
Tao Jing		2
J. Garcia		2
Joachim Krueger		2
Chao Xu		2
Max Krasnow		2
John Tooby		2
Amir Perelberg		2
Andrew Delton		2
Xiaoping Zheng		2
Kaveh Madani		2
Autores mais citados		Freq.
R. Rodriguez Sanchez		2
Leda Cosmides		2
Doru Dumitrescu		2
Rory Sie		2
Richard Schuster		2

Fonte: Da autora (2017).

Ao analisar os 234 artigos da busca, uma das categorias descritivas dos artigos referenciam aos locais em que esses foram publicados. Sendo assim, é importante analisar em quais jornais foram publicados, para que se possa analisar se os artigos possuem alguma ou qual a proximidade com a área da pesquisa, a saber, ciências sociais (administração, administração pública, dentre outras). Na Figura 3, observa-se a rede formada pelos jornais em que foram publicados o maior número de artigos.

Figura 3 - Rede de periódicos que mais publicaram artigos da busca.



Fonte: Da autora (2017).

Com base na Figura 3, torna-se relevante analisar quais são esses periódicos e quais as áreas em que os mesmos publicam. O jornal que mais publicou artigos foi o *Econometrica* com 74 publicações. Essa revista é publicada pela *Econometric Society*, foi criada em 1933, e tem como objetivo avançar as discussões sobre teoria econômica e sua relação com a matemática e estatística. O fato de abordar a matemática e estatística em suas análises vai de acordo com a quantidade de artigos que utilizam de modelos econométricos para discutirem a racionalidade e a teoria dos jogos. Mesmo demonstrando a importância desse periódico na busca, tendo em vista o número de publicações que o mesmo possui, observou-se que nenhum artigo filtrado (14) está publicado nesse periódico, o que pode ser justificado pelo fato de não apresentar muitos artigos com modelos numéricos na discussão empírica.

O segundo periódico que mais publicou artigos foi a *American Economic Review*, com 51 publicações. Foi criado em 1911, considerado um dos jornais mais antigos e respeitados no que se refere a abordagem da economia e faz parte da *American Economic Association*.

Games and Economic Behavior é o terceiro que mais publicou, com 49 artigos. O periódico é reconhecido como uma das melhores revistas sobre a teoria dos jogos e alinhada a essa teoria, publicam artigos em áreas como: economia, ciência política, ciência da computação, biologia, matemática e psicologia e, por isso, é classificada como uma revista

interdisciplinar. A interdisciplinaridade vai ao encontro com a busca realizada nos 234 artigos, pois observa-se um enorme leque de situações, indivíduos e organizações que são analisadas por meio da teoria dos jogos.

Journal of Economic Theory é tido como um dos nove periódicos mais relevantes da área econômica, e por isso, essa revista também publicou 49 artigos encontrados na busca.

Science foi o quinto mais citado, publicando 48 artigos. *Science* é um periódico publicado pela *American Association for the Advancement of Science* e tem como foco publicar investigações científicas originais, caracterizando-se como uma revista interdisciplinar, que não possui apenas uma área em que se pode publicar.

The Quarterly Journal of Economics, publicou 39 artigos da busca, e é conhecido como o periódico mais antigo de economia na língua inglesa, sendo editado em Havard e como outras revistas, aceitam artigos que relacionam a economia a diversos campos, sem especificar um determinado.

O sétimo, que mais publicou, com 35 publicações, foi o *Journal of Economic Behavior & Organization*, que aceita artigos tanto teóricos, quanto empíricos, mas que tenham como foco, analisar o comportamento cognitivo, informacional e computacional do ser humano, que influenciam o comportamento das organizações econômicas e das economias de mercado. A revista não aponta área específica, só afirmam que precisam estar relacionadas com a economia.

Nature publicou 33 artigos da busca e tem como objetivo publicar artigos sobre o interesse geral para os cientistas, porém, sempre assuntos atuais, como negócios e ética científica. Vale ressaltar, que o periódico também publica resumos de livros relacionados a temas atuais.

Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America – PNAS é uma revista científica interdisciplinar e publicou 31 artigos. O conteúdo publicado na revista refere-se às ciências biológicas, físicas e sociais, e a maioria dos artigos publicados é de autores de fora dos EUA.

O décimo periódico que mais publicou artigos, com 30 publicações, é o *Journal of Economics Perspectives* e também faz parte da *American Economic Association*. Possui inúmeros objetivos relacionados a área econômica, com preferência de publicações, sendo: sintetizar e integrar as lições aprendidas de linhas ativas de pesquisa econômica; fornecer análise econômica de questões de política pública; incentivar a fertilização cruzada de ideias entre os campos do pensamento; oferecer aos leitores uma fonte acessível para o pensamento econômico de ponta.

Ao analisar os dez jornais que mais publicaram e analisar os artigos filtrados na busca (14), observou-se que nenhum foi publicado nesses periódicos, mas em contrapartida, verificou-se que a maioria dos dez periódicos refere-se à perspectiva econômica, aplicada a inúmeros campos, detectando certa homogeneidade de artigos que envolvem exemplos numéricos e as relações da economia com os indivíduos e organizações.

A título de curiosidade, observou-se quais eram os periódicos que os 14 artigos da filtragem foram publicados, para então observar se possuem relação com os demais artigos da busca, ou se são focados em outras áreas.

Tabela 7 - Periódicos que publicaram artigos da análise refinada. (continua)

Periódico	Objetivo
<i>Review of Radical Political Economics</i>	A revista é considerada inovadora em economia não ortodoxa e promove a reflexão crítica em áreas da realidade econômica, social e política.
<i>Marine Policy</i>	É uma revista renomada sobre políticas oceânicas e alinha a esse tema, discussões sobre ciências sociais. Vale ressaltar que esse periódico teve 5 publicações na busca realizada.
<i>International Journal Happiness and Development</i>	É um periódico interdisciplinar em que se procura ampliar a compreensão da felicidade e da relação dela com perspectivas econômicas, políticas, psicológicas e/ou sociológicas.
<i>Public Administration and Development</i>	A revista publica a relação existente entre a prática da administração pública e a pesquisa de gestão, e fornece um fórum profissional e acadêmico para relatar novas experiências e experimentos, como a gestão em ONGs.
<i>Economics Letters</i>	O periódico pretende ser um complemento valioso para a literatura especializada, divulgando novos resultados, modelos e métodos em todos os campos da pesquisa econômica. Essa revista é considerada relevante na busca também, pois apresentou além desse artigo, mais 18 artigos publicados sobre a temática.
<i>Environmental & Resource Economics</i>	O foco da revista é a aplicação da teoria econômica e métodos para questões ambientais, e problemas em uma gama de escalas espaciais e temporais até a dimensão global, como desenvolvimento e avaliação de instrumentos e instituições de política ambiental; a valorização das preferências por bens ambientais, dentre outros. O periódico publicou quatro artigos na busca realizada.
<i>Social Choice Welfare</i>	A revista explora todos os aspectos normativos e positivos da economia do bem-estar, da escolha coletiva e da interação estratégica. O referido periódico teve quatro artigos da busca publicados em sua revista.
<i>Antipode</i>	A revista publica artigos que buscam uma análise radical (marxista / socialista / anarquista / antirracista / feminista) de questões geográficas, e cuja intenção é gerar o desenvolvimento de uma sociedade nova e melhor. Vale observar que essa revista teve apenas o artigo da busca refinada publicado.

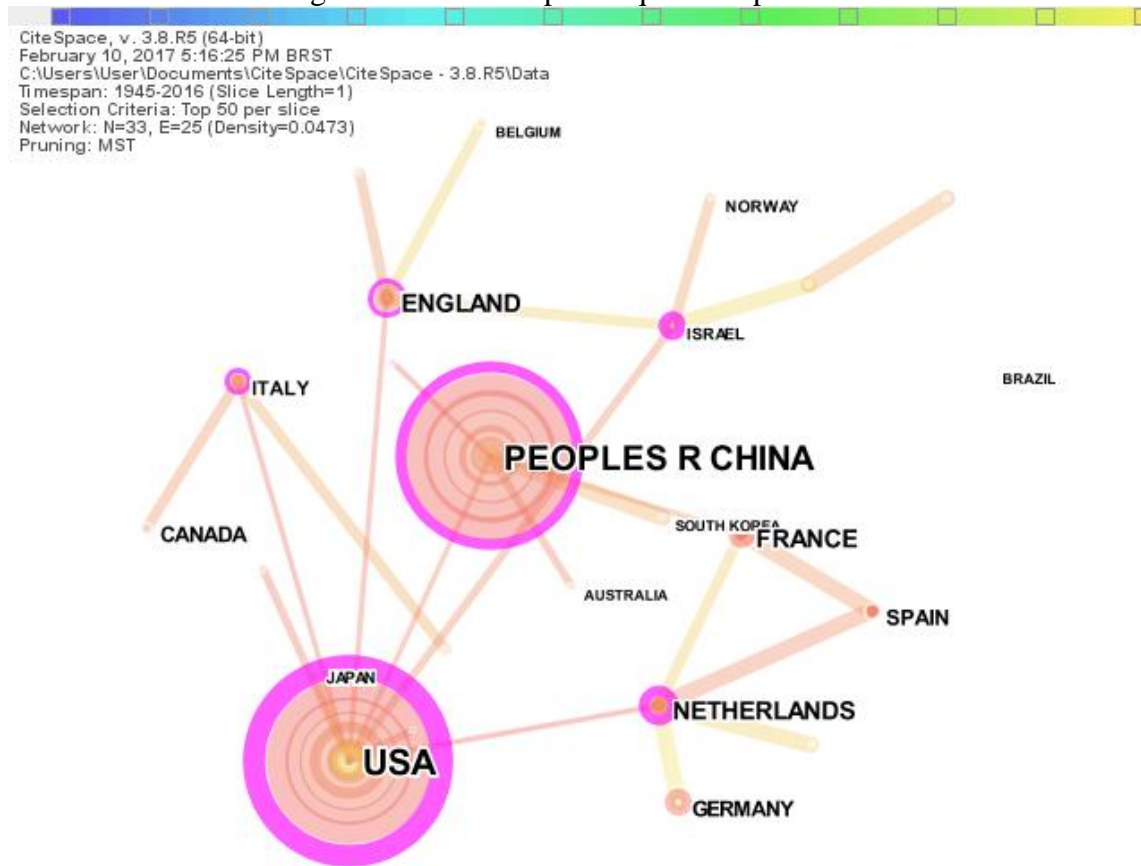
Periódico	Objetivo
<i>Modern China</i>	A revista incentiva a publicação de artigos que cruzam as velhas divisões ‘pré-moderno / moderno’ e ‘moderno / contemporâneo’, e busca artigos desenvolvidos por chineses e realidades chinesas.
<i>Political Psychology</i>	A revista dedica-se à análise das interrelações entre processos psicológicos e políticos, incluindo na análise a psicologia cognitiva, a economia, a história, as relações internacionais, a filosofia, a ciência política, a teoria política, a sociologia, a psicologia social e clínica da personalidade. Na análise geral dos artigos (234), a revista publicou sete desses artigos.
<i>Geoforum</i>	O foco da revista é a organização de sistemas econômicos, políticos, sociais e ambientais, por meio do espaço e ao longo do tempo.
<i>Environment and Planning</i>	É uma revista interdisciplinar, com interesse para os geógrafos humanos e urbanistas. É composta por quatro revistas que também são de interesse para os estudiosos de economia, sociologia, ciência política, planejamento urbano, arquitetura, ecologia e estudos culturais. Além do artigo da análise refinada, esse periódico publicou apenas mais um artigo.
<i>Voluntas</i>	Revista oficial da Sociedade Internacional de Pesquisas do Terceiro Setor, Voluntas é uma revista internacional interdisciplinar que pretende ser o fórum central para a pesquisa mundial na área entre o estado, mercado e setores domésticos. O referido periódico publicou apenas o artigo encontrado na busca refinada.
<i>Cerne</i>	A revista brasileira – da Universidade Federal de Lavras – publica artigos originais que representem contribuição relevante para o conhecimento da Ciência Florestal (Ecologia Florestal, Manejo Florestal, Silvicultura, Tecnologia de Produtos Florestais).

Fonte: Da autora (2017). (conclusão)

Diferentemente da análise dos periódicos que mais publicaram, os periódicos referentes aos 14 artigos são considerados interdisciplinares, pois não prevalece nenhum tipo de área, como observado acima. Dessa forma, conclui-se que as cooperativas e as racionalidades são aplicáveis a diversas áreas e diversas abordagens, que vão desde a economia, passando pela administração pública, psicologia e até as ciências florestais. Isso demonstra ainda, o quanto o campo de análise dessas realidades são frutíferos e permitem uma análise global de diversas relações.

Ao analisar os periódicos, buscou-se observar quais os países que mais publicaram, dentre os 234 artigos encontrados, conforme demonstrado abaixo.

Figura 4 - Rede dos países que mais publicaram.



Fonte: Da autora (2017).

Pela Figura 4 é possível observar que o país que mais publicou foi os Estados Unidos, obtendo 53 publicações. Assim, é possível observar que o país faz relação com diversos outros países, ou seja, os autores dos EUA não publicam apenas com pesquisadores do próprio país, mas transcendem o espaço geográfico, trazendo uma rica contribuição para discussões em todos os países. Diante dessa análise, observa-se que o país faz relação com a Inglaterra, Itália, China, Israel, Japão, Holanda e Canadá, dentre outros.

O segundo país que mais publicou foi a China, com 45 publicações dentre as 234 encontradas. A China também possui relações com outros países, como o próprio EUA, o Japão, a Austrália, a Coreia do Sul, dentre outros. Já o terceiro país que mais publicou foi a França, com 15 publicações, número relativamente pequeno perto dos dois primeiros países. A Holanda publicou 14 artigos e teve uma relação direta com os EUA, com a França, Espanha, Alemanha, dentre outros. Perto do número de publicações da Holanda, o país conseguiu ter uma relação significativa com outros países em suas publicações.

A Inglaterra foi o quinto país que mais publicou, com 13 publicações dentre a busca realizada, tendo uma relação direta com os EUA e Israel. A Alemanha e a Espanha

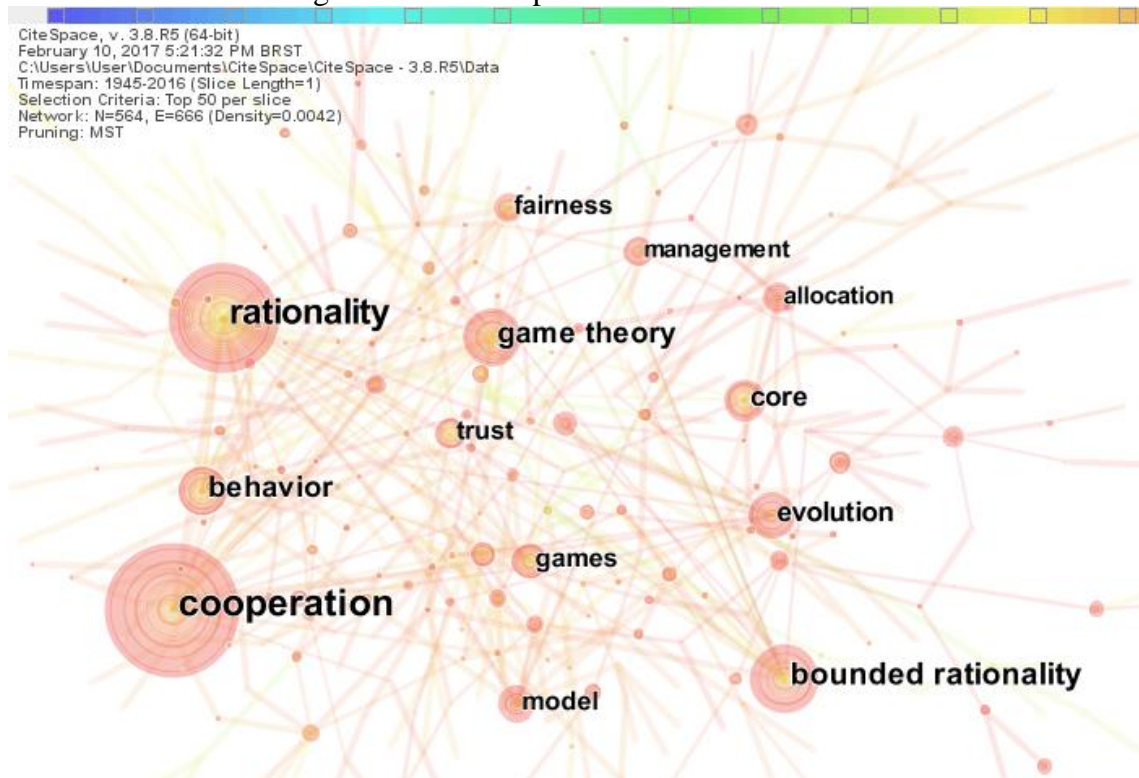
publicaram 12 artigos, não apresentando muita relação com os outros países analisados na rede. O Canadá publicou 10 artigos e apresentou uma relação direta com os EUA e com a Itália. A Itália, por sua vez, publicou 7 artigos e possui uma relação direta com o Canadá e com os EUA. Israel também não publicou muito perto dos países que mais publicaram, porém, apresenta 6 publicações, obtendo uma relação com os pesquisadores da Inglaterra e dos EUA.

Observa-se a relação direta que os EUA possuem com os outros países, demonstrando a importância das publicações desenvolvidas no país e por seus pesquisadores. Já o Brasil, aparece na 16^a posição de países que mais publicaram, com quatro publicações dentre os 234 artigos analisados. Vale ressaltar, que o país, em seus artigos, não faz nenhuma relação com pesquisadores de outros países, como observado na rede acima. Um dos artigos filtrados para a análise (14) é brasileiro, e aborda a relação entre cooperativas e racionalidade.

Com base nessa análise, procurou-se observar em quais países foram publicados os artigos da análise refinada. Conforme analisado acima, dos 14 artigos encontrados, 5 foram publicados nos Estados Unidos, 2 na Inglaterra e 2 na Espanha, e o restante foi publicado no Brasil, na Noruega, no Canadá e na China.

Uma das relações mais importantes da busca é a análise das palavras-chaves contidas nos artigos, uma vez que, ao realizar a busca, as palavras *cooperative* e *rationality* foram procuradas no título, nos resumos e nas palavras-chaves, assim, pode-se ter uma abrangência maior relativa ao sentido que essas palavras são atribuídas nos artigos e nas pesquisas desenvolvidas sobre os temas. Abaixo, apresenta-se a rede formada com base nas palavras-chaves.

Figura 5 - Rede de palavras-chaves mais citadas



Fonte: Da autora (2017).

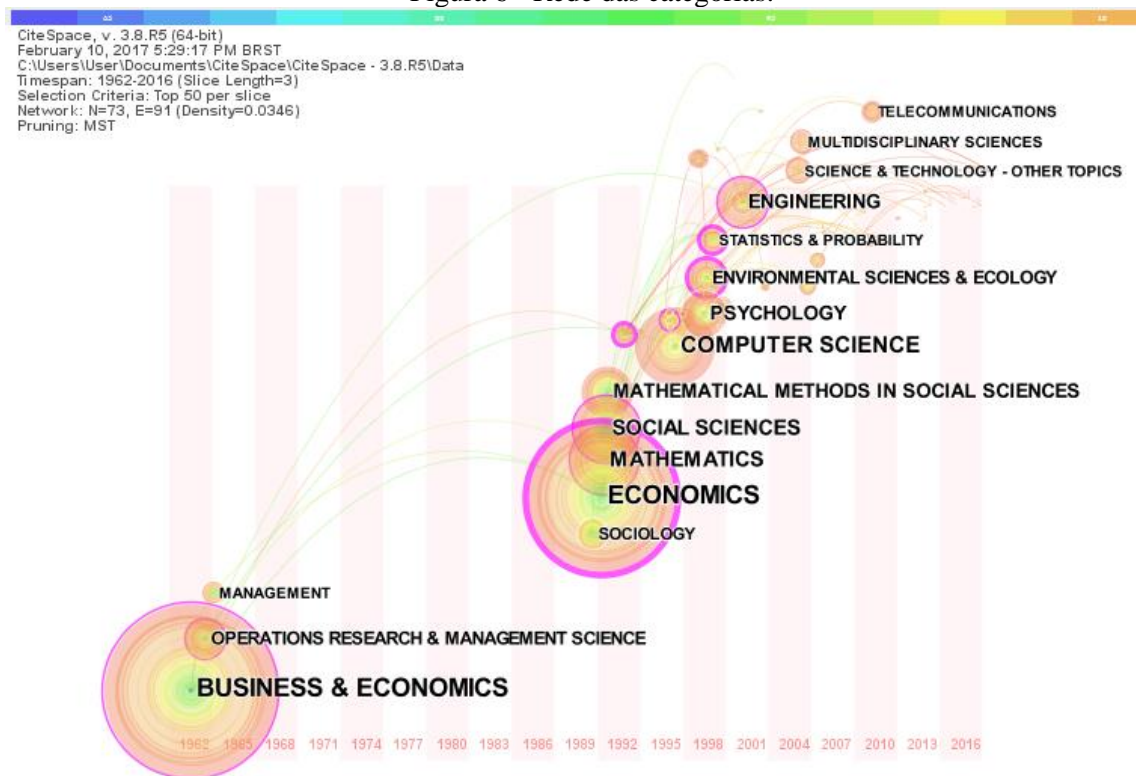
Dos artigos observados na busca, a palavra mais citada foi *cooperation* (cooperação), aparecendo em 38 artigos, em seguida observamos *rationality* (racionalidade) em 34 artigos. A terceira palavra *bounded rationality* (racionalidade limitada,) foi citada 21 vezes, seguida de *game theory* (teoria do jogo), por 19 vezes. A quinta palavra-chave mais observada foi *behavior* (comportamento), em 17 artigos, tendo *evolution* (evolução) observada em 14 artigos, juntamente com *core* (testemunho), que também aparece no mesmo número de artigos. A palavra *model* (modelo), foi identificada em 13 artigos, seguida de *games* (jogos), no mesmo número de artigos. *Trust* (confiança) e *Fairness* (justiça) apareceram 11 vezes e *managemen* (gestão), foi encontrada em 10 artigos.

Observando as palavras mais citadas e, conseqüentemente, o número de vezes que foram abordadas, detectou-se que a maioria das palavras vai de acordo com o objetivo dessa dissertação. Basta observar as duas primeiras palavras, ‘cooperação e racionalidade’, que são tratadas em todo o decorrer desse estudo, e que vão ao encontro com as palavras realizadas na busca na *Web of Science*. Dentre as outras palavras, a ‘racionalidade limitada’ e ‘comportamento’ são palavras que também estão presentes no estudo realizado, tendo a racionalidade limitada um conceito muito importante por ser sinônimo da racionalidade instrumental, que abordou-se como primordial nessa dissertação. Diante disso, conclui-se que quando se envolve cooperação e racionalidade, o comportamento dos indivíduos em situações

de conflito, como demonstrado pela teoria dos jogos, na maioria dos artigos, a racionalidade que mais se destaca é a racionalidade limitada ou utilitária.

Todos os artigos analisados se enquadram em categorias já preestabelecidas pela *Web of Science*, assim, pôde-se observar a relação dos artigos com as categorias em que eles mais se enquadram, de acordo com a evolução dos temas e do aprofundamento dos trabalhos sobre a temática aqui abordada.

Figura 6 - Rede das categorias.



Fonte: Da autora (2017).

O primeiro artigo publicado sobre a temática foi no ano de 1962, na categoria *Business & Economics*, sendo que nessa categoria foram publicados 73 artigos no decorrer dos anos. A segunda categoria mais relevante é a *Economics*, com 61 artigos, sendo possível observar que seu primeiro artigo publicado foi em 1992, demonstrando a evolução da análise da racionalidade e da cooperativa entre 1962 e 1992. E mais uma vez, as duas primeiras categorias relacionam a economia, área tão abordada nos artigos da busca.

Ao observar a evolução das categorias em que os artigos estão inseridos, é nítido o quanto a abordagem dos artigos está presente em um campo muito amplo, passando desde a economia, pela matemática, ciências sociais, psicologia, engenharia, estatística, chegando a telecomunicações, enfatizando o quanto o campo é interdisciplinar e, por isso, justifica-se o número grande de artigos encontrados (234) e explica também o porquê de apenas quatorze

artigos relacionarem, de fato, cooperativa e racionalidade, tendo em vista a abrangência de temas relacionados à busca e relação existente entre cooperativa (ação cooperativa) e racionalidade.

7 ANÁLISE DA RACIONALIDADE PREDOMINANTE NOS ESTUDOS SOBRE COOPERATIVAS

Nesta seção, será analisado como as categorias desenvolvidas para ilustrar o campo da racionalidade nas cooperativas vêm sendo empregada em estudos internacionais e nacionais sobre a temática. Para isso, buscou-se artigos em três bases de dados relevantes, sendo, *Web of Science*, *Scielo* e *Spell*. Na primeira base, *Web of Science*, foram encontrados duzentos e trinta e quatro artigos sobre a temática. Porém, de acordo com a metodologia proposta, foram filtrados os artigos empíricos que realmente abordaram as relações entre cooperativas e racionalidade, chegando a um número de quatorze artigos. Observando o número total de artigos encontrados (234), pode-se questionar o porquê do número de artigos filtrados ser tão pequeno, mas em concordância com a análise feita de todos os artigos, observou-se que o campo de análise é muito grande e interdisciplinar, pois vários artigos relacionaram a palavra *cooperative* com a ação cooperativa e não propriamente dito, ‘cooperativa’, fazendo com que a ação cooperativa pudesse ser aplicada a diversas ocasiões e modelos de organização.

Com o intuito de analisar o campo como um todo, buscou-se em duas novas bases de dados, *Scielo* e *Spell*. Na *Spell* encontrou-se apenas um artigo, porém, não era empírico, não enquadrando na metodologia estipulada nessa dissertação. Já no *Scielo*, a busca encontrou dez artigos, sendo que apenas três desses tratam de cooperativa e racionalidade e são, ao mesmo tempo, empíricos. Dessa forma, os artigos utilizados para a categorização das racionalidades nas cooperativas estão dispostos na Tabela 8.

Tabela 8 - Artigos refinados da busca na *Web of Science*, *Scielo* e *Spell* (continua)

Artigo	Autores	Objetivo
<i>Delicious Peace Coffee: Marketing Community in Uganda</i>	Auerbach (2012)	O artigo aborda a relevância econômica da conexão humana e da comunidade e apresenta essa relação por meio da cooperativa de café ‘Mirembe Kawomera’ em Uganda. Assim, esse artigo tem como objetivo criticar o cálculo individualista da racionalidade e demonstrar uma lógica econômica mais holística, em que abordam uma racionalidade da justiça que pode ser aplicada de forma significativa em uma sociedade capitalista pós-industrial.

Artigo	Autores	Objetivo
<i>Atlantic sea scallop management: an alternative rights-based cooperative approach to resource sustainability</i>	Baskaran e Anderson (2005)	A gestão de vieiras do Atlântico nos Estados Unidos resultou na recuperação do ponto de vista biológico, mas a indústria está enfrentando ineficiência econômica. Este artigo conceitua o papel e a importância das estruturas de direitos de propriedade em sua aplicação à gestão da pesca da vieira do Atlântico e para isso identificam dois elementos importantes, como: o estabelecimento de uma estrutura de propriedade dos direitos de propriedade privada sob a forma de direitos territoriais dos utilizadores na pesca (TURF) e, em segundo lugar, os pescadores cooperarem sob uma estrutura organizacional, como uma cooperativa de colheitadeiras.
<i>Civil economy and solidarity in Latin America</i>	Bertana e Corazzini (2015)	Esse artigo aborda a relação entre capital social e ética na economia e para isso apresentam um artigo teórico-empírico. Um quadro teórico da sociedade civil e da economia solidária foi desenvolvido e a segunda parte do artigo é desenvolvida por meio de uma aplicação empírica das características diferenciadas do conceito de sociedade civil na esfera econômica.
<i>The participatory principle in development projects: The costs and benefits of cooperation</i>	Brett (1996)	Este artigo adverte contra o otimismo indevido sobre a organização cooperativa e tenta explicar seu sucesso limitado quando competem com fins privados aplicando a teoria da escolha racional ao comportamento em sistemas cooperativos.
<i>Economic feasibility of timber management in extractive settlement projects of southwestern Amazonia</i>	Carvalho e Oliveira (2010)	O artigo teve como objetivo observar se o manejo madeireiro praticado em duas comunidades no Acre e na cooperativa COOPERFLORES é viável financeiramente nas escalas praticadas na safra 2005/2006, testando, posteriormente, a sensibilidade dos resultados obtidos frente a oscilações na taxa de juros e nos subsídios praticados.
<i>Individual rationality and voting in cooperative production</i>	Corchón e Puy (1998)	O artigo trata-se de uma suposição, ou seja, um modelo que os autores pretendem desenvolver levando em consideração um grupo de indivíduos que possui coletivamente uma tecnologia que produz um bem de consumo. Diante disso, analisam as regras de compartilhamento entre esses indivíduos por meio da eficiência de Pareto e por meio da racionalidade individual.
<i>Individual rationality and the 'zonal attachment' principle: Three stock migration models</i>	Hannesson (2005)	Este artigo discute a racionalidade individual dos acordos de compartilhamento de peixes com base na fixação zonal de três unidades populacionais. Mostra-se que, em todos estes casos, o parceiro menor de um acordo de partilha de peixes pode não ter um incentivo para cooperar, a menos que obtenha uma parte maior dos lucros da cooperativa do que a que corresponde à sua quota de mercado.

Artigo	Autores	Objetivo
<i>Cooperative production under diminishing marginal returns: interpreting fixed-path methods</i>	Leroux (2007)	O artigo utiliza métodos de caminho fixo (FPM) para gerenciar situações em que vários indivíduos operam conjuntamente uma única tecnologia, ou seja, os agentes decidem combinar suas possibilidades de produção com o objetivo de alcançar maior produtividade. Para isso, os autores propõem um mecanismo de grupo em que nenhum agente deseja se separar da parceria formada. Assim, apenas um FPM satisfaz a racionalidade individual autárquica, uma vez que seu caminho é determinado pelas contribuições tecnológicas dos agentes.
<i>Beyond Tragedy: Differential Commoning in a Manufactured Housing Cooperative</i>	Noterman (2016)	Este artigo toma como exemplo, os residentes de uma comunidade de 'manufaturados' que se organizaram como uma cooperativa em resposta à ameaça de despejo, cooperativa conhecida como Pine Grove. Assim, o trabalho analisa a gestão coletiva dos recursos da cooperativa.
<i>Adapting by Learning The Evolution of China's Rural Health Care Financing</i>	Wang (2009)	Diante de um ambiente de incertezas e de conflitos de valores e interesses, o ambiente sob o qual os sistemas existem está sempre mudando. Com a abrangência da racionalidade limitada nas ações dos indivíduos, a aprendizagem passa a ser a base da capacidade adaptativa para superar a racionalidade limitada.
<i>Conventions, commodity chains and local food systems: Olive oil production in "Sierra De Segura" (Spain)</i>	Coq-Huelva, Sanz-Cañada e Sánchez-Escobar (2014)	O objetivo do presente artigo é discutir o papel das convenções na normalização da governança da cadeia produtiva do azeite. Para isso, observa-se a maneira como os agentes são coordenados em um LFS, Sierra de Segura, através de uma complexa interação de convenções, compromissos e confrontos. Para tal análise, o artigo trabalha as características organizacionais das cooperativas de produção agrícola e de moagem de oliva na EPA da Serra de Segura.
<i>Collective action meets prospect theory: An application to coalition building in Chile, 1973-75</i>	Fanis (2004)	O artigo tem como objetivo analisar o engajamento de ações coletivas de quatro grupos de indivíduos durante o período de 1973-75 no Chile. Para isso, utiliza-se a teoria da prospectiva para captar melhor como os atores tomam decisões sobre se devem ou não agir de forma coletiva.
<i>Strategizing in NPOs: A Case Study on the Practice of Organizational Change Between Social Mission and Economic Rationale</i>	Jäger e Beyes (2010)	Este artigo apresenta os principais resultados de um estudo de caso longitudinal de um processo de mudança estratégica em um banco cooperativo. Perseguindo uma missão "social" e uma explicação explicitamente econômica, esta organização sem fins lucrativos oferece um cenário de pesquisa exemplar para indagar sobre a interação delicada e contraditória do foco da missão e dos imperativos comerciais.

Artigo	Autores	Objetivo
<i>Metabolising risk: food scares and the un/re-making of Belgian beef</i>	Stassart e Whatmore (2003)	O artigo apresenta um estudo de caso realizado em uma cooperativa belga de produtos cárneos, conhecida como 'Corposain'. Essa cooperativa reconfigura a relação existente entre agricultores, consumidores e animais no processo produtivo, com o intuito de demonstrar a importância das práticas dos conhecimentos desses atores na produção e consumo do produto.
<i>Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local</i>	Ferreira de Freitas e Ferreira de Freitas (2012)	Este artigo buscou compreender como a criação de um arranjo organizacional cooperativo pode contribuir para o fortalecimento de organizações da agricultura familiar, especialmente da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), e imprimir um caráter específico à dinâmica do desenvolvimento local sustentável em Espera Feliz, Minas Gerais.
<i>A citricultura orgânica na região do Vale do Caí (RS): racionalidade substantiva ou instrumental?</i>	Severo e Pedrozo (2008)	Esse trabalho teve como objetivo verificar se os agricultores orgânicos cooperados da Ecocitrus, ao decidirem pelo cultivo orgânico, estavam mais inclinados a uma motivação substantiva ou instrumental e, por conseguinte, se a cooperativa pode ser considerada hoje uma organização substantiva ou não.
<i>Emocionalidade limitada - uma dimensão da aprendizagem coletiva para desenvolver relações cooperativas e solidárias em arranjos produtivos locais: os casos de Ubá (MG) e Nova Friburgo (RJ)</i>	Villard e Castro Junior (2007)	Este artigo examina a natureza emocional subjacente às relações interpessoais requeridas para o desenvolvimento de arranjos sociais no contexto de estruturas conhecidas como arranjos produtivos locais (APLs). Essas estruturas são definidas como conjuntos multinucleadas, formadas por atores, individuais e institucionais, capazes de propiciar trocas horizontais que permitam interações de cooperação.

Fonte: Da autora (2017). (conclusão)

7.1 Interesse

A primeira categoria analisada refere-se ao interesse, interesse esse que move as ações dos indivíduos, ou seja, as pessoas, quando estão em processos de cooperação, agirão orientadas pelo interesse privado ou pelo interesse comum ou público. Com isso, observamos que o interesse pode ser configurado como privado ou público (coletivo).

De acordo com Avritzer et al. (2012), a noção de interesse é uma discussão rica e está presente no mundo liberal clássico ou contemporâneo, e tende a possuir um sentido individualista. Por isso, segundo o autor, o grande desafio é demonstrar como lidar e compatibilizar os interesses individuais e os interesses gerais ou comuns no corpo político. Essa realidade do interesse privado é explicado por Avritzer et al., (2012), com base em

Tocqueville, pois, segundo esse autor, existe um interesse bem compreendido, em que é realizado por meio de dinâmicas associativas e comunitárias. Porém, apesar da existência, este interesse encontra-se defasado devido ao predomínio dos grandes grupos corporativos de interesses.

Assim, Avritzer et al. (2012), define interesse público como (levando em consideração o contexto democrático): “A definição do que é interesse público passa pela ação democrática da maioria, único modo de produzir sínteses legitimadas em um quadro de pluralismo de valores e de conflitos de interesses” (AVRITZER et al., 2012, p. 178).

Apesar de toda presença do interesse privado na sociedade, Avritzer et al. (2012, p. 179) afirma que Hegel, um pensador conservador politicamente, compreendia que:

A pessoa concreta que é para si mesma um fim particular é um dos fundamentos da sociedade civil, mas que, como esta pessoa particular só se realiza, só se efetiva, na relação com outras particularidades, a mediação da universalidade é o outro fundamento desta sociedade civil.

No Brasil, a crítica sobre o desequilíbrio que envolve o interesse particular e coletivo não é recente e, desde então, o coletivo sempre está em desvantagem se comparado ao interesse privado nas relações. Mas vale observar que essa realidade não está presente apenas no nosso país, o que poderá ser observado pela análise dos artigos. Essa realidade se deve ao fato de que o povo-massa ou mesmo a elite, são formados sobre o privatismo, gerando uma população sem uma mentalidade pública, ou seja, uma população desprovida de “cultura-cívico-democrática” (AVRITZER et al., 2012).

Pascuci (2016) considera que conseguir conciliar o equilíbrio entre as vertentes sociais e econômicas aos princípios cooperativistas é o grande desafio, pois envolve as necessidades e relações externas, como a cooperativa versus mercado e, também, envolve o aspecto interno, relacionado aos valores dos indivíduos e seus interesses. E realmente, conforme observado pelo autor, é essa a função da cooperativa, manter um equilíbrio entre os interesses individuais e coletivos dos membros. Isso se configura como um problema, pois a sociedade está acostumada com relações que levem em consideração os cálculos unitários, orientando-se pelo mercado, assim, a sociedade é orientada por uma racionalidade utilitarista (SEVERO; PEDROZO, 2008).

Namorado (2005) corrobora com os autores ao abordar que as cooperativas não podem ser consideradas como passageiras, justamente pelo fato de serem organizações que buscam e induzem a cooperação, característica essa que é tida como essencial na sociedade humana. O autor compreende que o cooperativismo é heterogêneo, devido ao leque de grupos que podem

se formar a partir da cooperação e por causa dessa heterogeneidade, questiona-se qual a razão que leva as pessoas (tão diferentes uma das outras) a se unirem e cooperarem em prol de uma organização.

Diante da presença tanto do interesse privado, quanto do interesse público nas cooperativas, Namorado (2005) questiona e apresenta a relação de uma cooperativa e de uma empresa, pois segundo o autor, a cooperativa é uma síntese de uma associação e de uma empresa. Assim:

Pode legitimamente dizer-se que a cooperativa é uma associação, mas não é uma associação qualquer; e que sendo também uma empresa, não é uma empresa qualquer. É uma associação que se projeta numa empresa. É uma empresa impulsionada por uma associação. É uma associação cujo princípio ativo é uma atividade empresarial. É uma empresa com uma atmosfera associativa (NAMORADO, 2005, p. 8).

Essa discussão apresentada por Namorado (2005) vai ao encontro da ideia de que a cooperativa é uma organização privada, porém, de interesse público. No entanto, essa questão pode gerar certa confusão, e talvez seja essa confusão seja a questão histórica envolvendo a ideia de cooperação, que faça com que os indivíduos, ao se integrarem em uma cooperativa, comecem a gerar um conflito muito grande entre os interesses que permeiam essa organização, ou seja, o interesse privado, por vezes, sobressai em relação ao interesse público, ou vice-versa. É esse conflito que está demonstrado nos artigos aqui analisados.

Auerbach (2012), ao abordar uma cooperativa de café em Uganda, propõe justamente uma crítica à lógica instrumental e, conseqüentemente, ao interesse privado nos modelos sociais de organização. Com base nisso, eles afirmam ser necessário mais conexões humanas e menos materialismo, para que aumentem a satisfação dos membros, bem como o bem-estar. Ao afirmarem isso, os autores observaram que os pequenos agricultores colaboram por uma ação voltada ao interesse coletivo, conforme observado na seguinte passagem:

Os pequenos agricultores muitas vezes desafiam o modelo capitalista hegemônico que privilegia o lucro sobre as pessoas e a sustentabilidade ambiental. Em nítido contraste com a lógica de maximização de lucros estreitos empregadas pelas grandes plantações de café, eles tendem a abordar as decisões econômicas de formas mais holísticas (AUERBACH, 2012, p. 341, tradução nossa).

Mas, ao mesmo tempo em que os autores compreendem a importância dessa visão dos agricultores, eles também abordam o quanto o mercado de café valoriza o preço como um guia para a tomada de decisão econômica de forma racional. Essa realidade presente na cooperativa pode ser observada a partir do seguinte fragmento:

Dentro da comunidade de Nabugoya Hill, a atividade econômica e fortes laços sociais se reforçam mutuamente porque os membros da comunidade respondem a um conjunto holístico de custos e benefícios. Para os membros da comunidade, a racionalidade não significa necessariamente maximizar lucros, rendas ou bens materiais. Mirembe Kawomera prossegue a missão de apoiar meios de subsistência sustentáveis para os agricultores locais (AUERBACH, 2012, p. 338).

Essa ideia de relação existente entre interesse econômico e coletivo é evidenciada também por Baskaran e Anderson (2005), ao afirmarem que o principal problema enfrentado, atualmente, pelos membros de uma organização cooperativa que buscam o bem comum, é justamente como se organizarem e modificarem uma ação individual para uma ação coletiva.

Compreendendo isso, os referidos autores abordam a importância do incentivo para que os indivíduos se prontifiquem a agir de forma coletiva. Dessa forma, é por meio desses incentivos, que o indivíduo torna-se capaz de ter um comportamento estratégico e não voltado para o lucro privado. Diante disso, Baskaran e Anderson (2005) e Coq-Huelva, Sanz-Cañada e Sánchez-Escobar (2014) também corroboram com a ideia de Olson (1999), da necessidade do incentivo para induzir a cooperação e do uso de penalidades (sanções sociais) quando necessário, conforme expresso pela seguinte passagem:

Sanções e recompensas sociais são incentivos seletivos, isto é, são incentivos do tipo que pode ser utilizado para mobilizar um grupo [...] o indivíduo recalcitrante pode ser colocado no ostracismo, e o que colabora pode ser convidado para o centro do círculo privilegiado (OLSON, 1999, p. 73).

Vale ressaltar, que no estudo de caso desenvolvido por Baskaran e Anderson (2005) sobre a gestão de vieiras do Atlântico, os autores concluem que ocorreu uma ação coletiva na cooperativa, porém, a mesma foi desenvolvida com base no interesse privado dos indivíduos, uma vez que os lucros gerados pela exploração de estoques de vieiras são de curto prazo, incentiva os indivíduos a cooperarem para aumentarem seus lucros, a longo prazo. Os incentivos diminuem devido ao aumento do esforço da pesca, a diminuição de estoques e o aumento do custo por peixe desembarcado, levando a uma redução nos lucros. Assim, é do próprio interesse do pescador cooperar para manter a sua viabilidade econômica a longo prazo, ou seja, ele só coopera porque sabe que a longo prazo, caso não haja uma ação conjunta, o prejuízo financeiro é grande.

A discussão acima vai ao encontro com o que Olson (1999) aborda ao explicar que não ocorre necessidade de se integrar a um grupo quando uma ação individual permite que todos os interesses individuais sejam alcançados. Em contrapartida, caso essa ação individual não esteja mais trazendo benefícios, os indivíduos vão participar de um grupo, não por

acreditar na busca por um interesse público, mas por alcançar, por meio da cooperação, o seu objetivo privado.

Os interesses iniciais, ao se constituir uma cooperativa, são de fato, interesses públicos, porém, essa realidade pode ser modificada no decorrer do tempo, conforme observado no trabalho de Jäger e Beyes (2010). A cooperativa analisada pelos autores é de crédito (financeira) que, com o decorrer do tempo, tornou-se uma federação de bancos cooperativos, conhecida como *Swissgroup*, fundada em 1899, por agricultores e artesãos carentes que viviam e trabalhavam em comunidades rurais e resolveram se unir por meio de ações cooperativas e por meio de depósitos compartilhados, para que todos os membros arrecadassem dinheiro em condições favoráveis. Porém, no século XX, a cooperativa tornou-se um dos bancos mais conhecidos na Suíça porque a cooperativa ainda mantinha sua missão social de emprestar dinheiro para apoiar comunidades locais e rurais. Porém, a partir de 1990, a alta gerência resolveu mudar a estratégia da cooperativa em busca de um crescimento econômico e ajustes às pressões advindas do mercado. Ou seja, mesmo que o objetivo social da cooperativa permitiu o sucesso da mesma por um longo período de tempo, ela sentiu a necessidade de mudar de um foco social para um foco econômico, realidade que está presente no contexto em que as cooperativas estão inseridas, como observado pelos autores ao citarem que “a existência de racionalidades contraditórias é um dos principais desafios da gestão estratégica sem fins lucrativos” (JÄGER; BEYES, 2010, p. 85).

Ao analisar a Cooperativa de produtores agrícolas de azeitonas na Sierra de Segura, por meio dos estudos de Coq-Huelva, Sanz-Cañada e Sánchez-Escobar (2014, p. 12), os autores identificaram a seguinte realidade:

Aqui do meu ponto de vista, os olivicultores, há um grande problema que, como a plantação de oliveiras não é seu principal apoio familiar, é uma coisa que eles têm lá, mesmo muito deles pela tradição familiar [...] a única coisa que eles fazem é pegar a pequena quantidade de azeitona que eles têm no tempo de colheita [...] e então eles tomam quatro empregos temporários durante o resto do ano e eles não querem saber de mais nada.

A busca pelo bem comum por parte dos associados, pode realmente acontecer por meio de racionalidades econômicas existentes, mas de acordo com Noterman (2016), o bem comum pode desafiar os binários tradicionais do indivíduo, da sociedade, do Estado, do mercado, da propriedade pública e privada, oferecendo, portanto, um modelo alternativo para aproximar as preocupações éticas, econômicas e sociais. A autora aborda em seu artigo, uma cooperativa de habitação, em que os indivíduos moravam na terra de um senhor que, com o tempo, comunicou-os a venda do terreno, então como forma de não perderem as casas, os

moradores resolveram criar uma cooperativa de capital compartilhado para comprarem e gerenciarem, de forma democrática, a comunidade. Assim, de forma contrária aos exemplos abordados acima, essa comunidade foi movida pelo interesse coletivo desde o início de sua constituição.

De acordo com a autora, mesmo que ocorra no meio do caminho, interesses privados de alguns sobrepostos a interesses coletivos, no geral, o interesse coletivo move as ações desenvolvidas na cooperativa. Isso pode ser observado a partir da explicação da autora:

Enquanto a precariedade econômica e a crise inicialmente uniram os moradores – e continuam, até certo ponto, a uni-los – o interesse econômico não explica as múltiplas maneiras pelas quais os moradores se envolvem. Por exemplo, não explica a extensão da mão-de-obra voluntária em Pine Grove. [...] Tampouco explica o fato que a cooperativa garante aos moradores que enfrentam tempos econômicos difíceis para evitar que entrem em incumprimento (NOTERMAN, 2016, p. 444, tradução nossa).

Com base nessa questão de ser possível analisar os dois interesses implícitos nas ações cooperativas, a autora traz o conceito de racionalidades híbridas, para explicar realmente essa relação dual que existe nas ações cooperativistas, principalmente, no caso da cooperativa de habitação. Jäger e Beyes (2010) também encontraram a racionalidade híbrida em seus estudos, ao afirmarem que as práticas estratégicas realizam ações de equilíbrio, uma vez que estabilizam o foco da missão e o trabalho econômico, modificando, assim, a configuração organizacional. Ao abordar a gestão da cooperativa, os autores afirmam que não há uma única lógica organizacional, ou seja, um único padrão racional para administrar, pelo menos a curto e médio prazo.

Outro exemplo é encontrado em que Severo e Pedrozo (2008, p. 75) ao identificarem no seu estudo, afirmando que:

Quanto à cooperativa, cerca de 45% dos entrevistados a percebem como um simples cliente ou lugar onde a produção é entregue (centro de distribuição). Em contrapartida, 95% dos entrevistados discordam que a cooperativa seja um lugar de conflitos onde preferem pouco participarem, pois, para 90% destes, a cooperativa é lugar de realização pessoal onde podem manifestar suas opiniões (SEVERO; PEDROZO, 2008, p. 75).

Isso demonstra que ainda é complicado para os membros da cooperativa terem uma opinião formada referente à qual interesse move suas ações. Infelizmente, as cooperativas são confundidas e geridas como organizações privadas, causando assim, essa realidade em que as ações individuais e coletivas se confundem a todo o momento, podendo gerar conflitos internos e externos.

De acordo com Auerbach (2012), esse confronto entre o interesse privado e público pode ser detectado da seguinte forma: as sociedades que utilizam uma versão de mercado voltado para a globalização neoliberal faz um trabalho mais significativo em relação aos bens do que em relação ao bem-público, uma vez que as sociedades comunitárias, mesmo levando em consideração a produtividade, podem se apoiar em mercados voltados para a justiça social e a busca pelo bem-estar social.

Mas diante da relação existente entre os interesses presentes nas cooperativas, de acordo com os princípios cooperativistas, a cooperação deve promover não só os interesses privados, mas promover, além disso, o bem-estar da humanidade e é justamente isso que diferencia uma cooperativa de uma empresa. Assim, os interesses privados podem e estão presentes na cooperativa, mas o interesse público é sem dúvida alguma, o interesse que deve mover as ações cooperativas, demonstrado por meio da análise já realizada dos princípios cooperativistas com base em Carneiro (1981).

7.2 Comunicação

A comunicação é uma categoria muito importante para a análise dos artigos, pois torna-se possível identificar qual o processo comunicativo desenvolvido pelos indivíduos em uma cooperativa quando precisam decidir algo ou quando estão em contato uns com os outros. Na racionalidade instrumental, prevalece o monólogo, em que apenas uma pessoa fala e o restante apenas ouve, já na racionalidade comunicativa, os processos comunicativos ocorrem por meio do diálogo, em que a interação e a opinião de cada membro deve ser levada em consideração no momento de decisão.

O propósito de uma cooperativa é justamente a cooperação por parte dos indivíduos, e uma forma de alcançar essa cooperação é incentivar os indivíduos a participarem e darem suas opiniões nos processos decisórios. Nesse sentido e demonstrando a importância de práticas simples no cotidiano das cooperativas, Noterman (2016), informa que a cooperativa de habitação realizava suas reuniões da seguinte forma “em torno de uma grande mesa, com lugares extras para os membros dos conselhos e não membros em um salão comunitário da cooperativa” (NOTERMAN, 2016, 437, tradução nossa). Essa prática simples em que permite um processo comunicativo entre os participantes e que induzem a uma roda de conversa (mesa redonda), vai ao encontro com o que Habermas (2012) apresenta na teoria da ação comunicativa, ao afirmar que no processo decisório deve existir igualdade entre os

participantes, ignorando toda forma de utilização do poder para convencer as pessoas sobre determinada visão, para que então ocorra a dialogicidade.

Ao mesmo tempo em que a autora observa práticas que induzem a dialogicidade na cooperativa, com o decorrer do tempo e das atribuições destinadas aos membros da cooperativa, ela observa que ocorre uma falta de comunicação e informação relevante sobre um processo relacionado à água na comunidade, uma vez que apenas um membro tem a informação referente a essa água e por problema de saúde, não pode mais colaborar com a cooperativa nesse quesito. Diante desse problema, os associados da cooperativa perceberam que a falta de comunicação propicia o monólogo, tanto nas práticas cotidianas sobre o assunto, como nas decisões que tinham como objetivo discussões sobre a água, como pode ser observado pelo fragmento abaixo:

A participação desigual na comunhão pode então ameaçar a produção dos bens comuns. Enquanto o conhecimento circula na comunidade, muitas vezes pelo boca a boca, ele também se instala a poucos membros individuais, juntamente com a responsabilidade da gestão da comunidade. No caso do gerenciamento da água, Ann é o único membro que conhece a localização de cada poço. [...] Problemas de saúde fizeram com que Ann ficasse impedida de participar da manutenção dos sistemas da água. O conselho cooperativo agora se preocupa com a questão da sucessão, ou como retransmitir informações e práticas de Ann para outros membros (NOTERMAN, 2016, p. 441).

No estudo de Jäger e Beyes (2010), os autores abordam uma cooperativa financeira (bancos), a *Swissgroup*. Nesse grupo de bancos autônomos, realiza-se dois fóruns de gerentes e diretores dos bancos duas vezes ao ano e com base nessa prática, um dos gestores observou uma mudança significativa na comunicação entre os cooperados, conforme evidenciado pelo fragmento abaixo:

[...] no passado, a comunicação era unilateral, pois o centro cooperativo não era transparente porque começou a restringir a autonomia dos bancos, isso levou a percepção de uma ameaça. Sempre quis interferir na autonomia dos bancos [...] dissemos, vamos estabelecer um fórum semestral onde as questões podem ser discutidas [...] os bancos responderam muito bem a esta ferramenta... hoje, temos uma comunicação mais aberta, no sentido de que explicamos de onde vêm nossas estratégias (JÄGER; BEYES, 2010, p. 91).

Mas, no ano seguinte a esse fórum abordado acima, outro fórum foi realizado, e durante uma conversa um dos gerentes comentou com outro colega de trabalho sobre uma situação em que a informação por parte da alta gerência não é, de fato, repassada a todos. Isso pode ser observado pelo fragmento a seguir:

Eu estava quase ferrado ano passado quando eu acreditei no meu chefe de departamento, pois ele confirmou que o projeto tinha sido aceito. Eu perguntei: realmente, você tem certeza? Sim, ele respondeu. Uma semana depois alguém me disse: o que você está fazendo, você está completamente insano? Eu disse: você aprovou o projeto. Então eles disseram: espere um minuto, aceitamos o projeto sob reserva. Observando, não há atas de reuniões da alta gerência até ano passado. Temos hoje, mas são tratadas como confidenciais e estão além da minha compreensão (JÄGER; BEYES, 2010, p. 93).

Isso demonstra como a comunicação nem sempre é realizada de forma horizontal, como os fóruns pareciam expressar. Assim, a conversa ‘unilateral’ que eles diziam não ser mais presente na cooperativa, e que tinha sido eliminada por meio do fórum, não foi de fato tão abolida das práticas da cooperativa, evidenciando ainda, simetrias em relação a comunicação presente na organização.

Outro exemplo da prática de monólogo na mesma cooperativa é observado em uma decisão tomada na cooperativa por uma parte do grupo para demonstrar que nem todas as decisões são realmente tomadas de forma coletiva, como observado abaixo:

Os recém-contratados especialistas em marketing foram orientados a desenvolver uma aparência de marca consistente e implementar novas ferramentas de marketing para atrair novos clientes. Eles então colaboraram com consultores externos sem se engajar em um amplo processo de discussão organizacional. Além disso, a alta gerência do centro cooperativo deu um compromisso claro com a nova marca sem um teste prévio de aceitação da sua ação (JÄGER; BEYES, 2010, p. 15, tradução nossa).

Com base nesse fragmento, identifica-se uma característica de monólogo, pois é conceituado como um discurso voltado apenas ao sujeito que enuncia ou um discurso desenvolvido por apenas um indivíduo, mas dirigido a outros, que não participam e nem respondem. Com base em Tenório (2008), o monólogo (o indivíduo) é observado em um comportamento instrumental, onde prevalece a motivação pelo lucro e pelo próprio interesse.

O comportamento comunicacional nas cooperativas também é apresentado pelo estudo dos autores Coq-Huelva, Sanz-Cañada e Sánchez-Escobar (2014), ao abordarem uma cooperativa de produção de azeite de oliva. Ao analisarem os processos de comunicação entre os membros e o presidente da cooperativa, os autores identificaram que o presidente não se preocupa em explorar a comunicação e o diálogo entre os cooperados, principalmente, quando se trata de questões administrativas, tão importante para o bom êxito da cooperativa. Essa falta de incentivo à comunicação pode ser analisada a partir do discurso abaixo:

[...] (presidentes da cooperativa) vêm com pressa [...]E eles não tem nada preparado e não tem a capacidade de avaliar e fazer exigências adicionais aos conselhos diretivos [...] ou para pedir melhores resultados para as

políticas que estão aplicando [...] Eu pediria mais informações sobre os resultados comerciais individuais e sobre a lucratividade, como qualquer empresa privada, e eu pediria para alcançar os objetivos. Se os objetivos não forem cumpridos, diga-me porque. Se os concorrentes se encontraram e nós não, qual a razão (COQ-HUELVA, SANZ-CAÑADA; SÁNCHEZ-ESCOBAR, 2014, p. 14).

Isso demonstra, que da mesma forma que acontece com os interesses, há vários momentos dentro de uma organização que contribuem ou não para uma determinada ação dentro das cooperativas. E apesar desses momentos diversos, mesmo que a comunicação não ocorra de forma horizontal, os autores demonstraram que a interação entre os indivíduos da *Swissgroup* é algo que ganha certa atenção dos gerentes, mesmo quando o foco da cooperativa já está no mercado, conforme observado pelo discurso: “A integração social é uma pedra angular do pensamento cooperativo. E confiar, é importante que as pessoas tenham confiança [...] estou aterrorizada que produzimos uma pilha de vidros que pode ser quebrada quando nos retirarmos daqui. Que destruamos o que foi construído em um século” (JÄGER; BEYES, 2010, p. 89). Porém, apesar de se esforçarem para cumprir a missão e para proteger as relações locais, o sucesso financeiro também é típico na relação existente na cooperativa, pois os gerentes percebem que a rentabilidade da organização é comprometida pela conduta ‘tradicional’.

A interação, como já citado, está intrinsecamente ligada à comunicação entre os indivíduos, pois segundo Habermas (2012), os indivíduos, em interação uns com os outros, estão construindo e reconstruindo o mundo social e tornando-se seres capazes de modificar uma realidade e/ou resolver problemas. Então, observa-se que na cooperativa *Swissgroup*, a interação existente é constituída como sistêmica, uma vez que é obtida por meios não linguísticos, como o mercado (CHAPANI; CARVALHO, 2010).

7.3 Tipo de decisão

A categoria ‘tipo de decisão’ vai ao encontro com a categoria comunicação, pois envolve os processos decisórios das cooperativas. Nessa categoria, é necessário observar como se dão os processos, ou seja, de que forma os membros das cooperativas decidem sobre determinada situação ou interesse, ou seja, por meio da decisão da maioria (racionalidade instrumental) ou por meio do consenso, em que todos os indivíduos dialogam por meio de argumentos racionais para a decisão final, na busca de um consenso, é com base no melhor argumento identificado por todos os membros.

Os fóruns realizados no grupo *Swissgroup* contribuíram para que as discussões realmente acontecessem, e que todos os envolvidos pudessem dialogar sobre as estratégias para os bancos. Dessa forma, os fóruns não tiveram como objetivos apenas o fornecimento de informações, mas permitiu que todos os envolvidos pudessem chegar a uma resposta, de forma coletiva, sobre uma agenda estratégica para a cooperativa. Para que essa decisão fosse tomada, levando em consideração o grande número de participantes, estes foram divididos em seis workshops para que pudessem dialogar e, posteriormente, repassar todos os resultados para a plenária e elaborar um documento sobre ‘Estratégia de base’.

Contudo, a discussão, apesar de buscar a participação de todos, acontece por meio de uma plenária e de uma votação, talvez pela quantidade de participantes, talvez por acreditarem realmente que essa prática, de fato, promove a participação. No entanto, a decisão ocorre por meio do voto da maioria, de uma forma similar ao que acontece em uma plenária, em que todas as decisões dos grupos são elencadas a todos os envolvidos e, posteriormente, votada a melhor delas. O voto não é uma forma de participação abordada por Habermas (2012), pois, segundo o autor, o diálogo deve vir acompanhado de liberdade e igualdade entre os indivíduos e permitir que os argumentos sejam sustentados por meio de uma discussão em que procuram alcançar o consenso. Sendo assim, observa-se que a cooperativa busca uma discussão em grupo, porém, ainda não se configura como uma esfera de discussão voltada para alcançar consenso, por não permitir que os envolvidos possam expressar suas opiniões e argumentos racionais, sem que necessite de voto para decidir algo.

Conforme observado por Noterman (2016), na cooperativa de habitação, apesar do interesse coletivo no início, alguns problemas começaram a surgir no processo decisório da cooperativa. Antigamente, alguns membros passaram por um processo democrático para a escolha do conselho, porém, com o passar do tempo, todo o processo decisório, que deveria ser realizado de forma coletiva e por diversas comissões criadas entre os membros, começou a ser realizado por apenas algumas pessoas que continuaram seus trabalhos voluntários na administração da cooperativa. Dessa forma, a cooperativa, passou por um longo processo em que a decisão era tomada pela ‘maioria’ dos membros da cooperativa, justificado pela falta de incentivo de participarem e assumirem cargos administrativos.

Dificultando ainda mais o consenso no processo decisório, a autora afirma que a ‘comunhão desigual’, termo utilizado por ela para a não cooperação, pode ser identificada a partir da seguinte passagem:

[...] são os membros que são mais ativos na comunhão cotidiana que tendem a contribuir e beneficiar dos conhecimentos comuns. Devido à sua participação, os membros da diretoria da cooperativa tendem a definir significativamente como os recursos são gerenciados e utilizados. [...] A participação limitada na comunhão ameaça a sustentabilidade dos bens comuns existentes. A falta de amplo envolvimento limita a proliferação de novos bens comuns na comunidade, criando desconfiança e frustração entre os membros, criando barreiras ao desenvolvimento de formação socioeconômica alternativa (NOTERMAN, 2016, p. 442, tradução nossa).

Mesmo com essa situação, em que algumas pessoas ainda detêm todo o poder de informações na cooperativa Pine Grove, a autora trouxe um exemplo significativo e demonstra como os indivíduos podem mudar a postura diante de uma situação de risco. A ideia do aluguel barato e o foco permanente nos resultados econômicos individuais fizeram com que a cooperativa não conseguisse aumentar de forma significativa sua renda, pois os membros da administração acreditavam que a ideia de aluguel barato traria uma realidade diferente, que os membros cooperariam mais por acreditarem na ideia do aluguel barato. Porém, foi necessário uma reunião de urgência para que essa questão fosse discutida. Dessa forma, a reunião teve uma presença significativa dos membros, e o conselho administrativo explicou a necessidade de aumentar o aluguel e isso fez com que ocorresse uma compreensão de que os membros eram coletivamente responsáveis pela manutenção financeira da cooperativa. Observando essa prática realizada na cooperativa, fica nítido que, por mais que a racionalidade instrumental esteja presente, que os interesses individuais estejam movendo as ações dos indivíduos, um diálogo permeado pela comunicação e pela interação entre os membros e a administração da cooperativa, permitiu que estes chegassem a uma conclusão de forma coletiva, configurando-se como um consenso alcançado por meio de um entendimento mútuo sobre a questão financeira da cooperativa.

É interessante observar que, no processo decisório, os membros de *Pine Grove* só participam quando realmente uma crise toma conta de seus interesses, mas, em contrapartida, quando estão envolvidos em atividades comuns, do dia a dia, parece que os indivíduos se sentem mais motivados a cooperar e a participar. Noterman (2016) demonstra essa realidade e essa complexidade da seguinte forma:

Em Pine Grove, o conhecimento e as práticas dos membros estão em constante evolução – às vezes individualmente, e outras vezes, coletivamente. O bem comum é um processo iterativo, e às vezes aparentemente contraditório. É também um processo que difere entre os cidadãos comuns. Alguns membros da cooperativa, como Ann, passaram anos descobrindo como gerenciar recursos compartilhados. Outros, que não foram tão envolvidos em processos formais de gestão, desenvolveram seus

próprios relacionamentos e compreensão dos bens comuns (NOTERMAN, 2016, p. 444).

Nesse sentido, Coq-Huelva, Sanz-Cañada e Sánchez-Escobar (2014) apresentam alguns problemas relacionados à tomada de decisão, como problemas de monitoramento, quando o interesse dos conselhos diretivos pode ser diferente dos demais, problemas de acompanhamento, quando o monitoramento das políticas implementadas torna-se difícil por causa da assimetria de informações, ou falta de conhecimento técnico para interpretar as informações. Quando esses problemas são identificados, o processo decisório realizado de forma coletiva fica comprometido, possuindo uma lógica totalmente contrária ao que é pregado pelos princípios cooperativistas, gerando uma falta de participação nas decisões.

Para demonstrar como isso gera o não envolvimento dos cooperados e, conseqüentemente, a falta de participação nos processos decisórios, os autores acima abordam em seu artigo, cooperativas de produção de azeite, que possuem os referidos problemas, conforme explicitado abaixo:

Os membros da cooperativa frequentemente sentem que são incapazes de influenciar significativamente os processos de tomada de decisão e esse sentimento gera um não envolvimento na gestão e uma crítica geral às ações dos gerentes (COQ-HUELVA, SANZ-CAÑADA; SÁNCHEZ-ESCOBAR, 2014, p. 13, tradução nossa).

Os associados, ao observarem essa situação, acreditam que isso pode ser compensado por meio da prática de escolher, por meio do voto, o presidente e o conselho diretor. Como os membros não se sentem motivados a participar, a ideia de votação tende a superar esse problema, porém, não é tida como uma forma mais ideal de ação dentro da cooperativa, uma vez que os princípios cooperativistas propõem a participação efetiva dos membros por meio da gestão democrática.

Ao observar essa realidade proposta pelos autores, observa-se que esse comportamento não condiz com o que Habermas (2012) propõe, ao demonstrar a importância da linguagem nos processos decisórios, uma vez que, para o autor, o sucesso da comunicação ocorre quando uma pessoa é reconhecida como capaz de compreender e quando faz parte de uma comunidade de comunicação que tem como propósito direcionar o agir do indivíduo. Cançado, Pereira e Tenório (2013) corroboram com a visão de Habermas, ao afirmarem que é por meio da dialogicidade dos atores sociais que se consegue propor soluções para as questões presentes no 'mundo-da-vida'.

Mais uma vez, observa-se que, ao analisar uma segunda cooperativa de produção de azeite, Coq-Huelva, Sanz-Cañada e Sánchez-Escobar (2014, p. 13) afirmaram que,

dependendo do intuito da cooperativa, esta tende a possuir uma lógica instrumental ou coletiva. Como a cooperativa de segundo grau abordado pelos autores possui uma relação direta com o mercado, os autores relatam:

(Cooperativa de segundo grau) é uma empresa que trabalha como uma empresa privada, uma empresa que não tem que esperar para a reunião de conselho de presidente de cooperativas, a menos que algum acordo específico ou delicado deve ser adotado [...] ou por vender um volume muito alto de petróleo, mas a gestão diária é semelhante à de uma empresa privada, não temos que esperar, as decisões são ágeis e rápidas (tradução nossa).

Mesmo que seja destacado pelas autoras, que a cooperativa possui uma relação com o mercado, isso não configura a cooperativa como uma empresa privada, demonstrando que o foco da cooperativa, que é o bem comum e a interação entre os indivíduos de forma coletiva, está sendo deixada de lado e se transformando em uma organização voltada por uma lógica instrumental (de mercado). Dessa forma, fica evidente que nesse caso, a dialogicidade é deixada de lado, e emprega-se, portanto, o monólogo como forma de processo decisório.

No processo decisório das cooperativas, os interesses também estão intrinsecamente relacionados, uma vez que as decisões podem ser tomadas tanto por meio de um consenso, quanto pela maioria. A maioria das decisões que é tomada nas cooperativas envolve recurso financeiro e isso esbarra muitas vezes na racionalidade instrumental também, apesar da necessidade desses temas econômicos, já que a cooperativa precisa ter rendimentos econômicos para se manter ‘viva’. Assim, muitas questões sobre o capital da cooperativa são discutidas, e de acordo com Auerbach (2012), quando envolve o capital social, as decisões estão focadas na racionalidade instrumental, enquanto praticamente ignora o valor, como medido por meio da felicidade humana, da comunidade e da sociabilidade.

7.4 Entendimento

Essa categoria tem como objetivo, identificar se os diálogos ocorrem de forma objetiva ou de forma intersubjetiva, ou seja, a intersubjetividade permite que cada indivíduo, ao se comunicar com outro, tenha a capacidade de entender a subjetividade do outro em relação ao que está em discussão.

No estudo de Jäger e Beyes (2010), na cooperativa que integra os bancos autônomos, foram desenvolvidos métodos em que a comunicação poderia ocorrer de forma participativa. Assim, os autores citam os fóruns que eram realizados pelo grupo duas vezes ao ano. O primeiro ano foi realizado em 2003, em que estiveram presentes 490 representantes, e como já

citado, estes foram divididos em grupos para discutirem sobre as diretrizes e, posteriormente, foram à plenária para a votação. Já no ano de 2004, esses encontros voltaram a acontecer, porém, devido a dificuldade de ouvir todos os representantes, apenas 60, do total de 490 gestores, foram convidados a participar, sendo que os outros 430 foram convidados a participar de oito fóruns idênticos realizados em outras cidades.

Essa dificuldade de comunicação quando uma cooperativa possui muitos membros vai ao encontro com o que Olson (1999) apresenta em sua teoria em relação a dificuldade dos indivíduos de cooperarem e se comunicarem em um grupo muito grande, pois, segundo o autor “Quanto maior o grupo, mais longe ele ficará de atingir o ponto ótimo de provimento do benefício coletivo” (OLSON, 1999, p. 47). De acordo com Olson (1999) os indivíduos, em um grupo grande, não se sentem motivados a participar, pois, sabem que, se apenas um indivíduo deixar de cooperar, o objetivo final não será comprometido.

No primeiro ano, a participação dos indivíduos e a busca por uma conversa foi desenvolvida pelo CEO da cooperativa, porém, a intersubjetividade observada ficou comprometida, pois segundo Cançado, Pereira e Tenório (2013), a intersubjetividade é compreendida como a capacidade do indivíduo de entender a subjetividade do outro por meio de um processo dialógico. Por mais que num primeiro momento a comunicação aconteça, por meio da separação em grupos, ao abrir a discussão para todos os envolvidos, a comunicação passa por um processo de votação, sem que os indivíduos possam, de fato, expressarem seus argumentos racionais e alcançarem um consenso.

Como retratado na cooperativa de habitação *Pine Grove*, houve um momento em que a cooperativa passou por uma crise financeira devido aos interesses econômicos privados dos membros estarem acima dos interesses coletivos. Diante dessa realidade, o conselho administrativo convocou uma reunião e, apesar do descontentamento de vários membros, a reunião teve uma presença significativa dos associados. Ao conversarem e dialogarem sobre a crise que estavam passando, os membros da administração fizeram questão de explicar ‘dólar por dólar’, a real necessidade do aumento do aluguel dos terrenos, para que todos pudessem entender, de fato, a importância do ajuste e de como a cooperação e a busca por um objetivo coletivo leva os indivíduos a tornarem-se também responsáveis pela parte financeira da cooperativa. De acordo com o objetivo da reunião, e o seu desfecho, pode-se observar, que por mais que os indivíduos sempre pensem em seus objetivos privados, práticas simples de comunicação desenvolvidas nas cooperativas, podem alcançar um resultado satisfatório e, conseqüentemente, um diálogo pautado pela intersubjetividade e pela busca do consenso. Nessa mesma cooperativa, reuniões anuais e a eleição regular dos conselheiros podem ser

complexas, porém, oferecem uma prática de abertura para o desenvolvimento de uma base comum de entendimento, o que gera, ao longo do tempo, confiança e responsabilidade entre os membros da cooperativa (NOTERMAN, 2016).

7.5 Democracia

Essa categoria visa observar de que forma as decisões são tomadas nas cooperativas, por meio de uma democracia representativa ou deliberativa. A democracia representativa faz menção a uma plenária, em que a decisão é tomada com base no voto da maioria, já a democracia deliberativa permite que a discussão seja decidida com base em um processo comunicativo, e não a partir de uma escolha realizada pela maioria.

Conforme observado no estudo de Coq-Huelva, Sanz-Cañada e Sánchez-Escobar (2014), os membros da cooperativa não se sentem motivados a participar dos processos decisórios, mas quando participam, apenas escolhem o presidente e o conselho diretor dentre os agricultores de alta reputação, mas, que muitas vezes, não possuem formação educacional relevante, seja na área administrativa e ou técnica.

Destacando a importância da democracia em um processo coletivo, observou no artigo de Jäger e Beyes (2010) que o processo decisório é realizado por meio de uma plenária, em que o presidente é protagonista da ação e abre para a plenária, um tempo reservado para perguntas, mas quando é perguntado, ele responde quando acha conveniente, e volta a falar, levando em consideração apenas o que vai de acordo com o seu próprio interesse. Observa-se um fragmento da resposta do presidente a um associado: “Não aceito que comecemos a fornecer informações gerais de forma seletiva. Tomarei as medidas apropriadas e certificarei-me de que tudo permanece como era. Obrigada pelo seu comentário" (JÄGER; BEYES, 2010, p. 91, tradução nossa).

No estudo de Auerbach (2012), a categoria democracia aparece, porém, voltada para uma lógica representativa em termos de autogovernança democrática, isso demonstrado por meio da construção de conselho de Administração, composto por seis membros e em termos do apoio organizado dos membros ao Fórum, para a mudança participativa. Essa realidade observada em Uganda denota uma possibilidade para que as cooperativas comecem a mudar o foco de seus processos decisórios, passando a inserir os membros nesses processos e dar a eles, a oportunidade de expressarem livremente suas visões, opiniões e argumentos, e com isso, deliberarem sobre determinado assunto. Diante de uma abordagem tão instrumental que observou-se nos estudos, realmente, uma aproximação com a democracia participativa

demonstra uma possibilidade de realmente buscar uma gestão democrática conforme orientam os princípios cooperativistas.

7.6 Análise geral: qual a racionalidade predomina nas cooperativas analisadas?

Com base nos artigos analisados, observou-se que nenhum deles cita Habermas e nem mesmo referenciam a sua teoria, mas, em contrapartida, Mancur Olson, e sua teoria da ação coletiva, aparece em dois deles. De início, observa-se que os artigos evidenciam de fato quais os interesses que movem a ação dos indivíduos, tendo em vista a longa discussão sobre a categoria, o que vai ao encontro com uma discussão também rica da comunicação e do tipo de decisão, porém, não se observa isso na categoria entendimento e democracia, pois os artigos não especificam de fato, a forma como as cooperativas se reúnem para discutir os assuntos referentes ao desenvolvimento e estabelecimento do foco da organização. Essa ausência de informação descritiva nos artigos dificultou um pouco a análise dessas duas categorias, porém, foi possível observar, por meio das outras cooperativas, a forma como a racionalidade é abordada nesses estudos.

Diante disso, as categorias foram identificadas com base na análise de cada artigo e de cada estudo realizado para identificá-las. Muito se fala sobre os interesses (privados e públicos), muito relacionados à motivação de ação dos indivíduos nas cooperativas. Diante da abordagem dessa categoria, foi possível observar que as cooperativas, quando são constituídas, levam em consideração realmente o objetivo coletivo, o interesse público que a permeia. Mas algumas autoras chegaram a conclusão de que existe sim, o interesse coletivo, mas o interesse privado também está presente na realidade cooperativa, nem sempre visto como negativo apenas, mas como uma forma híbrida de racionalidades. O interesse é de fato uma análise que faz com que seja observado como as cooperativas regem suas decisões e como os indivíduos regem suas ações, pois observou-se a quantidade de decisões que são tomadas levando em consideração a individualidade e o interesse privado. Algumas cooperativas realmente agem de forma coletiva, mas nem sempre essa ação é permanente e muitas vezes elas acontecem apenas nos primeiros anos de funcionamento, identificando uma dificuldade muito grande por parte delas, de fortalecer e proporcionar a cooperação por parte dos associados. Ao citar os interesses, a racionalidade híbrida é apresentada, e de fato, ela é mencionada a todo momento, em alguns estudos.

A categoria processo decisório apareceu nos artigos de forma significativa, uma vez que a análise da participação e da forma como essa é observada nas decisões estão explícitas

nos artigos. Tendo como base os princípios cooperativistas, o consenso, embasado pela discussão, conforme proposto por Habermas (2012), deveria fundamentar todas as decisões nas cooperativas. Porém, observou-se que algumas decisões são tomadas apenas pelos membros da administração da organização, tornando-se decisão pela maioria. A cooperativa, de início, já deixa claro a importância da cooperação dos membros, pois, todo o resultado gerado pelas ações é de interesse de todos, e se caso algo não sair como o proposto, as pessoas ainda podem corrigir. Porém, quando prevalece a decisão pela maioria e a não participação qualificada pelos argumentos racionais, a cooperativa já fere um dos seus princípios mais importantes, a gestão democrática, sendo assim, apesar da importância do consenso, observou-se que as decisões são tomadas ainda por uma parcela da cooperativa, e não por um processo comunicativo e reflexivo, chegando a um consenso entre os associados.

Nesse sentido, a categoria comunicação também apareceu de forma abrangente na análise dos artigos, pois, independente de qual seja o método utilizado por ela, a comunicação estará presente, mas basta saber se será identificada por um processo de dialogicidade ou por monólogo, em que apenas uma pessoa detém as informações e faz uso dessas para seu interesse pessoal. Em alguns exemplos, o monólogo aparece de forma clara, sendo relacionado ao interesse privado, em que os diretores que possuem essas informações, querem decidir rápido sobre determinada situação e não faz questão de ouvir o restante dos membros. O monólogo é uma prática avessa às cooperativas, mas mesmo assim, está presente nos estudos, demonstrando que, como no exemplo apresentado nessa discussão, há certos momentos em que o monólogo toma conta das decisões, porém, há certas situações em que é convincente e necessária a dialogicidade.

As decisões são encaradas nas cooperativas como funções daqueles que já exercem o cargo administrativo, sendo que na verdade, todos os membros de uma cooperativa são corresponsáveis por todos os processos da organização, portanto, essa função de participação por meio de um diálogo e de um consenso, ainda não é tão buscada pelas cooperativas, nos estudos analisados.

Já a categoria democracia, apareceu poucas vezes, tendo em vista a deficiência dos artigos, em apontar, de fato, como a decisão é tomada. Os artigos demonstram se há ou não comunicação, o número de membros que fazem parte, mas não abrangem a análise permitindo uma discussão significativa da democracia. Porém, nos estudos analisados, a democracia que esteve presente foi a representativa, que se configura como uma democracia identificada por meio de uma votação em um processo decisório. A democracia participativa foi observada também, mas apenas em um artigo. Isso demonstra que a racionalidade instrumental está mais

presente, uma vez que a democracia representativa permite que a decisão seja tomada por poucos e não por meio de um processo comunicativo. Essa falta de discussão da democracia nos estudos demonstra, na verdade, que os estudos e as cooperativas estão interessados em demonstrar que o processo decisório é tomado com base na maioria, o que caracteriza a essência da democracia representativa. Contudo, os estudos não exploram o meio, o processo que a decisão foi tomada, sendo encontrado apenas em um artigo que tratou do espaço de decisão por meio de uma plenária.

Na verdade, observa-se que uma categoria está totalmente entrelaçada à outra, pois, para que ocorra um processo democrático, em que seja deliberativo, precisa-se que o interesse público oriente as ações, que a comunicação permeie os diálogos e que a decisão seja tomada de forma coletiva e em busca de um consenso. Ao mesmo tempo em que, quando uma ação cooperativa é embasada pelo interesse pessoal, a comunicação não se faz necessária, muito menos a busca por um consenso entre os membros, e não existe nada que faça com que os processos decisórios aconteçam de forma deliberativa, sendo necessário apenas uma forma de votação para que os objetivos sejam escolhidos.

Ao observar como as categorias são abordadas nos artigos analisados e com base na ideia de que existe uma racionalidade híbrida, certo conflito em relação ao interesse que realmente move as ações dos indivíduos, esse contexto pode ser explicado pela discussão que Habermas (2012) faz em relação ao mundo-da-vida e o mundo dos sistemas.

De acordo com Lubenow (2004, p. 51): “Sistema e mundo-da-vida são duas categorias utilizadas por Habermas para compreender a sociedade moderna racionalizada”. Em sua análise da sociedade moderna, Habermas (2012) explica que o sistema é regido pela razão instrumental e está compreendido em dois subsistemas: o econômico e o político. Já o mundo-da-vida é permeado pela intersubjetividade dos indivíduos inseridos em situações concretas da vida, tendo como pano de fundo o mundo social, objetivo e subjetivo. Assim, Habermas propõe duas formas de interação, a social (obtida por meios linguísticos da busca pelo consenso) e a sistêmica (obtida por meios não linguísticos, como o mercado e a burocracia) (HABERMAS, 2001; 2003).

Essa dualidade das ações da sociedade é percebida nos artigos analisados, justamente pelo fato de abordar em uma mesma organização, ou em um mesmo processo decisório, os interesses privados e públicos. Diante disso, surge uma inquietude sobre em qual ‘mundo’ as cooperativas estão inseridas e mesmo, em qual ‘mundo’ elas deveriam estar inseridas.

Segundo Habermas (2002, p. 127), a ação comunicativa está inserida em um mundo-da-vida que fornece uma cobertura protetora dos riscos sob a forma de um imenso consenso

de fundo. As proezas da comunicação explícitas que são alcançadas pelos agentes comunicativos se dão no horizonte de convicções partilhadas e não problemáticas. A racionalidade instrumental predomina no sistema, pois as ações nesse processo são coordenadas pelo poder (subsistema político) e pelo dinheiro (subsistema econômico).

Para Habermas, o mundo-da-vida é o espaço da razão comunicativa. É constituído pela cultura, sociedade e personalidade e se expressa pela busca do consenso entre os indivíduos, por intermédio do diálogo. O mundo-da-vida contrapõe-se ao mundo dos sistemas, onde predomina a razão instrumental, razão que se expressa em mecanismos funcionais, construídos em torno do poder e do dinheiro e que coordenam as ações humanas garantindo a reprodução do mundo material; é o espaço do trabalho, da técnica, da economia, da administração etc. (TENÓRIO, 2005, p. 106).

Essa dualidade presente na sociedade e de forma evidente nos artigos analisados pode ser explicada pelas patologias da sociedade moderna (HABERMAS, 2003). Isso se deve ao capitalismo avançado presente na sociedade que faz com que o sistema e o mundo-da-vida estejam desacoplados, uma vez que um aumento considerável da complexidade do sistema social causa uma sobrecarga dos processos de entendimento, o que desenvolve certa possibilidade de manutenção dos meios de controle contrários da linguagem, ou seja, o dinheiro e a burocracia, como já citado.

As patologias abordadas por Habermas vão ao encontro com o que é abordado nos artigos, uma vez que os indivíduos ficam inseridos em um ambiente em que o dinheiro e a cooperação estão em constante disputa. Auerbach (2012, p. 346) afirma que “o que é de valor não é a conexão humana em si, mas sim os benefícios tangíveis que o capital social pode gerar”.

A dificuldade demonstrada por Habermas pode ser apresentada mais uma vez pela autora, ao compreender que o problema com a linguagem é que a decisão de contribuir para o coletivo é entendido como um sacrifício, assim parece que aquelas pessoas que agem de forma coletiva e pensam em comunidade estão agindo irracionalmente. Dessa forma, a autora conclui que: “As sociedades que abraçam uma versão do mercado por meio da globalização neoliberal fazem um trabalho melhor da produção de bens do que de bem-estar, enquanto as sociedades que investem em construção comunitária sustentável, mesmo em detrimento de medidas tradicionais de produtividade, podem apoiar mercados que reforçam a justiça social e a promoção do bem-estar” (AUERBACH, 2012, p. 354).

Assim, Olson (1999), corrobora ao afirmar que mesmo que os indivíduos de uma organização possuam um interesse comum, esses também possuem interesses individuais, que podem ser completamente diferentes dos demais membros do grupo ou de uma organização, e

faz uma referência a um sindicato, por possuir um objetivo comum, sendo o aumento do salário, mas mesmo assim, os indivíduos possuem interesse privados em ganhos pessoais diferenciados.

Miranda (2009) descreve como os interesses são conflituosos em relações sociais e a discussão trazida pela autora e demonstra como os discursos e os interesses são dispostos nas cooperativas analisadas. De acordo com a autora,

No entanto, nem sempre os atores agem da mesma forma. Frequentemente, os indivíduos atuam com o objetivo de sobrepor seus interesses e objetivos pessoais ao acordo ou ao entendimento mútuo, estrategicamente. No agir estratégico, não é o entendimento linguístico que coordena a ação, mas a coordenação depende da influência dos atores uns sobre os outros, e a linguagem é utilizada como simples meio para transmissão de informação, e não como conformadora de atos (MIRANDA, 2009, p. 101).

Essa presença da falta de comunicação e da utilização da linguagem apenas para transmissão de informação é abordado nos artigos analisados, e é possível observar isso na discussão realizada no âmbito das categorias teóricas. Os presidentes da cooperativa de produção de azeite, conforme exposto por Coq-Huelva, Sanz-Cañada e Sánchez-Escobar (2014), apenas utilizam a linguagem para que todos os membros passem as informações referentes à parte administrativa, mas não questiona, nem mesmo estimula um diálogo para que todos compreendam e entendam a situação administrativa da cooperativa. A atitude dos presidentes demonstra o quanto os indivíduos estão inseridos em organizações com um interesse comum, porém, a forma como o alcance desse objetivo será cumprido não interessa, pois o que realmente é relevante, para eles, é se o objetivo individual foi alcançado.

Com base nessa discussão e na evidência do mundo dos sistemas colonizando o mundo-da-vida, essa realidade é tão aplicável quanto evidente nas cooperativas. A comunicação, tão exaltada por Habermas (2012) está presente em alguns momentos dos processos decisórios, mas em poucos, ela é utilizada de acordo com o que a racionalidade comunicativa propõe, pois, a linguagem nessas cooperativas não é utilizada como elemento transformador da sociedade, e sim como passagem de informações para os membros das cooperativas.

As cooperativas, de acordo com Souza et al. (2007), desde seu início, foram embasadas em princípios muito básicos, como a solidariedade, equidade, liberdade e mais ainda, o trabalho em equipe. E diante da análise, observa-se que esses princípios são substituídos pelo egoísmo, pela dependência por parte dos membros aos conselhos administrativos e pelo interesse individual no lugar do interesse público.

Diante dessa análise, e de acordo com a Teoria da Ação Coletiva desenvolvida por Olson (1999), observa-se que a racionalidade que predomina nas ações das cooperativas é a instrumental, em que os indivíduos não estão em busca de uma cooperação e só a realizam quando sabem que o interesse privado só poderá ser alcançado caso a ação cooperativa seja desenvolvida.

Essa conclusão fica mais evidente, quando se observa que a racionalidade comunicativa proposta por Habermas (2012) não aparece exposta em nenhum dos artigos, e não está presente, verdadeiramente, nas cooperativas analisadas.

Por meio da análise das categorias dos estudos analisados, as cooperativas praticam a ação instrumental, mesmo que em alguns momentos, algumas decisões sejam tomadas coletivamente, o que reforça mais uma vez o que foi detectado, a racionalidade instrumental se apresenta de forma predominante nos artigos analisados sobre gestão de cooperativas.

8 AÇÃO COMUNICATIVA: UMA NOVA FORMA DE AÇÃO NAS COOPERATIVAS

De acordo com a análise dos princípios cooperativistas, a racionalidade que se pode considerar a mais adequada, para analisar a gestão de cooperativas, é a racionalidade comunicativa proposta por Habermas, pois se dá por meio do diálogo entre os atores sociais, mediada pela linguagem, em que as ações comunicativas proporcionam um consenso racional motivado, mediado por meio da fala cujos interlocutores se tornam participantes (HABERMAS, 2012).

Machado de Melo et al. (2007) afirmam que ao se entenderem entre si, os participantes da ação comunicativa reproduzem e modificam a cultura, pois coordenam de forma linguística a ação; reproduzem lealdades por incorporar valores sociais; e desenvolvem habilidades. Sendo assim, a ação comunicativa tem as funções de reproduzir a cultura (reproduzir e renovar o saber válido); de garantir integração social e produzir a solidariedade e, portanto, a estabilidade das ordens sociais; e promover, com isso, os processos de socialização ao formar sujeitos capazes da fala e da ação. Sendo assim, os princípios cooperativistas corroboram para a afirmação de que a racionalidade comunicativa pode ser utilizada para analisar e compreender as ações cooperativistas.

Os empreendimentos cooperativos buscam formas alternativas de se sustentarem através de um forte elo entre seus associados e o desejo de atuarem coletivamente para alcançar fins comuns, diferente da lógica competitiva, individualista e concorrencial do mercado (DRUMOND, 2010, p. 15).

O resultado da análise dos artigos nas bases consultadas demonstra que a racionalidade instrumental está presente nas cooperativas estudadas. Nesse sentido Drumond (2010) ressalta que as cooperativas precisam se adaptar a um mercado mais competitivo e agir em busca de uma qualidade para sua produção. Esse cenário é considerado desafiador para as cooperativas, porque essas devem ser movidas com base nos princípios cooperativistas e, principalmente, na gestão democrática.

Mesmo com essa prática instrumental presente nas cooperativas, Habermas (2012) ao propor a racionalidade comunicativa, permite que essas, mesmo em um ambiente mais competitivo, hajam de acordo com os princípios advindos de Rochdale, e de acordo com a prática democrática.

Talvez a ideia dos princípios esteja para alguns longe da realidade, mas para outros seria o desafio de buscar, mesmo com dificuldades, a sua incorporação na sociedade brasileira, agregando a eles a evolução do pensamento social para melhorar a organização da sociedade. (BRAGA et al., 2002, p. 14)

Drumond (2011) espera que as organizações cooperativistas possuem relações de trabalho democráticas e igualitárias, com a importância da participação efetiva dos cooperados na gestão da cooperativa. Siebeneicher (1989) compreende que o argumento de Habermas é de que a razão deve ser pautada pela relação sujeito-sujeito e não mais pela perspectiva de que o sujeito é capaz de dominar o mundo e subjugar e dispor dos outros. Assim, a razão é tida como processual e comunicativa, ou seja, a razão proposta por Habermas é consolidada pela intersubjetividade entre os sujeitos. Diante disso, as práticas democráticas e participativas na cooperativa podem ser realizadas com base na comunicação e na integração entre os associados e não em uma relação de dominação.

Schneider (1991) afirma que os princípios não devem ser abordados e seguidos de forma irracional, arbitrária ou sem reflexão da realidade da cooperativa, mas sim, em uma perspectiva dinâmica e flexível que faça com que a organização permaneça com sua lógica cooperativa. Essa visão de Schneider (1991) pode ser alcançada nas cooperativas por meio da linguagem, do processo comunicacional que Habermas aborda. Para o autor, é pela linguagem que as fronteiras do mundo podem ser transformadas em permeáveis. Além disso, a busca pela emancipação se concretiza justamente no entendimento mútuo e no livre entendimento do indivíduo com ele mesmo (HABERMAS, 1990).

Sem negar a importância de todos os princípios, e considerando que não existe uma hierarquia entre os princípios, porém, a estrutura organizacional das sociedades cooperativas possibilita a democratização da gestão através da participação dos sócios na administração e fiscalização do empreendimento. Assim, o grande mérito das sociedades cooperativas está no seu caráter democrático e, em sua essência, consiste na aplicação do princípio de gestão democrática (DRUMOND, 2011, p. 49).

O princípio gestão democrática é tido como o que mais encontra elementos congruentes com a proposta da racionalidade comunicativa de Habermas (2012). Drumond (2010) relata muito bem como a ação comunicativa se desenvolve na gestão de uma cooperativa. Segundo a autora, a gestão democrática tem como premissa a participação e o alto grau de envolvimento dos cooperados com a gestão, ou seja, em uma cooperativa os cooperados dividem as responsabilidades, participam do estabelecimento de metas e tomam

decisões. Assim, prevalece a discussão de ideias, o respeito pela opinião alheia e a aceitação das vivências dos outros cooperados, sendo tudo mediado por um diálogo franco e aberto.

Drumond (2010, p. 65) apresenta como a participação dos membros no processo decisório é realmente muito importante para a sobrevivência da cooperativa. Assim, a comunicação e a interação entre os associados são de extrema relevância para que as decisões sejam tomadas de forma democrática.

Nas cooperativas, o elemento essencial para a consecução de seus fins é a colaboração constante do sócio na vida da cooperativa. A sobrevivência da cooperativa apresenta uma relação direta com a efetiva participação dos seus cooperados nos processos de decisão, para que sejam alcançados os objetivos estabelecidos por eles próprios como razão da existência da entidade. No centro da cooperativa está a pessoa do sócio; mesmo que seja importante a presença de capital no empreendimento, este, por si só, não é suficiente. Mais importante é a pessoa do associado, sem cuja participação os negócios não têm, por sua própria estrutura, condições de viabilidade ou sobrevivência.

De acordo com Crúzio (2000), ao participar das assembleias, os associados devem conhecer seus direitos e deveres, participar das decisões a serem tomadas, conhecer o estatuto, denunciar qualquer irregularidade presenciada, sugerir melhorias, dentre outros. Isso demonstra mais uma vez que o indivíduo, participante de uma cooperativa, deve ser um sujeito portador de uma visão crítica e não apenas ser um indivíduo portador de um voto.

Marques (2009), em concordância com a ação comunicativa de Habermas, afirma que o diálogo exerce um papel importante por permitir aos participantes diferentes pontos de vista do debate com o objetivo de que esses se coloquem sempre no lugar dos outros que estão em discussão e daqueles que não puderam ou não tiveram oportunidade de estar. De acordo com a autora, o diálogo, para que aconteça de fato, deve assegurar a liberdade e igualdade entre os indivíduos e deve permitir que os argumentos racionais sejam sustentados, tendo os indivíduos a possibilidade de convencer os outros e serem convencidos na busca pelo consenso.

O princípio de adesão livre e voluntária já aborda no próprio nome a ideia de que os indivíduos são seres livres e que a prática voluntária está inserida também na participação inicial dos membros da cooperativa.

Assim, Cançado, Souza e Pereira (2013, p. 4) conceituam a cooperativa como:

A cooperativa é um empreendimento coletivo com as 'portas abetas', tanto para a entrada quanto para a saída. A participação do cooperado é livre e deve ser voluntária. Nenhum indivíduo pode ser forçado a se associar ou

permanecer associado a uma cooperativa, destacando que não deve haver qualquer tipo de discriminação (racial, social, política, de gênero e política).

De acordo com Schneider (1991, p. 87), a adesão livre é encarada como “um pressuposto básico para o exercício da democracia cooperativa”, demonstrando que nenhum sujeito é obrigado a fazer parte de uma cooperativa, ou seja, não é permitida nenhuma forma de coagir o indivíduo a participar. Em relação à prática voluntária, o autor afirma que o indivíduo permite ingressar na cooperativa por vontade pessoal e não forçado, uma vez que, quando se faz parte de uma cooperativa, subentende-se que o indivíduo conheça as regras e que esteja disposto a realizar uma atividade econômica de forma coletiva.

O princípio ‘adesão livre e voluntária’ não possui uma relação tão próxima com os pressupostos da racionalidade comunicativa como os outros princípios tratados acima, mas ao analisá-lo, podemos perceber que a coerção não é uma prática permitida na cooperativa, nem mesmo na participação dos processos decisórios, muito menos, no primeiro contato do sujeito com a cooperativa. Assim, o indivíduo não deve ser forçado a fazer parte de uma cooperativa, sendo necessário o respeito à opinião do outro em relação às suas necessidades. Habermas (2002) deixa clara a necessidade de respeitar o indivíduo, pois, segundo o autor, o que se resulta de uma ameaça não pode ser considerado um acordo, pois, uma intervenção forçada é contrária à comunicação que promove ligações e convicções.

De acordo com a *International Co-operative Alliance* (ICA, 2017), o princípio ‘participação econômica dos membros’ é compreendido como:

Os membros contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Uma parte desse capital é propriedade comum das cooperativas e os sócios recebem compensações limitadas, quando houver, sobre o capital, como condição da sociedade. Os membros destinam as sobras aos seguintes objetivos: desenvolvimento das cooperativas, por meio da formação de reservas, parte destas podendo ser indivisível; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios. (ICA, 2017 [s/p] trad. nossa).

As cooperativas são organizadas como empresas sem finalidade lucrativa, o que as configura como diferentes das empresas de capital. Dessa forma, essa organização possui uma relação personalística com os seus cooperados, porque o capital não une os membros e sim, o trabalho e suas relações com a cooperativa (DRUMOND, 2010).

Diante dessa característica econômica da cooperativa, esta demonstra, de fato, como a lógica instrumental e financeira não deve reger as ações dos cooperados, uma vez que os benefícios gerados e as perdas são coletivas, ou seja, se a cooperativa conseguir um resultado

econômico positivo, todos serão beneficiados, porém, caso ocorra um resultado negativo, os cooperados serão também responsáveis por isso. Com base na relação econômica coletiva, isto implica que os membros ajam sempre de forma conjunta e que se preocupem para que, cada vez mais, as ações coletivas sejam realizadas com base nos princípios, para que a cooperação seja alcançada e, conseqüentemente, para que resultados positivos sejam obtidos.

O princípio ‘participação econômica dos membros’ implica também a necessidade da comunicação e interação entre os indivíduos, pois, esses precisam trabalhar de forma conjunta para alcançarem o objetivo econômico da cooperativa. Assim, a ação comunicativa deve permear tanto as decisões de caráter administrativo, mas também de caráter econômico. Compreende-se, portanto, que a comunicação e o diálogo proposto por Habermas (2012) colaboram na busca pela participação econômica dos membros, pois quanto mais conhecimento e esclarecimento sobre a economia e finanças da cooperativa melhor.

O princípio ‘Autonomia e Independência’ possibilita as cooperativas o poder de conduzir suas próprias ações. De acordo com a ICS (2017, [s/p], tradução nossa):

As cooperativas são organizações autônomas, que se sustentam e que são controladas pelos seus membros. Se eles firmarem acordos com outras organizações, incluindo os governos, ou levantar capital de fontes externas, fazem isso de modo a assegurar o controle democrático pelos seus membros e a autonomia e da cooperativa.

Esse princípio vai ao encontro do princípio da gestão democrática, uma vez que a cooperativa pode tomar suas decisões, sem a necessidade de intervenção estatal. Bertuol, Cançado e Souza (2012, p. 7), demonstram essa relação:

Dessa forma, o movimento cooperativista orienta as cooperativas para se desenvolverem de forma independente aos governos. Democraticamente, as cooperativas devem tomar suas próprias decisões, seguindo seu próprio caminho, sem nenhum tipo de interferência externa. As parcerias realizadas com cooperativa não devem criar vínculos ou obrigações que limitem suas decisões.

Esse princípio não apresenta uma relação direta com os pressupostos da racionalidade comunicativa, mas por apresentar uma relação direta com o princípio ‘Gestão democrática’ optou-se por apresentar seu conceito e sua relação com a democracia das cooperativas. Nesse sentido, espera-se que as cooperativas busquem uma democracia deliberativa e não apenas representativa, em que os membros apenas votam e não opinam sobre as discussões e a realidade vivenciada na organização.

Já o princípio ‘Educação, Treinamento e Informação’ sem dúvida alguma’ converge muito com a proposta de Habermas (2012). Com base no ICA (2017):

As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus membros, representantes eleitos, gerentes e funcionários para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Eles informam o público em geral - especialmente os jovens e os líderes de opinião - sobre a natureza e os benefícios da cooperação. (ICA, 2017, [s/p.] tradução nossa).

Bertuol, Cançado e Souza (2012) apresentam a importância desse princípio para a cooperativa, pois a educação gera uma condição para um crescimento continuado da cooperativa e do cooperativismo. Para os autores, é necessário que os cooperados entendam, de fato, o que é uma cooperativa como empreendimento, e como tirar benefícios disso e colaborar com o restante dos membros. Schneider (1999) colabora com essa relevância ao afirmar que a educação promove a transformação do perfil associado de desinteressado, desinformado, não participativo e competitivo, em um indivíduo que compartilha decisões, conhece sua organização, participa das decisões e coopera com os associados e com a cooperativa como um todo.

Essa percepção dos autores em relação ao princípio nada mais é do que a necessidade que Habermas (2012) apresenta em sua teoria sobre a importância de tornar o indivíduo portador do conhecimento e da realidade em que está inserido, para que este possa tornar-se um indivíduo com uma capacidade crítica.

Os processos educativos do cooperativismo são os meios pelos quais ocorre a transmissão de ideias, dos valores, dos princípios e das atitudes próprias do cooperativismo. Por isso há estreitos vínculos entre o cooperativismo e a educação (SCHNEIDER, 2003, p. 16).

Assim, os processos educativos na cooperativa devem ser embasados por uma comunicação frequente entre os associados, por uma relação próxima entre ambos e por uma prática discursiva que incite muito mais que boas decisões, mas que também se transforme em práticas diárias na cooperativa no sentido de formar uma opinião comum, capaz de influenciar as decisões do Conselho de Administração. Machado de Melo et al (2007) corroboram com essa ideia ao compreenderem que a interação entre sujeitos baseada na linguagem, quando compartilhada pelos participantes, formam uma situação em que o entendimento mútuo pode ser alcançado, proporcionando relações intersubjetivas que possibilitam ações coletivas e coordenadas cooperativamente.

Mendes e Passador (2010) também ressaltam a importância da educação cooperativista. Tendo em vista a integração social e a participação que tal educação promove nos associados, ela possibilita e incentiva que eles intervenham de forma crítica na gestão da cooperativa. Assim, isso nada mais é do que a capacidade reflexiva, crítica e justificável que

Habermas (2012) apresenta na teoria da ação comunicativa ao afirmar que os indivíduos, ao se comunicarem em busca de um entendimento mútuo, tornam-se seres críticos. Schneider (2003) sintetiza essa relevância ao afirmar que a educação possui a capacidade de promover a reflexão, a discussão e a ação dos envolvidos de forma gradual e contínua com o intuito de despertar neles o interesse pela participação e, assim, transformá-los em agentes do próprio desenvolvimento.

Assim, Drumond (2010, p. 94) conclui, de forma clara, a importância da educação cooperativista:

A educação cooperativista deve não somente envolver conhecimentos, mas também prática e para alcançar os seus objetivos, quer seja atingir o quadro social das cooperativas quer seja trabalhar com o corpo funcional, deve ter uma significação ampla que não se limita apenas em instrução acadêmica, mas que se complementa com a soma das experiências, que promova o crescimento do cooperado enquanto sujeito, que estimule a capacidade de trabalhar com os outros, seguindo os valores e princípios do cooperativismo.

O princípio ‘Intercooperação’, de acordo com Crúzio (2000), permite a união de representantes de um mesmo segmento para a troca de informações e experiências em relação à produção e comercialização de produtos, por meio de parcerias. Esse princípio é muito importante para a cooperativa, principalmente, por buscar uma relação de reciprocidade entre as cooperativas. A intercooperação entre cooperativas pode ser estabelecida pelas relações comunicativas entre elas, fundamentando-se na ação comunicativa de Habermas.

A ‘Preocupação com a comunidade’ é também um princípio cooperativista que está relacionado com a construção do bem comum. Esse princípio também possui uma relação muito próxima com a gestão democrática, uma vez que necessita da participação nas decisões de políticas públicas da cooperativa.

Esse princípio propõe direitos iguais aos benefícios gerados pela economia da organização, independente de condição econômica, social e política de cada membro, seja internamente ou externamente à cooperativa (CRÚZIO, 2000). Assim, esse princípio se remete a gestão democrática e também propõe o tratamento igualitário de todos os envolvidos em uma determinada situação, como proposto por Habermas (2012) ao afirmar que todos têm direito à fala, sem que ocorra nenhum tipo de coerção ou relação de poder nos processos de comunicação.

Pereira (2008, p. 122) compreende que a gestão de uma cooperativa deve ser embasada sempre por uma participação ativa dos membros, e o gestor de uma cooperativa deve ser um mediador de todas as decisões tomadas pelos associados. Assim, segundo o autor:

Não cabe ao gestor de cooperativas assumir o papel de pensar no futuro da cooperativa, subestimando a capacidade e o conhecimento dos associados; ele deve conhecer as necessidades, os desejos e os sonhos dos associados, e construir com eles o futuro da cooperativa. Não deve ser competência do gestor de cooperativas identificar os problemas, as causas e as soluções para os associados; a sua competência está na orientação de como os problemas, suas causas e soluções podem ser identificadas pelos próprios associados. Não basta ao gestor de cooperativas saber planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos de que dispõe a organização, ele deve saber e ter competência para utilizar métodos participativos de diagnóstico, de planejamento, de organização, de controle e de avaliação.

Com isso, Pereira (2009) também lança o desafio para a atuação de um gestor de cooperativas:

Assim, os desafios para o gestor de cooperativas estão lançados: como transformar a prática gerencial hierarquizada, reiterativa, antirreflexiva, em uma prática gerencial, democrática, criativa e reflexiva? Como superar o argumento de que o processo decisório nas cooperativas é lento e resulta em ineficiência e ineficácia por causa da participação democrática dos associados, como se, na verdade, ela existisse? (PEREIRA, 2009, p. 122).

Com isso, pode-se demonstrar que a racionalidade comunicativa pode mediar as ações coletivas nas cooperativas, e isso pode ser reforçado pela análise que foi feita nessa dissertação, em cada princípio, apresentando como esses carregam pressupostos da racionalidade comunicativa. Assim, procurou-se demonstrar como as ações podem ser embasadas pela racionalidade comunicativa e como estudos de organizações cooperativas podem ser compreendidos por meio de uma racionalidade que possibilita uma maior relação entre os sujeitos, uma comunicação que incita a participação nas decisões e uma racionalidade que permite, a todo o momento, o princípio maior das cooperativas, a cooperação.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse tópico apresenta-se as principais contribuições do trabalho, bem como as limitações encontradas no decorrer da pesquisa, e uma agenda de pesquisa baseada nas lacunas observadas e na possibilidade de continuidade dos aspectos abordados na dissertação.

9.1 Principais contribuições

Diante do campo de estudos pesquisado nesta dissertação, a saber, ‘cooperativa e racionalidade’ observou-se que, ao contrário do que se imaginaria, o campo, levando em consideração as bases de dados analisadas, ainda é considerado limitado por não haver um número considerável de artigos que discutem, de forma conjunta, cooperativas e racionalidades.

Mas, antes de identificar-se esse campo, realizou-se uma ampla discussão teórica sobre o cooperativismo e sobre duas formas de agir em uma cooperativa, por meio da racionalidade instrumental, essa abordada nesse estudo pela obra ‘A lógica da ação coletiva’ de Mancur Olson (1999) e a racionalidade comunicativa pela obra ‘O Agir Comunicativo’ de Jürgen Habermas (2012). Com base nesse estudo realizado, foi possível categorizar e identificar qual a racionalidade predominante nos estudos analisados.

De início, partiu-se para uma análise bibliométrica, ou seja, uma análise dos artigos encontrados na base de dados *Web os Science*. Essa análise já permitiu identificar a limitação abordada acima, uma vez que encontrou-se, nessa base, apenas quatorze artigos que tratam a relação entre cooperativa e racionalidade. Diante desses dados, buscou-se compreender o porquê dessa realidade, com o intuito de identificar de uma forma ampla, os artigos encontrados nessa busca, pois o número foi relativamante significativo, pois foram encontrados duzentos e trinta e quatro artigos como um todo, assim, ao analisá-los para filtrar a busca, observou-se que a racionalidade foi trabalhada de forma ampla nos estudos, pois na maioria, ela estava presente. Porém identificou-se que ela se faz muito presente, mas em realidades diferentes daquelas envolvendo cooperativas.

Sendo assim, com base nos dados que a bibliometria apresentou, identificou-se que a racionalidade é um termo apresentado significativamente nos artigos, porém, aplicada a diversos campos, como organizações privadas, relação entre países, entre organizações ambientais e entre indivíduos e, também, entre cooperativas, porém, como já foi citado, esse

campo ainda é pequeno nos estudos. Apesar de não abordar muito ‘cooperativas’ e ‘racionalidades’ de forma conjunta, o campo pode ser considerado interdisciplinar observando as categorias que os artigos foram desenvolvidos, sendo de início categorizado na área de negócios e economia, passando por gestão, matemática, psicologia, estatística, engenharia, chegando atualmente em discussões voltadas para ciências multidisciplinares e telecomunicações.

Em relação a esses autores, pôde-se fazer uma relação com o número de estudos que abordam a racionalidade instrumental, ou seja, uma lógica econômica capitalista. As obras mais citadas também abordam a área econômica e, muitas delas, abordam as teorias dos jogos e do dilema do prisioneiro, que compreende uma possível relação entre os indivíduos e a cooperação com base em aspectos do dia a dia e aspectos econômicos.

Com base nessa análise das obras e dos autores, observou-se, já de início, que Habermas e Olson não possuem as obras mais citadas, e nem mesmo são os mais citados nos estudos. Isso demonstra que apesar da racionalidade instrumental estar presente de forma significativa, a mesma não é muito abordada pela ótica trabalhada por Olson (1999), uma vez que o autor foi citado apenas sete vezes em todos os duzentos e trinta e quatro artigos analisados. Em relação à importância do Habermas e de sua teoria, identificou-se que a mesma não é trabalhada de forma ampla nos artigos, uma vez que foi citada apenas três vezes, e apareceu em um artigo, porém, sem referenciar o autor. Mas apesar desses autores aparecerem de forma bem limitada nesses estudos, Habermas não aparece em nenhum dos artigos filtrados para a análise, e Olson aparece em apenas dois.

Apesar dessa discussão demonstrar, já de antemão, que o campo pesquisado ainda possui algumas limitações, muitos dos artigos identificados pela *Web of Science* foram produzidos na última década, tendo um crescimento significativo a partir de 2011. Assim, espera-se que mais estudos sejam realmente desenvolvidos e que a abordagem cooperativa e racionalidade ganhem uma atenção na área, e que a racionalidade comunicativa seja uma possibilidade de análise.

Mas com base nessa limitação, é possível identificar e demonstrar a importância que o estudo aqui realizado tem para o campo das ciências sociais, uma vez que, além de demonstrar o número reduzido de estudos realizados sobre o tema, demonstra a importância de se trabalhar outro tipo de orientação das ações em uma cooperativa, em contraponto à racionalidade instrumental, extremamente presente nos estudos analisados, apresentou-se a racionalidade comunicativa, como uma nova forma de agir e decidir nesse tipo de organização.

Habermas (2012), ao propor a racionalidade comunicativa, já a atribui a organizações que possuem um elo coletivo, interesse público, e por isso, a cooperativa seria melhor conduzida, ou então, seria conduzida de uma forma mais adequada aos princípios cooperativistas, caso fosse analisada por uma perspectiva mais coletiva, mais participativa e mais democrática, sendo assim, a racionalidade comunicativa tende a ser uma ação mais adequada às cooperativas e as ações dos indivíduos na mesma.

Ao abordar a teoria de Olson (1999), observou-se o quanto a racionalidade instrumental está presente, ainda hoje, nas cooperativas. Diversos fatores foram relevantes nos estudos para identificar esse ponto, principalmente o interesse privado sobre o interesse público, e a necessidade de incentivos para que os indivíduos cooperem. Assim, Olson trouxe uma discussão extremamente atual e que permitiu abordar, de fato, o quanto a racionalidade instrumental, a necessidade de conseguir alcançar o interesse individual, é presente na maioria dos estudos analisados nessa dissertação.

Com base na análise das categorias, chegou-se a conclusão de que, de fato, a racionalidade instrumental está presente nas cooperativas, e que a racionalidade comunicativa não é apresentada em nenhum dos estudos, sendo necessário identificar por meio de uma leitura muito sistemática, as categorias referentes à racionalidade comunicativa, pois essa, não foi pelo menos citada nesses estudos. Isso pode ser ressaltado pelo fato de nenhum dos dezessete artigos trazerem uma discussão sobre Habermas, sobre sua teoria ou mesmo citá-lo.

Ao identificarmos qual a racionalidade predominante nos estudos sobre cooperativismo, observou-se uma ‘colonização’ do mundo dos sistemas sobre o mundo-da-vida, uma vez que os interesses privados se sobressaem aos interesses públicos, sendo que esses últimos deveriam orientar as ações dos indivíduos nas cooperativas. Essa análise vai ao encontro com a abordagem de Habermas (2012), por acreditar que o mundo da vida pode ser colonizado pelos sistemas da economia e da administração, uma vez que é desenvolvido por meio de processos de racionalização totalmente aplicados a modernização capitalista. Assim, a busca por um lucro acima de qualquer coisa, apaga o interesse público e o princípio de cooperação necessário nas cooperativas.

Ao analisar essa possível colonização, Habermas (2012) propõe então, a racionalidade comunicativa, que vai de encontro com o que foi proposto aqui, ou seja, os atores (cooperados) devem agir de forma coletiva e comunicativa, buscando sempre o diálogo e a interação, para que assim, consigam se tornar indivíduos críticos e, assim, identificarem a necessidade e a relevância da cooperação e da busca por objetivos coletivos de forma

participativa e democrática. Dessa forma, a ação comunicativa se apresenta como uma racionalidade possível e praticável nas cooperativas.

9.2 Limitações da pesquisa

- a) Não foram analisadas todas as obras que abordam Racionalidade Instrumental, focando-se apenas na discussão trazida por Mancur Olson (1999), abordou-se a Racionalidade Comunicativa por meio da obra de Jürgen Habermas (2012).
- b) A revisão internacional foi realizada em apenas uma base de dados, a *Web of Science*, considerada uma base importante e que agrega diversos trabalhos, mas que privilegia a literatura dos Estados Unidos e Europa, assim, pode ser interessante abordar um estudo que leve em consideração base de dados que abordem trabalhos da América Latina. No Brasil, a revisão foi realizada apenas levando em consideração artigos, mas ressaltando a importância de realizar estudos que também abordem outras formas de produção científica, como dissertações, teses, anais de eventos e livros.
- c) Não foram encontrados muitos artigos que abordem a temática ‘cooperativa e racionalidade’, limitando um pouco as discussões dos artigos, bem como a categorização.
- d) Mesmo identificando a importância de pesquisas empíricas, a dissertação teve um cunho teórico, realizando uma revisão de literatura sobre os temas aqui tratados, mas fica evidente a necessidade de elementos empíricos para uma maior abrangência da realidade aqui identificada.

9.3 Agenda de pesquisas futuras

Algumas limitações já foram citadas acima, mas indica-se outras possibilidades empíricas e teóricas de uma ampla agenda de pesquisa que se abre:

- a) Desenvolver trabalhos empíricos, no intuito de analisar qual a racionalidade predominante nas cooperativas em determinada região, estado ou país, ou mesmo, uma relação entre cooperativas de países. Isso permite uma comparação ou uma confirmação do que foi identificado na dissertação.
- b) Buscar desenvolver mais trabalhos que abordem a temática das racionalidades aplicadas às cooperativas, para que posteriores estudos, não encontrem uma dificuldade tão grande de análise. E, principalmente, que abordem trabalhos que

buscam identificar a gestão das cooperativas, ou seja, a forma como a gestão é realmente conduzida nessas organizações, para que a racionalidade predominante seja facilmente identificada.

- c) Desenvolver trabalhos que abordem discussões que analisem a triangulação de proteção social aplicada às cooperativas.
- d) Trabalhar em um estudo empírico as três racionalidades, a instrumental, a substantiva e a comunicativa, com o intuito de relacioná-las e identificá-las em cooperativas, uma vez que a racionalidade substantiva não foi abordada neste trabalho.
- e) Abordar a racionalidade comunicativa e os pressupostos trabalhados por Habermas em cooperativas. Realizar estudos teóricos e empíricos que demonstrem a importância dessa nova forma de agir aplicados às cooperativas e, demonstrar a real relação existente entre o processo comunicacional e as decisões nessas organizações.
- f) Desenvolver processos metodológicos que permitam que a racionalidade comunicativa seja aplicável em cooperativas, no intuito de demonstrar a capacidade que a ação comunicativa tem de transformar e de conduzir as ações cooperativas.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, M.; KRUEGER, J. I. Two Egocentric Sources of the Decision to Vote: The Voter's Illusion and the Belief in Personal Relevance. **Political Psychology**, v. 25, n. 1, 2004.
- AGUIAR, M. M; HELLER, L; MELO, E. M. Ação comunicativa na gestão de um serviço privatizado de água e esgotos: uma avaliação em Cachoeiro de Itapemirim (ES). **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, nov./dez., 2012.
- ALCÂNTARA, F. H. C. Institucionalismo, racionalidade e solidariedade em cooperativas populares. In: HECKERT, S. M. R. (Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: UFJF, 2003.
- ALMEIDA, M. A. B. Empresa e qualidade de vida, novos rumos e desafios. IN: GONÇALVES, A. et al. (Orgs.) **Gestão de qualidade de vida na empresa**. Campinas, Ipes Editorial, p.71-83, 2005.
- ALVES, M. A. Organizações do terceiro setor e sua(s) racionalidade(s). In: ENANPAD 2002, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador, ENANPAD 2002.
- ANDION, C. As particularidades da gestão em organizações da Economia Solidária. In: ENCONTRO DA ANPAD, 25, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas, São Paulo: ANPAD, 2001.
- ANDREWS, C. W. **Emancipação e legitimidade: uma introdução à obra de Jürgen Habermas**. São Paulo: Unifesp, 2011.
- ANGÉLICO, F; TEIXEIRA, M. A. C. Acesso à informação e ação comunicativa: novo triunfo para a Gestão Social. **Editora Unijuí**, ano 10, n. 21, set./dez., 2012.
- ARAÚJO, E. A. T; SILVA, W. A. C. Cooperativas de Crédito: a Evolução dos Principais Sistemas Brasileiros Com um Enfoque em Indicadores Econômico-Financeiro. **Contextus-Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 1, p. 117-126, 2011.
- ARNOLD, T.; SCHWALBE, U. Dynamic coalition formation and the core. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 49, p. 363-380, 2002.
- ASSOUN, P. L. **A escola de Frankfurt**. São Paulo: Ática, 1991.
- AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. M. M. **Corrupção: ensaios e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

AUERBACH, N. M. Delicious peace coffee: marketing community in Uganda. **Review of radical political economics**, v. 44, n. 3, p. 337-357, 2012.

AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. New York: Basic Books, 1984.

AXELROD, R.; HAMILTON, W. D. The evolution of cooperation. **Science**. v. 211, n. 4489, p. 1390-1936, 1981.

BAPTISTA, L. L. Possibilidades e Limitações da Teoria da Ação Comunicativa numa Empresa de Estrutura Familiar – Um estudo de caso. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

BASKARAN, R.; ANDERSON, J. Atlantic sea scallop management: an alternative rights-based cooperative approach to resource sustainability. **Marine Policy**, v. 29, n.4, p. 357-369, 2005.

BAVELAS, J. B.; BLACK, A.; LEMERY, C. R.; MULLETT, J. “I show how you fell”: motor mimicry as a Communicative Act. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 50, n. 2, p. 322-329, jan. 1986.

BERNHEIM, D. Rationalizable Strategic Behavior. **Econométrica**, v. 52, n. 4, p. 1007-1028, 1984.

BERTANA, I.; CORAZZINI, L. Civil economy and solidarity in Latin America. **Int. J. Happiness and Development**, v. 2, n. 3, 2015.

BERTUOL, R.; CANÇADO, A.C.; SOUZA, M. de F. A. A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso em Tocantins. **AOS**, v. 1, n.2, ago./dez., p. 7-18, 2012.

BIALOSKORSKI, N. S. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BOTON, G. E.; OCKENFELS, A. A Theory of Equity, Reciprocity, and Competition. **The American Economic Review**, v. 90, n. 1, p. 166-193, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 979, 06 de janeiro de 1903. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 5.764**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 16, 1971.

BRETT, E. A. The participatory principle in development projects: the costs and benefits of cooperation. **Public Administration and Development**, v. 16, n. 519, 1996.

BROWN, P. R. Trusting in the New NHS: instrumental versus communicative action. **Sociology of Health & Illness**, v. 30, n. 3, p. 349-363, 2008.

BUENO, N. P. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional. **Revista Economia**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 361-420, jul./dez. 2004.

BÜTTENBENDER, P. L.; RUZZARIN, A. P. C.; SPAREMBERGER, A.; ZAMBERLAN, L. O cooperativismo e as contribuições para o desenvolvimento regional. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: EBPC, 2010.

BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 2006, 375 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2006.

CANÇADO, A. C. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática.** 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2004.

_____. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 29, 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: 2005.

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. Princípios Cooperativistas: origens, evolução e influência na legislação brasileira. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, 2004, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo, 2004.

_____. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influências na legislação brasileira. In: CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G (Orgs.). **Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho.** 2. ed. Palmas: Futura, 2009.

CANÇADO, A. C.; SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S. Princípio da Preocupação com a Comunidade ou Responsabilidade Social para Cooperativas? Uma abordagem baseada na Teoria da Dívida. In: Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, 2010., Brasília. **Anais...** Brasília DF: EBPC, 2010.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma.** Curitiba: CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; VIEIRA, N. S. Para a Apreensão de um Conceito de Cooperativa Popular: entendendo e discutindo as diferenças entre cooperativas tradicionais e populares. **Bahia Analise & Dados**, v. 23, p. 23-40, 2013.

CARNEIRO, P. P. **Co-operativismo: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho.** Belo Horizonte: Fundec. 1981.

CARVALHO, R. da S.; OLIVEIRA, A. D. de. Economic feasibility of timber management in extractive settlement projects of southwestern Amazonia. **CERNE**, v.16, n. 4, Lavras, oct./dec. 2010.

CASTANHEIRA, M. E. M. **Ação coletiva no espaço organizacional de cooperativas populares.** 2008. 75 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2008.

- CHAPANI, D. T.; CARVALHO, L. M. O. de. Entre o sistema e o mundo da vida: possibilidades de ação comunicativa na trajetória formativa de professores de ciências. **Práxis Educacional**, v. 6, n. 9 p. 187-208, jul./dez. 2010.
- CHENG, L.; CHENG, W.; LI, J. Jury Instructions in Hong Kong: A Gricean Perspective. **International Journal of Speech Language and the Law**, v. 22, n. 1, 2015.
- CHESHIRE, P. C.; GORDON, I. R. Territorial Competition and the Predictability of Collective (In) Action. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 20, n. 3, p. 383-399, 1996.
- COHN, G. A teoria da Ação Comunicativa em Habermas. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Teoria da Ação em Debate**. São Paulo: Cortez, FAPESP, PUC, 1993. p. 63-75.
- COQ-HUELVA, D.; SANZ-CAÑADA, J.; SÁNCHEZ-ESCOBAR, F. Conventions, commodity chains and local food systems: Olive oil production in "Sierra De Segura" (Spain). **Geoforum**, v. 56, p. 6-16, 2014.
- CORCHÓN, L. C.; PUY, M. S. Individual rationality and voting in cooperative production. **Economics Letters**, v. 59, n. 1, p. 83-90, 1998.
- CRÚZIO, H.O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. (Coleção FGV Prática).
- CUNHA, M. V. Os periódicos em ciência da informação: uma análise bibliométrica. **Ciência e Informação**, Brasília, v. 14, n. 01, p. 37-45, 1985.
- DELTON, A. W.; KRASNOW, M. N.; COSMIDES, L.; TOOBY, J. Evolution of direct reciprocity under uncertainty can explain human generosity in one-shot encounters. **PNAS**, v. 108, n. 32, p. 13335–13340, August 9, 2011.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- DRUMOND, V. R. S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: EBPC, 2010.
- DURLO, A. R.; CARLESSO, S. B. da S. O controle interno e as cooperativas. In: SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS. **Anais...** Santa Maria, p. 181-199, jul. 2005.
- ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- ESTEBAN, J.; RAY, D. Collective Action and the Group Size Paradox. **American Political Science Review**, v. 95, n. 3, p. 663-672, 2001.
- FANIS, M. Collective Action Meets Prospect Theory: An Application to Coalition Building in Chile, 1973-1975. **Political Psychology**, v. 25, n. 3, p. 363-388, 2004.
- FARIA, J. H. **Relações de poder e formas de gestão**. Curitiba: Criar, 1985. 88 p.

FERH, E.; SCHMIDT, K. M. A Theory of Fairness, Competition, and Cooperation. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 114, n. 3, p. 817-868, 1999.

FREITAG, B. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de. Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**, v. 14, n. 2, 2012.

GRIN, J.; GRAAF, H. V. Implementation as Communicative Action: An Interpretive Understanding of Interactions between Policy Actors and Target Groups. **Policy Sciences**, v. 29, n. 4, p. 291-319, 1996.

GUEDES, V. L. S., BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: VI CINFOM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: ICI/UFBA, 2005.

GUERRA, A. C. **Gestão de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: uma análise comparativa**. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2008.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **O conceito de poder em Hannah Arendt**. In: FREITAG, B.; ROUANET, S. P (Orgs). Habermas. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993. p. 100-118.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo**. Sobre a crítica da razão funcionalista. (Trad.) SIEBENEICHLER, F. B. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HANSEN, W. L.; MITCHELL, N. J.; DROPE, J. M. The logic of private and collective action. **American journal of political science**, v. 49, n. 1, p. 150-167, 2005.

HANNESSON, R. Individual Rationality and the “Zonal Attachment” Principle: Three Stock Migration Models. **Environmental and Resource Economics**, v. 34, n. 2, p. 229–245, 2005.

HARDIN, G. The tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HARRIS, P. G. Collective action on climate change: the logic of regime failure. **Nat. Resources J.**, v. 47, p. 195 - 224, 2007.

HARSANYI, J. Rationality Postulates for Bargaining Solutions in Cooperative and in Non-Cooperative Games. **Management Science**, v. 9, p. 141-153, 1962.

HASSAN, S. U., HADDAWY, P.; ZHU, J. A bibliometric study of the world’s research activity in sustainable development and its sub-areas using scientific literature. **Scientometrics**, v. 9, n. 2, p. 549-579, 2014.

HOLYOAKE, G. J. Os 28 tecelões de Rochdale. 5. ed. Porto Alegre: WS, 2004.

ICA. International Co-operative Alliance. **What is a co-operative?** 2017. Disponível em: <<https://ica.coop/en/what-co-operative>>. Acesso em 12 fev. 2017.

INNES, J. E. Planning Theory's Emerging Paradigm: Communicative Action and Interactive Practice. **Journal of Planning Education and Research**, v. 14, p. 183-189, 1995.

INNES, M. Signal crimes and signal disorders: notes on deviance as communicative action. **The British Journal of Sociology**, v. 55, n. 3, 2004.

JÄGER, U.; BEYES, T. Strategizing in NPOs: A Case Study on the Practice of Organizational Change Between Social Mission and Economic Rationale. **Voluntas**, v. 21, n. 1, p. 82-100, 2010.

JORGENSEN, S.; ZACCOUR, G. Time consistent side payments in a dynamic game of downstream pollution. **Journal of Economic Dynamics and Control**, v. 25, n. 12, p. 1973-1987, 2001.

JUSTO, C. M. P.; GOMES, M. H. de A.; SILVEIRA, C. Limits and constraints of the instruments that control the work of community health agents in the Family Health Strategy. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 24, Apr./June 2015.

KELLY, T. Unlocking the iron cage: public administration in the deliberative democratic theory of Jürgen Habermas. **Administration & Society**, v. 36, n. 1, p. 38-61, 2004.

KIM, J.; KIM, E. J. Theorizing Dialogic Deliberation: Everyday Political Talk as Communicative Action and Dialogue. **Communication Theory**, v.18, p. 51–70, 2008.

KOURY, M. G. P. “Jürgen Habermas e a teoria do agir comunicativo: breves notas introdutórias”. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 40, p. 29-37, abr. 2015.

KVAKKESTAD, V.; VATN, A. Governing uncertain and unknown effects of genetically modified crops. **Ecological Economics**, v. 70, n. 3, p. 524-532, 15 January 2011.

LEJANO, R. P.; DAVOS, C. A. Cost Allocation of Multiagency Water Resource Projects: Game Theoretic Approaches and Case Study. **Water Resources Research**, v. 31, n. 5, p. 1387-1393, may 1995.

LEJANO, R. P.; CASTRO, F. F. de. Norm, Network, and Commons: The Invisible Hand of Community. **Environmental Science and Policy**, v. 36, p. 73-85, 2014.

LEROUX, J. Cooperative production under diminishing marginal returns: interpreting fixed-path methods. **Social Choice and Welfare**, v. 29, n. 1, p. 35–53, 2007.

FREITAS, J. L. de.; RAVAZOLO, R. F.; MACADAR, M. A.; LUCIANO, E. M.; MOREIRA, C. R. Transparência, Metatransparência, Governança Corporativa e de TI pela Ótica da Teoria da Ação Comunicativa. In: ENCONTRO DA ANPAD, 38, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

LICHBACH, M. I. What makes rational peasants revolutionary? Dilemma, paradox, and irony in peasant collective action. **World Politics**, v. 46, n. 03, p. 383-418, 1994.

LIU, G. Visualization of patents and papers in terahertz technology: a comparative study. **Scientometrics**, v. 94, n. 3, p. 1037-1056, 2013.

LUBENOW, J. A. A categoria de esfera pública em Jurgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Cadernos de ética e filosofia política**, v. 10, p. 103-123, 2012.

LUPIA, A.; SIN, G. Which public goods are endangered?: How evolving communication technologies affect The logic of collective action. **Public Choice**, v. 117, p. 315–331, 2003.

MELO, M. A de M.; OLIVEIRA, P. S. M.; LEMOS, S. M. A.; CHAVES, A. B.; PINTO, L. M. N. A violência rompendo interações. As interações superando a violência. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 7, n. 1, p. 89-98, 2007.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da informação**, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MACHADO DE MELO, M. A.; PIMENTA, S. M. de O.; LEMOS, S. M. A.; CHAVES, A. B. PINTO, L. M. N. violência rompendo interações. As interações superando a violência. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 7, n. 1, p. 89-98, 2007.

MACY, M. W. Chains of cooperation threshold effects in collective action. **American Sociological Review**, v. 56, p. 730-747, 1991.

MACY, M. W.; FLACHE, A. Learning dynamics in social dilemmas. **PNAS**, v. 99, May 14, p. 7229-7236, 2002.

MARQUES, A. C. S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MATHEUS, M. C. C. Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências. **Acta Paul Enferm.** v. 22, p. 543-545, 2009.

MAURER JR, T. M. **O cooperativismo: uma economia humana**. São Paulo: Pioneira-Metodista, 1966.

MELO JÚNIOR, J. A. C. de C. A ação coletiva e seus intérpretes. **Pensamento Plural**. Pelotas, v. 1, p. 65-87, 2007.

MENDES, M. M.; PASSADOR, C. S. Educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades incertas. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília DF: EBPC, 2010.

NINAUT, E. S.; MATOS, M. A. Panorama do cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento. **Informações Econômicas**, v. 38, n. 8, p. 1-13, ago. 2008.

MIRANDA, M. da S. O mundo da vida e o Direito na obra de Jürgen Habermas. **Prisma Jur.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 97-119, jan./jun. 2009.

MLADENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas**. (Trad.) CASTRO, J. C.; LEAL, M. da G.; CASTRO, C. P. Brasília: Confedbras, 2003.

MONTEIRO, E. S. R. B.; CANÇADO, A. C.; OLIVEIRA, V. A. R.; RIGO, A. S. Prática dos Princípios Cooperativistas: um estudo de caso na Cooperativa Adalzisa Moniz em Cabo Verde. In: Encontro Nacional Dos Pesquisadores Em Gestão Social, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras, MG, 2010.

MOTTA, F. C. P.; BRESSER PEREIRA, L. C.; TRAGTENBERG, M.; VENOSA, R. STORCH, S. **Participação e participações** – ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

MUNIZ-JUNIOR, J., MAIA, F. G. M, VIOLA, G. Os principais trabalhos na teoria do conhecimento tático: pesquisa bibliométria 2000-2011. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 14., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SIMPOI, 2011.

NAMORADO, R. **Cooperativismo**: um horizonte possível. Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania, 2005

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE AUTOGESTÃO, 2003, Joinville. **Anais...** Joinville SC, 2003.

NASH, J. F. The Bargaining Problem. **Econometrica**, v. 18, n. 2, p. 155-162, 1950.

_____. Non- Cooperative Games. **Annals of Mathematics**, v. 54, n. 2, Sept, 1951.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOBLIT, G. W; HARE, R. D. **Meta-ethnography**: synthesizing qualitative studies. Newbury Park: Sage, 1988.

NOTERMAN, E. Beyond Tragedy: Differential Commoning in a Manufactured Housing Cooperative. **Antipode**, v. 48, n. 2, p. 433-452, 2016.

NOWAK, M. A. Five Rules for the Evolution of Cooperation. **Science**, v. 314, n. 5805, p. 1560-1563, 2006.

OCB. Organização das cooperativas brasileiras. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília: OCB, 1996.

_____. Organização das cooperativas brasileiras. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília: OCB, 2008.

_____. **Por dentro da cooperativa**. 2014. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/por_dentro_da_cooperativa. Asp.>. Acesso em, 18 jan. 2017.

_____. Organização das cooperativas brasileiras. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília: OCB, 2015.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira. 1997.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

ORBELL, J.; MORIKAWA, T.; HARTWIG, J.; HANLEY, J.; ALLEN, N. “Machiavellian” Intelligence as a Basis for the Evolution of Cooperative Dispositions. **American Political Science Review**, v. 98, n. 1, 2004.

OSBORNE, M. J.; RUBINSTEIN, A. **A Course in Game Theory**. MIT Press, 1994.

OSTROM, E. **Governing the Commons**: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge University Press, 1990.

_____. How Types of Goods and Property Rights Jointly Affect Collective Action. **Journal of Theoretical Politics**, v. 15, n. 239, p. 239-270, 2003.

PACHECO, A. S. V.; RISSI, M.; ROCZANSKI, C. R. M.; KLAES, L. S.; COSTA, A. M. Sistematização da avaliação dos programas de educação cooperativa do SESCOOP/SC. In: SEMEAD, 11., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

PAES DE PAULA, A. P. Administração Pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE**, v. 45, n.1, p. 36-49, 2005.

PAULA, A. P. P.; PRESTES MOTTA, F. C. Administração Pública Popular: participação cidadã e melhorias sustentáveis na qualidade de vida no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003.

PEARCE, D. G. Rationalizable Strategic Behavior and the Problem of Perfection. **Econometrica**, v. 52, n. 4, p. 1029-1050, 1984.

PEREIRA, J. R.; BRAGA, M. J. **Introdução à Administração de Cooperativas**. Viçosa: Mimeo, 2003 (Apostila).

PÉREZ, R. T. Racionalidade e representação: requisitos para a exploração dos limites do político. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, n. 1, p. 123-146, out. 2000.

PIMENTEL, M. A. M. **A trajetória de uma escola cooperada: do ideal cooperativista à realidade de mercado**. 2006. 181 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2006.

PINHEIRO, S. F. C.; SILVA, T. C. Desafios da Gestão das Cooperativas de Consumo: Estudo de Caso. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2010. **Anais...** Brasília DF: EBPC, 2010.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982. 272 p. (Manual do cooperativismo, I).

PINTO, C. F.; SERRA, F. R.; FERREIRA, M. P. A bibliometric study on culture research in International Business. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 11, n. 3, 2014.

PINZANI, A. **Habermas**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 200 p.

PIRES, M. L. **O cooperativismo agrícola em questão**. A trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do nordeste do Brasil e do leste do (Québec) do Canadá. Recife: Massangana, 2004.

PRICE, D. J. D. Networks of scientific papers. **Science**, 149, p. 510-515, 1965.

RAMOS, G. A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

RAND, D. G.; PEYSAKHOVICK, A.; KRAFT-TOOD, G. T.; NEWMAN, G. E.; WURZBACHER, O.; NOWAK, M. A.; GREENE, J. D. Social heuristics shape intuitive cooperation. **Nature Communications**, v. 5, 2014.

RICKEN, J. R.; TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S. O Cooperativismo Agropecuário no estado do Paraná: A Questão da Integração. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília DF: EBPC, 2010.

RISSE, T. "Let's Argue!": Communicative Action in World Politics. **International Organization**, v. 54, n. 01, p. 1-39, December 2000.

_____. Global Governance and Communicative Action. **Government and Opposition**, v. 39, n. 2, 2004.

SALES, J. E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, n. 1, jan./ jun. 2010.

SANDELL, R.; STERN, C. Group size and the logic of collective action: A network analysis of a Swedish temperance movement 1896-1937. **Rationality and Society**, v. 10, n. 3, p. 327-345, 1998.

SANTOS, B. S. (Org.). **Reconhecer para Libertar**. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção Reinventar a Emancipação Social).

SAPOVICIS, R. T.; SOUZA, M. T. S. Gestão social e democrática em cooperativas de trabalho: um estudo de caso na cooperdata processamento de dados. In: ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, PR: ANPAD, 2004.

_____. Democrática em Cooperativas de Trabalho: um estudo de caso na Cooperdata Processamento de Dados. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, Curitiba, 2004. **Anais...** Curitiba: EnANPAD, 2004.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SERRA, E. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago., 2013.

SERVA, M. **Racionalidade e Organizações**: O fenômeno das organizações substantivas. 1996. 618 p. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1997. v. 1 e v. 2.

SEVERO, L. S.; PEDROZO, E. A. A citricultura orgânica na região do vale do caí (RS): racionalidade substantiva ou instrumental? **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 2, p. 58-81, 2008.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo, Unisinos, 1999. p. 33-56.

SIEBENEICHLER, F. **Jürgen Habermas**: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SILVEIRA, V. N. S. Racionalidade e Organização: as Múltiplas Racionalidade e Organização: as Múltiplas Faces do Enigma Faces do Enigma. **RAC**, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 1107-1130, out./dez. 2008.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SMITH, M. R. On the use of the prisoners' dilemma to analyze the relations between employment security, trust, and effort. **Review of Social Economy**, v. 58, n. 2, p. 153-175, 2010.

SOUZA, A. M.; RIBEIRO, C. E. N.; VIUDES, S. F.; MIRANDA, I. T. P. A evolução histórica do cooperativismo. **Maringá Management**: Revista de Ciências Empresariais, v. 4, n.1, p.35-42, jan./jun. 2007.

STASSART, P.; WHATMORE, S. J. Metabolising risk: food scares and the un/re-making of Belgian beef. **Environment and Planning A**, v. 35, p. 449-462, 2003.

STORINO, G. O conceito de learning organization aplicado à Administração Pública Brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000.

SULEIMAN, R. Expectations and fairness in a modified Ultimatum game. Journal of Economic Psychology, v. 17, n. 5, p. 531-554, 1996.

TAYLOR, B. M. Between Argument and Coercion: Social Coordination in Rural Environmental Governance. **Journal of Rural Studies**, v. 26, n. 4, p. 383-393, Oct 2010.

TEIXEIRA, L.S.C. **Cooperativismo e trabalho**: a experiência da cooperativa de reciclagem de lixo (COOPREC). 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

_____. **Tem razão a administração?** Ensaios de teoria organizacional. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JR, J. T.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, p. 39-59, 2008.

TEWDWR-JONES, M.; ALLMENDINGER, P. Deconstructing communicative rationality: a critique of Habermasian collaborative planning. **Environment and Planning A**, v. 30, p. 1975-1989, 1998.

TIROLE, J.; FUDENBERG, D. **Game Theory**. MIT Press, 1991.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.

VIEIRA, A.C.M. **Cooperativismo de trabalho**: alternativa de geração de trabalho e renda. Taubaté, SP, 2005. 132f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2005.

VILLARDI, B. Q.; CASTRO JUNIOR, J. de L. P. Emocionalidade limitada - uma dimensão da aprendizagem coletiva para desenvolver relações cooperativas e solidárias em arranjos produtivos locais: os casos de Ubá (MG) e Nova Friburgo (RJ). **Cad. EBAPE.BR** [online]. v. 5, n. 2, p. 1-15, 2007.

VIZEU, F. Ação comunicativa e estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 10-21, out./dez. 2005.

_____. Da Racionalidade Instrumental à Racionalidade Comunicativa: O Caso de uma Instituição Psiquiátrica. **Organização & Sociedade**, v. 13, n. 36, p. 163-184, jan./mar 2006.

VON NEUMANN, J.; MORGENSTER, N. **O Theory of games and Economic Behavior**. Princeton University Press, 1944.

WANG, S. Adapting by Learning: The Evolution of China's Rural Health Care Financing. **Modern China**, v. 35, n. 4, 2009.

WENDT, A. Collective identity formation in the international state. **American Political Science Review**, v. 88, n. 2, jun. 1994.

WHITELEY, P. F. Rational choice and political participation - Evaluating the debate. **Political Research Quarterly**, v. 48, n. 1, p. 211-233, 1995.

YAFFEE, S. T.; Why Environmental Policy Nightmares Recur. **Conservation Biology**, v. 11, n. 2, p. 328-337, 1997.

YUTHAS, K.; ROGERS, R.; DILLARD, J. F. Communicative Action and Corporate Annual Reports. **Journal of Business Ethics**, v. 41, n. 1/2, p. 141-157, nov./ dec., 2002.

ZAULI, E. M. Grupos de interesse e ação coletiva: uma crítica formal à Mancur Olson. **Vanguarda Econômica**, ano 3, n. 3, p. 87-101, 1995.

ZOBOLI, E. L. C. P.; SCHVEITZER, M. C. Valores da enfermagem como prática social: uma metassíntese qualitativa. **Revista Latino-Am. Enfermagem**, v. 21, n. 3, 2013.

ZWICK, E. **Fundamentos teóricos de gestão de cooperativas**. 2011. 160 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.